

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Theresa Raquel Reis Timo

**POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E SEUS
EFEITOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS**

Belo Horizonte
2013

Theresa Raquel Reis Timo

**POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E SEUS
EFEITOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Cristina Almeida Cunha Filgueiras

Belo Horizonte
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

T585p	<p>Timo, Theresa Raquel Reis</p> <p>Políticas de transferência condicionada de renda e seus efeitos sobre a vida das mulheres beneficiárias / Thereza Raquel Reis Timo. Belo Horizonte, 2013. 110f.: il.</p> <p>Orientadora: Cristina Almeida Cunha Filgueiras</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.</p> <p>1. Renda - Distribuição. 2. Pobreza. 3. Mulheres – Condições sociais. 4. Programa Bolsa Família(Brasil). 5. Política social. I. Filgueiras, Cristina Almeida Cunha. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.</p> <p>SIB PUC MINAS</p> <p>CDU: 339.12</p>
-------	--

Revisão ortográfica e Normalização Padrão PUC Minas de responsabilidade do autor

Theresa Raquel Reis Timo

**POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA E SEUS
EFEITOS SOBRE A VIDA DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Cristina Almeida Cunha Filgueiras (Orientadora) – PUC Minas

Carla Bronzo Ladeira - FJP

Magda Almeida Neves – PUC Minas

Belo Horizonte, 11 de julho de 2013

Às mulheres, beneficiárias do PBF, que generosamente receberam-me em suas casas, dispuseram de seu tempo, abriram seus corações e intimidades ao responder às minhas questões e, desta forma, tornaram este trabalho possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por dar-me força, saúde e bom ânimo para ir em busca dos meus sonhos! Agradeço-O por sua infinita misericórdia que permite que eu esteja sempre amparada, sustentada e intuída, por abrir meus caminhos e povoá-los com verdadeiros anjos.

Anjos generosos – meus pais, irmãos, amigos, familiares, colegas – que me cercam de amor, doando sempre o melhor de si, oferecendo seu apoio, por meio de uma palavra de motivação, de um gesto, de um sorriso, de um carinho, de dinheiro - que viabiliza os sonhos e paga à PUC – de acolhimento... Eu amo todos vocês!

Alguns desses estiveram ao meu lado e me ajudaram de forma substantiva, desprendendo tempo e energia para que esta dissertação ficasse pronta, Juliana, minha cunhada, e Gabriel, meu irmão, que tem sempre uma boa vontade imensa para compreender tudo o que eu penso, digo e escrevo.

Agradeço aos meus colegas da turma do mestrado por terem sido grande motivação para mim. Quantas pessoas maravilhosas tive o prazer de encontrar nesta turma! Quanto eu aprendi com vocês! Fico muito feliz de sair desta jornada levando amigas do coração.

Agradeço imensamente à professora Cristina Filgueiras, minha orientadora, que sempre teve paciência com as minhas diversas limitações.

Agradeço às mulheres, beneficiárias do Programa Bolsa Família que generosamente concederam-me as entrevistas. À equipe da assistência social de Sete Lagoas que me recebeu e apoiou a realização desta pesquisa, especialmente à equipe do CRAS II pela atenção e disponibilidade que sempre tiveram comigo e com este projeto.

Todos aqueles a quem estou ligada e que se ligam a mim pelos vínculos sublimes do amor, do respeito e da admiração, que torcem por mim, por minhas conquistas, sintam a minha mais profunda e sincera gratidão.

A possibilidade de interrogar os atores e utiliza-los enquanto recurso para compreensão das realidades sociais constitui uma das grandes vantagens das ciências sociais. (POUPART et al., 2010, p.215)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir os efeitos das Políticas de Transferência Condicionada de Renda na vida das mulheres beneficiárias. Massivamente difundidas desde a década de 90, especialmente na América Latina, como estratégia de enfrentamento da pobreza, este tipo de política social abriga o conflito de conciliar a proteção social e a promoção da igualdade de gênero. Examinando as Políticas de Transferência Condicionada com enfoque no gênero, a maior parte das críticas aponta que elas atuam como mecanismos de reforço aos papéis femininos tradicionais, e não promovem a autonomia das mulheres. A partir de evidências levantadas em entrevistas às beneficiárias do Programa Bolsa Família, na cidade de Sete Lagoas, busca-se na dissertação trazer para essa discussão a realidade e o cotidiano das mulheres que se beneficiam do programa. O trabalho examina como as transferências de renda operam em suas vidas, quais são seus alcances e limites e se alteram suas relações com as atividades de cuidado e remuneradas, assim como com seus filhos e companheiros. O que se verifica é que sem alterar a estrutura de gênero, as transferências, em certa medida, favorecem a situação das mulheres no desempenho das responsabilidades de cuidado que elas, independentemente da titularidade dos programas de transferência de renda, valorizam e reconhecem como suas.

Palavras chaves: Gênero. Pobreza. Trabalho. Políticas sociais. Políticas de Transferência de Renda. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the effects of Conditional Cash Transfer Policies on the life of its female beneficiaries. Widely spread since the 1990s, especially in Latin America, as a poverty reduction strategy, this kind of social policy entails the conflict between social protection and gender equality promotion. The major criticism against gender-targeted Conditional Cash Transfer Policies points to the fact that these programs reinforce traditional female roles and do not promote women's autonomy. This thesis intends to bring to this discussion the reality and the daily life of the beneficiaries of the Bolsa Família program from evidences gathered in interviews held with these women in the city of Sete Lagoas. The paper examines how cash transfers operate in their lives and how they change the way beneficiaries relate to caregiving work, paid work, their children and their partners as well as the reaches and the limitations of the transfers. Although gender structure is not altered, it was verified that the transfers favor the situation of the women performing caregiving duties, which they value and recognize as their own, independently of the cash transfer programs.

Keys worlds: Gender. Poverty. Work. Social policies. Cash Transfer Policies. Bolsa Família program.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 GÊNERO E POBREZA FEMININA	13
2.1 Perspectivas e abordagens de gênero.....	13
2.2 Pobreza feminina e trabalho.....	16
3 POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRENTAMENTO DA POBREZA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO	29
3.1 A mulher nas políticas sociais.....	29
3.2 Políticas de Transferência Condicionada de Renda e o programa brasileiro Bolsa Família	34
3.3 Titularidade do benefício: discutindo a preferência por mulheres.....	41
3.4 Implicações de gênero na focalização das políticas públicas de combate à pobreza nas mulheres.	45
4 QUEM SÃO E COMO VIVEM AS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SETE LAGOAS.....	49
4.1 A pesquisa em Sete Lagoas	49
4.2 O perfil das entrevistadas	53
4.3 A vivência da pobreza	58
4.4 Trajetórias e histórias singulares de pobreza.	62
5 GÊNERO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VIDA DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SETE LAGOAS	73
5.1 Trabalho de cuidado.....	73
5.2 Atividade remunerada feminina em contexto de pobreza e extrema pobreza	79
5.3 Efeitos das transferências de renda nas relações familiares.....	88
6 CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho discutimos as questões de gênero nas políticas sociais de combate à pobreza, em particular nos programas de transferência de renda, difundidos na América Latina nas últimas décadas. Estes programas consistem em políticas públicas focalizadas nas famílias que vivem em condição de extrema pobreza, e caracterizam-se principalmente pelo repasse de benefícios monetários destinados à mulher, mediante condicionalidades voltadas, especialmente, a assegurar o bem-estar das crianças.

Os objetivos destas políticas estão voltados para o enfrentamento da fome e da pobreza, assim como para a ruptura da sua reprodução intergeracional, por meio do investimento nas gerações futuras. Contudo, ao elegerem as mulheres como suas interlocutoras preferenciais e, desta forma, torná-las corresponsáveis por seus objetivos, a discussão sobre igualdade, autonomia, cidadania e bem-estar femininos, associada a essas iniciativas, aparece como imprescindível.

Desde o final da década de setenta, a construção da autonomia e desenvolvimento das potencialidades das mulheres passaram a ser vistos não somente como positivos, mas também como necessários ao desenvolvimento, ao enfrentamento da pobreza futura e à garantia do bem-estar social. Nos objetivos do milênio elaborados pela Organização das Nações Unidas para os anos 2000, erradicar a pobreza e a fome, e promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, não só ocupam lugares de destaque como vão se entrelaçando aos demais objetivos.

Desta forma, a relação entre as questões de gênero e as do desenvolvimento social e combate à pobreza constituem uma tensão que está posta não apenas para as políticas públicas, como também para toda a sociedade e para as ciências sociais. Proteger e promover as gerações futuras e, ao mesmo tempo, liberar as mulheres das responsabilidades com a reprodução, bases das desigualdades entre os sexos e da subordinação feminina, parecem, em larga medida, constituírem na prática objetivos antagônicos.

As Políticas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), ao se utilizarem do papel feminino para promover a família e seus membros, colocam-se no centro das discussões sobre a forma como as políticas sociais incorporam as mulheres e sobre os efeitos desta incorporação em sua cidadania social.

É em meio a esta tensão, existente na realidade e refletida nas políticas públicas e na literatura sobre o tema, que a discussão realizada nesta dissertação se situa. A partir das declarações e das vivências de mulheres beneficiárias do programa de transferência

condicionada de renda brasileiro, o Programa Bolsa Família (PBF), examinaremos como se associam pobreza, gênero e transferência de renda e quais são os efeitos desta associação.

No período de maio a julho de 2012 realizamos entrevistas com dez mulheres beneficiárias do programa em Sete Lagoas MG, com o objetivo de identificar os efeitos da transferência de renda e das condicionalidades do PBF em suas vidas. Mais especificamente interessam-nos os efeitos sobre as atividades de cuidado, sobre as atividades remuneradas e possíveis alterações nas relações familiares, em decorrência do fato de se tornarem titulares do benefício financeiro transferido pelo programa.

Nossa observação e análise da realidade das beneficiárias do programa estiveram sempre orientadas pelo conflito verificado entre as políticas sociais como um todo, e especialmente pelo existente entre as Políticas de Transferência Condicionada de Renda, e a necessidade de promover a igualdade de gênero. O debate em torno deste conflito é amplo e contundente em sua conclusão de que as PTCR reforçam o papel da mulher como responsável pelo bem-estar da família e, deste modo, mantêm e reproduz desigualdades de gênero.

De um lado há a necessidade premente de aplacar a pobreza e romper seu ciclo intergeracional, por outro, e tão importante quanto, há a necessidade de alterar a organização social de gênero que assola as mulheres impedindo que alcancem autonomia. Na realidade de mulheres que vivem cotidianamente a pobreza, como fica essa questão? Qual o peso do discurso normativo das políticas frente às condições objetivas de viver em extrema pobreza e frente a outros tantos e cotidianos discursos normativos, que as associam indiscutivelmente aos papéis de mãe, dona de casa e responsável pelas crianças?

As beneficiárias afirmam que suas vidas melhoraram depois que passaram a receber os recursos transferidos pelo programa. Melhoraram como? Em quais aspectos? Pioraram em outros? Estas são as questões abordadas neste trabalho.

Para tanto, além de identificar os efeitos, nos detivemos também ao exame das formas como as transferências de renda e as condicionalidades operam gerando mudanças na vida das mulheres. Acreditamos que pensar em impactos do PBF e das PTCR em geral só é possível mediante a consideração das condições de extrema carência e destituição em que vivem as beneficiárias. Por esta razão, o trabalho aqui apresentado procura dar os contornos da realidade das mulheres atendidas pelo programa.

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, além desta introdução. No capítulo 2, primeiramente levantamos os aspectos principais das teorias de gênero que permearão todo o restante do trabalho. Em seguida, trazemos a questão da pobreza e da pobreza feminina, abordando as desvantagens no mercado de trabalho, o conceito de

feminização da pobreza e os fatores de gênero que incidem de forma a aumentar a vulnerabilidade das mulheres à pobreza.

No capítulo 3 discutimos a forma como as mulheres têm sido incorporadas pelos sistemas de proteção social como um todo e, especialmente, pelas políticas de combate à pobreza com ênfase às PTCR. No quarto capítulo, inicialmente, explicamos como a pesquisa foi desenvolvida e a contextualizamos em um espaço territorial, em seguida, apresentamos as dez mulheres beneficiárias do PBF que foram entrevistadas, abordando dados sociodemográficos, suas vivências da pobreza e fragmentos de suas histórias de vida.

No capítulo 5 procuramos descrever os processos que se desencadeiam a partir da transferência de renda e das condicionalidades do programa, alterando a vida das mulheres ora positivamente, ora negativamente. Concluímos que estas mulheres e suas vidas estão invariável e indiscutivelmente conformadas a partir dos supostos tradicionais da organização social de gênero. Desta forma, se orientam fortemente pelos signos distintivos de mulheres e homens e afirmam sua feminilidade e seu lugar na sociedade através da maternagem.

Ao dirigir as transferências às mulheres, o PBF, assim como os demais programas de transferência de renda, pretende garantir que seus objetivos de proteger as gerações futuras, combater a fome e a extrema pobreza sejam alcançados. Desta forma, apoiam as mulheres nas funções de reprodução, culturalmente atribuídas a elas e, ao mesmo tempo, se utilizam desta realidade para alcançar seu objetivo de garantir bem-estar às crianças e à família que é na sociedade atual considerado direito destas e obrigação do Estado.

2 GÊNERO E POBREZA FEMININA

Neste capítulo faremos uma abordagem sobre os temas gênero e pobreza. Consideramos que estes temas são importantes tanto para a compreensão do objeto estudado como para o desenvolvimento dos objetivos propostos pela pesquisa. Assim, o capítulo divide-se em duas seções sendo a primeira uma breve revisão sobre a perspectiva de gênero nas ciências sociais e a segunda uma análise da pobreza a partir desta perspectiva.

2.1 Perspectivas e abordagens de gênero

Nesta seção buscamos apresentar o surgimento do termo gênero como conceito e área do conhecimento, assim como as categorias a ele relacionadas. Discutindo como a utilização destas categorias contribui para explicar as relações, as desigualdades e as hierarquias entre mulheres e homens.

A definição e os usos do termo gênero implicam em um debate complexo e rico do qual não pretendemos dar conta em toda sua amplitude. Nosso objetivo nesta seção é situar este trabalho dentro desta área de debate, que se orienta por um conjunto mais ou menos específico de conceitos. Buscamos tratar dos aspectos elementares ou constitutivos da categoria analítica gênero, e principalmente ressaltar como relações sociais e de poder são estruturadas na realidade também a partir desta categoria. (BARBIERI, 1993).

A utilização da categoria gênero se difundiu nos anos setenta a partir, principalmente, dos trabalhos realizados pelas acadêmicas feministas anglosaxãs, com o objetivo de diferenciar as construções socioculturais da biologia. Segundo Lamas (1999), ao diferenciar sexo de gênero, as teóricas feministas tinham um objetivo duplo, qual seja, o de compreender melhor a realidade social e o de fazer frente ao determinismo biológico, muitas vezes utilizado para justificar as desigualdades entre mulheres e homens. Elas acreditavam que, a partir desta diferenciação e da demonstração de que as características femininas são construídas e adquiridas socialmente, seria possível ampliar os argumentos a favor da igualdade entre mulheres e homens. (LAMAS, 1999). É neste contexto “que surge e se expande o conceito de gênero como categoria que, no social, corresponde ao sexo anatômico e fisiológico das ciências biológicas. O gênero é o sexo socialmente construído.” (BARBIERI, 1993, p, 5, tradução nossa) ¹

¹ ... surge y se expande el concepto de género como categoría que en lo social, corresponde al sexo anatómico y fisiológico de las ciencias biológicas. El género es el sexo socialmente construido. (BARBIERI, 1993, p.114)

Através do conceito de gênero busca-se superar as explicações biologizantes das diferenças entre mulheres e homens, substituindo-as pelo entendimento de que as relações existentes entre eles, assim como os papéis e simbolismos sexuais, não são determinados por aspectos biológicos, mas sim por construções culturais. São estas construções culturais, organizadas a partir das diferenças biológicas, embora não determinadas por elas, que formatam o feminino e o masculino. O gênero é, portanto, “uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos.” (SCOTT, 1995, p.72)

Segundo Joan Scott (1995), o termo gênero começou a ser utilizado para referir-se às relações sociais entre os sexos e para diferenciar os aspectos culturais das diferenças físicas entre mulheres e homens. No entanto, na medida em que foi sendo difundido, passou a ser utilizado também para definir um campo específico de pesquisa e, muitas vezes, como sinônimo das palavras mulher e sexo. (BARBIERI, 1993; SCOTT, 1995)

Assim, tem-se designado por teorias de gênero, dimensão de gênero, estudos de gênero, recorte de gênero e análise de gênero os trabalhos centrados na mulher, que tratam das desigualdades entre mulheres e homens, da participação delas no mercado de trabalho, nas instituições políticas, na provisão de bem-estar, entre outros. Esta área de pesquisa é bastante heterogênea e encontra-se dividida em inúmeras correntes e orientações teóricas. (DRAIBE, 2007; SCOTT, 1995; LAMAS, 1999)

Segundo Barbieri (1993), o novo movimento feminista da década de setenta lutava pelo reconhecimento das mulheres como sujeitos detentores de direitos inalienáveis, e se deparou com a necessidade de compreender e explicar a situação de subordinação em que estas se encontravam. Neste momento, há o reconhecimento de que as desigualdades e a estratificação social não são apenas de ordem econômica ou de classe, mas envolvem outras dimensões. Tal reconhecimento configura, na visão da autora, uma importante ruptura epistemológica nas ciências sociais. “Trata-se do reconhecimento de uma dimensão da desigualdade social até então não tratada, subsumida na dimensão econômica, nas teorias de classe e nas da estratificação social.” (BARBIERI, 1993, p.5, tradução nossa)²

Explicita-se, desta forma, que as fronteiras de gênero são traçadas, assim como as de classe, para servir a funções políticas, sociais e econômicas. Embora nem sempre explicitadas elas se transmitem implicitamente através dos símbolos e da linguagem e atuam estruturando a sociedade.

² Se trata del reconocimiento de una dimensión de la desigualdad social hasta entonces no tratada, subsumida en la dimensión económica, ya en las teorías de las clases, ya en las de la estratificación social. (BARBIERI, 1993, p. 5)

Barbieri (1993) ressalta a ruptura epistemológica gerada com o surgimento da dimensão do gênero e Scott (1995) afirma que o uso do gênero como categoria analítica reflete também uma mudança de paradigma em que a ênfase deixa de ser colocada na causa e passa ao significado. Segundo esta autora, é no espaço aberto pelo debate em torno das ideias do homem racional e da objetividade dos fatos que o gênero se articula como categoria analítica.

Contudo, Scott (1995) destaca que, muitas vezes, os estudos de gênero têm se limitado a produções descritivas e que o termo gênero tem sido utilizado, de forma recorrente, para se referir ao estudo das coisas relativas às mulheres, o que não condiz com o uso do termo gênero como categoria analítica. Neste sentido, a autora afirma que, para as ciências sociais, mais importante que descrever e registrar as diferenças culturais entre os sexos é explicar como a sociedade se organiza a partir do gênero. Ou seja, como a partir das diferenças socialmente construídas entre mulheres e homens estruturam-se desigualdades e hierarquias, distribui-se poder, determinam-se papéis e sustentam-se relações sociais.

Scott (1995), comentada por Lamas (1999), ressalta que o conceito de gênero deve ser percebido como um conjunto de referências por meio do qual é possível estruturar a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. O controle diferencial dos recursos materiais e simbólicos que estabelece poder é distribuído a partir de referências de gênero. (LAMAS, 1999; SCOTT, 1995)

Scott (1995), divide o conceito de gênero em duas partes, a primeira consiste no gênero como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos” e a segunda na teorização do gênero como forma primária de dar significado às relações de poder. O gênero como elemento essencial das relações sociais opera a partir da articulação de quatro elementos: símbolos culturais, conceitos normativos que expressam a interpretação dos símbolos, noção de fixidez binária do gênero e identidade subjetiva. E o gênero tomado como forma de dar significação às relações de poder assinala para o fato de que as significações de gênero e de poder são construídas reciprocamente e que as posições sociais são definidas e justificadas por meio do gênero. (SCOTT, 1995, p. 86-88)

Assim, o conceito de gênero deve ser percebido como um conjunto de referências por meio do qual é possível estruturar a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. (SCOTT, *apud* LAMAS, 1999) “O gênero facilita o modo de decodificar o significado que as culturas outorgam à diferença de sexos e é uma maneira de compreender as complexas

conexões entre várias formas de interação humana.” (LAMAS, 1999, p. tradução nossa)³

Segundo Barbieri (1993), os estudos de gêneros estão divididos em três perspectivas distintas. A primeira se orienta pelas “relações sociais entre os sexos”, a segunda se dedica às diferenciações associadas ao gênero e a terceira considera os sistemas de gênero como sistemas de poder. Segundo a autora, os estudos chamados “relações sociais entre os sexos” atribuem grande importância à divisão sexual do trabalho como geradora das desigualdades entre mulheres e homens. Faz parte desta perspectiva a premissa de que todas as desvantagens percebidas pelas mulheres no mercado de trabalho, na vida pública etc. são derivadas da divisão do trabalho entre os sexos.

A perspectiva que se dedica às diferenciações associadas ao gênero dá ênfase à socialização através da qual se realiza o aprendizado de papéis distintos e desiguais atribuídos a mulheres e homens, por meio dos quais se reproduzem as desigualdades entre os gêneros. A terceira perspectiva, à qual a autora atribui maior capacidade de explicar a situação de subordinação em que se encontram as mulheres na América Latina, entende que a hierarquia sexual existente é o resultado dos conflitos entre mulheres e homens até agora desvantajoso para as primeiras. (BARBIERI, 1993)

Na próxima seção, apresentaremos algumas relações entre mulheres e pobreza que surgiram a partir da década de oitenta como resultado dos estudos sobre a pobreza realizados com o foco nas mulheres. As sociedades têm utilizado das referências de gênero para distribuir trabalho, papéis, funções, poder e reconhecimento entre mulheres e homens, e esta distribuição vem sendo articulada e funciona em uma lógica desfavorável às mulheres. Estas desvantagens geram desigualdades em todos os âmbitos, inclusive na distribuição da riqueza e no acesso a ativos para enfrentar situações adversas relacionadas à pobreza.

2.2 Pobreza feminina e trabalho

Nesta seção faremos uma discussão sobre a conceituação e definição da pobreza e suas relações com gênero e mercado de trabalho. Procuraremos discutir como as características próprias da pobreza conjugadas aos aspectos de gênero criam uma condição ainda mais desfavorável às mulheres.

A pobreza é um processo de natureza complexa, relacional e multidimensional e está vinculada à privação de elementos básicos ou essenciais a uma vida digna. A pobreza,

³ El género facilita un modo de decodificar el significado que las culturas otorgan a la diferencia de sexos y una manera de comprender las complejas conexiones entre varias formas de interacción humana. (LAMAS, 1999, p.)

atualmente, tem sido definida a partir de uma perspectiva multidimensional em que se considera a privação, ou a não satisfação de necessidades básicas, como condições da residência e do lugar onde se mora, ingestão de alimentos, acesso a serviços de educação e saúde e insuficientes ingressos financeiros. Além disso, é necessário considerar o processo que leva à pobreza e não apenas a situação dada. (ARRIAGADA, 2005)

Ao focar a pobreza sob uma perspectiva multidimensional é possível identificar a diversidade das causas que levam a essa condição e as suas diferentes manifestações em distintos grupos. A pobreza, embora também se manifeste de forma crônica, deve ser compreendida como uma situação ou estado que não é definitivo, nem estático, mas que ao contrário, em alguns casos, pode alterar-se rapidamente.⁴ (ARRIAGADA, 2005)

A pobreza está relacionada com o acesso desigual e limitado aos recursos produtivos e com a escassa participação nas instituições sociais e políticas. Deriva de um acesso restrito à propriedade, de baixas renda e consumo, de limitadas oportunidades sociais, políticas e de trabalho, de insuficientes realizações educacionais, em saúde, em nutrição e em acesso uso e controle de recursos naturais, e em outras áreas do desenvolvimento. (ARRIAGADA, 2005, p. 102, tradução nossa)⁵

Os enfoques descritivos da pobreza têm avançado, incrementando cada vez mais a concepção de pobreza. A noção de pobreza, outrora entendida apenas como insuficiência de renda e consumo, tem sido ampliada a fim de incorporar em sua definição carências relacionadas a conhecimentos, habilidades, vínculos sociais e autonomias, constituindo perspectiva ainda mais ampla do que a das necessidades básicas. (HENRÍQUEZ e RECA, 2005)

De acordo com Paugam (2007), além das perspectivas descritivas, por mais satisfatórias que estas tenham se apresentando, é preciso também apreender a noção mesma da pobreza por meio de uma perspectiva sociológica que discuta o que faz com que uma pessoa seja pobre em determinada sociedade. Ou seja, o que faz com que uma pessoa seja considerada pobre aos olhos da coletividade, fazendo com que passe a ser definida prioritariamente por sua condição de pobreza, mesmo esta condição sendo relativa, variando de acordo com o tipo de desenvolvimento econômico e com o nível de proteção social de cada

⁴ Devido ao entendimento da pobreza como uma condição ou situação, usualmente tem se utilizado das expressões “população em situação de pobreza”, “grupos em condição de extrema pobreza” etc. Embora, tenhamos o entendimento da pobreza como situação, nem sempre utilizaremos dessas expressões no decorrer desse texto.

⁵ La pobreza está relacionada con el acceso desigual y limitado a los recursos productivos y con la escassa participación en las instituciones sociales y políticas. Deriva de un acceso restrictivo a la propiedad, de bajos ingreso y consumo, de limitadas oportunidades sociales, políticas y laborales, de insuficientes logros educativos, en salud, en nutrición, en acceso, uso y control en materia de recursos naturales, y en otras áreas del desarrollo.

país ou sociedade. (PAUGAM, 2007)

Paugam (2007), seguindo a Simmel (1998), afirma que embora possa ser percebida e se manifestar de forma diferente, receber assistência pública, ou seja, depender do resto da sociedade é o que essencialmente define a categoria pobre. Desta forma, a pobreza se constitui-se, essencialmente, na incapacidade de viver por seus próprios meios e, logo, na necessidade de receber assistência dos demais, sem poder estabelecer uma relação de complementaridade ou reciprocidade, ao menos imediatamente. (PAUGAM, 2007)

O “pobre” receptor de ajudas especialmente dirigidas a ele deve aceitar viver, ao menos temporariamente, com a imagem negativa, que dele projeta a sociedade e que ele termina por interiorizar; esta imagem se associa com deixar de ser útil e formar parte daqueles que em algumas ocasiões são considerados indesejados. (PAUGAM, 2007, p. 152, tradução nossa.)⁶

Embora, a conceituação de pobreza já tenha avançado em direção a uma concepção multidimensional do fenômeno e suas perspectivas analíticas tenham se tornado mais complexas, sua mensuração, sobretudo as mais utilizadas como orientadoras de políticas públicas, valem-se, principalmente, dos critérios de renda e consumo. Assim, a mensuração da pobreza e a distinção entre quem é pobre e quem não é, se fazem, via de regra, por meio de linhas traçadas por governos e agências multilaterais. Essas linhas são estabelecidas visando definir o mínimo de renda que assegure a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos e famílias e são utilizadas para orientar as políticas sociais de combate à pobreza. A linha de pobreza define o patamar absoluto abaixo do qual as pessoas deveriam ser consideradas pobres. (COSTA, et al. p.18)

O Banco Mundial utiliza como critério de definição da pobreza e indigência os valores de US\$ 2,00 e US\$ 1,00 *per capita* ao dia. Ou seja, vivem em condição de pobreza os indivíduos que contam com até US\$ 2,00 por dia e em situação de indigência aqueles que contam com até US\$ 1,00 por dia.

No Brasil a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (1993) estabelece em seu texto as linhas de pobreza e indigência baseadas em frações do salário mínimo. Desta forma, são consideradas pobres famílias que vivem com renda de até meio salário mínimo *per capita* ao mês e extremamente pobres aquelas que vivem com renda de até um quarto de salário mínimo *per capita* ao mês. Além das linhas de pobreza e extrema pobreza estabelecidas pela

⁶ El “pobre”, receptor de ayudas especialmente dirigidas a él, debe aceptar vivir, al menos temporalmente, con la imagen negativa, que de él proyecta la sociedad y que termina por interiorizar esta imagen se asocia con dejar de ser útil y formar parte de aquellos que en algunas ocasiones son considerados “indeseables”. (PAUGAM, 2007, p. 152)

LOAS, existem também as linhas definidas pelo Programa Bolsa Família, em março de 2013, estabelecidas em renda de até R\$ 70,00 mensal *per capita* para famílias em situação de extrema pobreza e renda *per capita* mensal de até R\$ 140,00 para famílias em condição de pobreza. Embora, o PBF não seja uma política de Estado como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) suas linhas de corte têm sido utilizadas em diferentes circunstâncias como parâmetros para dimensionar pobreza e extrema pobreza no país. (MESQUITA, JACCOUD, SANTOS; 2011)

As taxas de pobreza têm caído no Brasil para qualquer que seja a linha de referência utilizada. Esta diminuição pode ser atribuída ao aumento do salário mínimo e às transferências de renda que veem aumentando no país. (LAVINAS e NICOLL, 2006)

O mercado de trabalho segue sendo, no Brasil, a maior fonte na provisão de bem-estar individual e familiar. Não poderia ser diferente, dado o escopo limitado do sistema de proteção social brasileiro. Entretanto, a inserção ocupacional dos mais pobres continua extremamente precária em razão dos altos níveis de informalidade e ausência de vínculos garantidores de direitos àqueles sem poder de barganha. (LAVINAS e NICOLL, 2006, 42)

A situação brasileira assemelha-se à da América Latina como um todo, sendo o trabalho remunerado a principal fonte de renda na maioria dos domicílios. Desta forma, o trabalho constitui-se em um elemento crucial, embora não seja o único, para a superação da pobreza. (HENRÍQUEZ e RECA, 2007) No Brasil, de acordo com Lavinias e Nicoll (2006), entre os pobres a taxa de atividade é bastante inferior à média nacional, e a taxa de desemprego é muito elevada, demonstrando que as pessoas pertencentes à parcela mais pobre da população, de modo geral, encontram maiores dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho.

De acordo com Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA, 2011), comentando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, no Brasil, a população em idade ativa (PIA)⁷, que se encontrava em situação de extrema pobreza neste período, concentrava-se principalmente entre os inativos e produtores agrícolas e, dentre eles, os que se encontravam em empregos formais constituíam uma parcela inexpressiva estatisticamente. Entre a população em situação de pobreza, no mesmo período, a maior parte também se encontrava entre os inativos, seguidos pelos empregados informais, e apenas nove por cento estava alocada em empregos formais, como mostra o quadro abaixo.

⁷ O Censo e a Pnad consideram as pessoas com dez anos ou mais de idade como parte da população em idade ativa (PIA). Porém, neste estudo o Ipea utilizou uma noção mais restrita para definir a PIA, considerando apenas as pessoas com idade entre 16 e 64 anos e excluindo desta os estudantes.

TABELA 1 - Distribuição da PIA por posição na ocupação dos grupos em situação de pobreza e extrema pobreza (%)

Situação	Inativos	Produtores agrícolas	Desocupados	Empregados informais	Empreendedores	Empregados Formais	Empregados	Total
Extrema Pobreza	35	29	16	13	7	-	-	100
Pobreza	30	17	10	22	11	9	-	100
Média brasileira	22	7	6	15	13	34	3	100

Fonte: Ipea 2009, retirados de PNAD 2009 – IBGE.

Os pobres e os extremamente pobres estão sobrerrepresentados em relação à média nacional, principalmente entre os inativos e desocupados e sub-representados entre os empregados formais que correspondiam a 34% da PIA brasileira em 2009.

Se as pessoas em situação de pobreza encontram dificuldades para se constituírem como força de trabalho, para as mulheres pobres as barreiras são ainda maiores porque elas acumulam as desvantagens vinculadas à condição de pobreza e as relativas às referências de gênero. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), há desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho, com desvantagens para as primeiras. As mulheres têm maiores dificuldades para se constituírem como força de trabalho, para conseguirem uma ocupação, recebem salários inferiores e estão alocadas em atividades com piores características em relação aos homens.

A porcentagem de mulheres economicamente ativas, ou seja, que trabalham ou procuram emprego, é inferior à de homens em todas as faixas de escolaridade, porém, nas faixas com menos anos de estudo as diferenças são mais expressivas. Quanto menor o número de anos de estudo maior a diferença entre o percentual de mulheres e homens economicamente ativos. Em 2005, até a faixa dos que estudaram de 8 a 10 anos a diferença variava entre 30 e 20 pontos percentuais, começando a diminuir a partir da faixa dos que possuíam entre 11 e 14 anos de estudo, e reduzindo-se expressivamente entre os que estudaram 15 ou mais anos, conforme mostra a tabela 2. (PNAD, 2005 *apud* BRUSCHINI, 2007)

TABELA 2 - Taxas de Atividade, por sexo e anos de estudo (2005) (%)

Taxa de Atividade	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	1 a 3 anos de estudo	4 a 7 anos de estudo	8 a 10 anos de estudo	11 a 14 anos de estudo	Mais de 15 anos de estudo	Total
Mulheres	37,2	37,9	42,1	55,4	73,3	82,8	52,9
Homens	68,6	61,0	66,0	78,9	89,2	89,1	73,6

Fonte: FIBGE/PNAD 2005 – Microdados, retirados de BRUSCHINI (2007)

A diferença média na taxa de atividade de mulheres e homens se manteve praticamente estável, na casa dos vinte pontos, de 2005 para 2009. De acordo com a PNAD (2009) comentada por DIEESE (2012), 52,7% das mulheres em idade ativa – mais de dez anos de idade – estavam no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, enquanto 72,3% dos homens em idade ativa se encontravam nesta condição no mesmo período.

Entre a população ativa, as mulheres também têm sido especialmente atingidas pelo desemprego, de acordo com IBGE (2012), em 2011 as mulheres representavam mais da metade dos desocupados maiores de 15 anos no Brasil. O desemprego feminino é sempre mais elevado que o desemprego masculino em todas e as regiões do país e em todos os setores de atividade econômica. (DIEESE, 2012)

Os rendimentos do trabalho também são inferiores para as mulheres em relação aos dos homens, em 2011, 31,4% das mulheres, enquanto 22,1% dos homens ocupados recebiam até 1 salário mínimo. Entre as mulheres ocupadas, 10,0% não tinham rendimentos, enquanto 5,8% dos homens estavam na mesma situação. (IBGE, 2012)

TABELA 3 - Faixa de Rendimento por sexo (%)

Faixa de Rendimento	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
	2005		2011	
Até 1 SM*	35,9	27,7	31,4	22,1
1 a 2 SM	26,8	30,1	32,9	32,7
2 a 5 SM	14,2	22,7	16,0	25,5
Mais de 5 SM	5,6	10,2	6,3	10,0
Sem rendimento	16,5	8,1	10,0	5,8
Total	100	100	100	100

Fontes: FIBGE/PNAD 2005 – Microdados, organizados por BRUSCHINI (2007, p. 567), PNAD 2011, apud IBGE (2012a)

*Salário Mínimo

Comparando-se os rendimentos de mulheres e homens em 2005 e 2011, observa-se que as maiores variações ocorreram na faixa da população sem rendimentos e na dos que ganhavam de 1 a 2 salários mínimos. Houve uma diminuição no percentual de mulheres e de homens inseridos nestas faixas de rendimento e um pequeno aumento no percentual de pessoas que recebem de 1 a 5 salários, mas a faixa dos que ganham mais de 5 salários mínimos se manteve estável.

“O nível de ganhos dos brasileiros é reconhecidamente baixo e as mulheres brasileiras – como as mulheres de todo o mundo – ganham ainda menos do que os homens”. (BRUSCHINI, 2007, p. 566) Em 2011, o rendimento médio das mulheres equivalia a 70,4% do rendimento médio dos homens, sendo igual a R\$ 997,00, enquanto o dos homens correspondia a R\$ 1.417,00. Esta desigualdade salarial se origina tanto na discriminação da mão de obra feminina e do trabalho desempenhado pelas mulheres quanto na segregação ocupacional. (COSTA et al., 2005)

As mais baixas remunerações recebidas pelas mulheres, se comparadas às dos homens, são reafirmadas quando se consideram os setores econômicos, os grupos de horas trabalhadas, a posição na ocupação e os anos de estudo. (BRUSCHINI, 2007, p. 567)

A segregação ocupacional por sexo define-se pela presença maciça das mulheres em determinados setores e subsetores produtivos, como os do trabalho doméstico e do

secretariado, por exemplo, e pela presença pouco significativa da mão de obra feminina em outros, sobretudo nos mais valorizados. A prestação de serviços, a agropecuária, o setor social, o comércio de mercadorias e a indústria, nesta ordem, constituem os setores da economia que mais empregam mulheres. (BRUSCHINI, 2007; LAVINAS, 2001)

Em 2005, a maior parte das mulheres estava ocupada no setor de serviços e 40% dessa estava alocada nos subsetores educação, saúde e serviços sociais. (BRUSCHINI, 2007) Outro nicho de mão de obra feminina é o trabalho doméstico, “por não exigir níveis de instrução elevados, os serviços domésticos constituem uma das poucas possibilidades hoje existentes para o emprego de pessoas com baixa escolaridade, como é o caso de muitas mulheres adultas”. (DIEESE, 2012, p. 152)

Segundo Bruschini (2007), em 2005, 33% da mão de obra feminina situava-se nos nichos precários de atividade. As atividades são consideradas precárias devido às longas jornadas de trabalho, ao baixo índice de carteira assinada e à baixa remuneração - inferior a dois salários mínimos. De acordo com IBGE (2012), 30% da mão de obra ativa feminina, em 2011, continuava alocada em postos de trabalho precários, como trabalhadoras domésticas, empregadas sem rendimentos ou em atividades para o próprio consumo e de seus familiares.

Para Bruschini (2007, p. 56) “A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tem sido caracterizada, através do tempo, pela precariedade que tem atingido uma importante parcela de trabalhadoras.” Segundo a autora, a parcela formal da ocupação, onde existe algum tipo de contrato entre as partes, é mais reduzida entre as mulheres e, ao mesmo tempo, elas são maioria nas situações de trabalho vulnerável caracterizado por “baixa formalização, baixos salários, jornadas longas, e nenhuma cobertura da Seguridade Social”. (DIEESE, 2012, p.208)

Durante a década de 90 até 2005, as mulheres alcançaram alguns progressos em suas condições no mercado de trabalho brasileiro, devido, principalmente, ao aumento em sua escolaridade absoluta e relativa. Elas têm, em média, mais anos de estudo e constituem maioria dentre os que possuem nível médio e superior completos. Diante dos progressos alcançados, a situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tornou-se heterogênea podendo observar-se, de um lado, o aumento de sua participação no mercado de trabalho e o acesso a carreiras de prestígio por mulheres escolarizadas. De outro, o elevado desemprego feminino e o predomínio das mulheres em atividades de má qualidade, precárias e informais. (BRUSCHINI, 2007)

Desta forma, desde a década de noventa, alguns avanços na inserção das mulheres ao mundo do trabalho produtivo puderam ser observadas, mas elas ainda se encontram em

situação de desvantagem no mercado de trabalho brasileiro. Esta situação constitui-se pela segregação ocupacional que mantém a mulher em nichos específicos do setor ocupacional, por menores rendimentos do trabalho para elas, por taxas de desemprego maiores para as mulheres que para os homens e por condições desfavoráveis de trabalho, sendo elas a maioria nas atividades precárias e vulneráveis.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), comentada por Costa e outros (2005), utiliza a noção de determinantes de gênero na pobreza feminina e aponta quatro características relacionadas ao gênero que aumentam a vulnerabilidade das mulheres à pobreza. A primeira delas é o fato das mulheres participarem menos no mercado de trabalho, há menos mulheres economicamente ativas que homens. A segunda “é a desvalorização econômica e social das atividades desempenhadas pelas mulheres, demonstrada por menores salários e pela segregação ocupacional que reserva às mulheres os postos de trabalho mais precários, menos formalizados e contribui para a cristalização da ideia de que as mulheres não são capazes de atuar em atividades de melhor qualidade.” Os outros dois determinantes de gênero apontados pela OIT são a desigualdade no acesso aos recursos produtivos e a baixa presença de mulheres em postos de comando. (COSTA, et al., 2005, p. 13)

A pobreza feminina tem sido predominantemente compreendida e analisada sob a abordagem ou concepção teórica da feminização da pobreza. Esta abordagem parte dos supostos de que há mais mulheres do que homens entre os pobres e de que a pobreza atinge mais severa e intensamente às mulheres e às famílias chefiadas por elas e ainda, que estas possuem menos recursos para superá-la. (HENRIQUÉZ e RECA, 2008; LAVINAS e NICOL, 2010; COSTA et al., 2005)

De acordo com Costa e outros (2005), feminização da pobreza e sobrerrepresentação da mulher na pobreza são fenômenos relacionados, porém distintos. De acordo com os autores existem diferentes definições possíveis do que seja feminização da pobreza, mas ela deve ser compreendida essencialmente como um processo em que aspectos específicos são considerados ao longo do tempo.

O aumento da proporção de mulheres e o aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres, assim como o crescimento, desfavorável às mulheres, nos diferenciais de incidência e intensidade da pobreza, em relação aos homens, são, para Costa e outros (2005), os aspectos mais importantes no processo de feminização da pobreza. Já a sobrerrepresentação feminina na pobreza considera apenas a maior presença das mulheres entre os pobres em um momento histórico específico.

A feminização da pobreza nasceu casada com a ideia de que famílias compostas por

mulher com filhos sem cônjuge eram mais vulneráveis à pobreza. Pearce (1978), comentada por Novellino (2004), associa o empobrecimento das mulheres ao aumento de famílias sem um adulto do sexo masculino, onde a mulher passa de coprovedora à provedora principal ou exclusiva. Desta forma, as famílias chefiadas por mulheres passaram a ser vistas como as unidades mais vulneráveis que precisavam ser alvo das atenções e ações de proteção social.

Costa e outros (2005) afirmam que a verificação de maiores níveis de pobreza entre os domicílios monoparentais chefiados por mulheres explica-se pelo fato destes contarem com a renda de apenas um adulto. Esses autores ressaltam que a proporção entre adultos capazes para o trabalho e pessoas – adultos ou crianças - incapazes para o trabalho é muito mais explicativa e determinante nas condições de pobreza da família do que o sexo do provedor principal. Ou seja, a taxa de dependência econômica estabelecida a partir da proporção de inativos – crianças e desempregados – que dependem de cada trabalhador e de seus rendimentos dentro do domicílio é o que realmente influencia na vulnerabilidade à pobreza das famílias monoparentais femininas.

Tal afirmação pode ser evidenciada pelo fato de famílias monoparentais masculinas, embora pouco representativas numericamente, apresentarem piores condições em relação à pobreza quando comparadas a famílias monoparentais femininas. Desta forma, as condições materiais das famílias monoparentais femininas são piores quando comparadas às condições das famílias nucleares por contarem apenas com um provedor.

A relação entre a incidência e a severidade da pobreza, verificada em famílias monoparentais femininas, se relaciona com o sexo do provedor somente ao considerarmos os determinantes de gênero - barreiras e desvantagens discriminatórias – que, assim como a taxa de dependência, aumentam o risco à pobreza.

No entanto, ainda segundo Costa e outros (2005), há motivos para acreditar que há uma sobrerrepresentação das mulheres na pobreza, principalmente ao considerarmos a distribuição intrafamiliar dos recursos financeiros. De acordo com eles, “é razoável levar em consideração que os mesmos motivos que causam desigualdades na divisão do trabalho doméstico ou na diferenciação dos salários de homens e mulheres possam também provocar desigualdades na distribuição da renda dentro das famílias.” (COSTA et al., 2005, p. 21)

De acordo com Henriquéz e Reza (2005), a distribuição dos recursos dentro da família, como consequência das relações de poder baseadas no gênero, é desfavorável às mulheres tanto nas famílias pobres como nas não pobres. A suposição de que todas as pessoas de um domicílio são igualmente ricas ou pobres, pode subestimar a pobreza entre as mulheres, uma vez que a distribuição dos recursos não acontece de forma equânime dentro da família e

que os homens, de modo geral, são quem possuem maior renda do trabalho. Desta forma, embora os indicadores de pobreza informem a renda familiar, dificultando a verificação deste aspecto, considerar que a distribuição intradomiciliar dos recursos acontece de forma igualitária significa subestimar a pobreza entre as mulheres. (HENRIQUÉZ E RECA, 2005; COSTA et al., 2005)

A pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, muitas delas subjetivas e difíceis de capturar por uma única medida simples e objetiva. A aferição do nível de pobreza complica-se ainda mais quando considerada sob a ótica de gênero, pois diversas formas de medir pobreza são insensíveis às privações específicas sofridas pela mulher, como a vulnerabilidade, a violência doméstica e a falta de autonomia. (COSTA et al., 2005)

Desta forma, é preciso destacar que “existem fatores de gênero incidentes no nível de vulnerabilidade das pessoas à pobreza bem como nas suas possibilidades de superá-la” (COSTA et al., 2005, p. 13) e que gerar recursos próprios advindos do trabalho é mais difícil para as mulheres. Neste sentido, os autores ressaltam que ao relacionar mulher e pobreza corre-se o risco de mascarar o problema mais amplo que é a desigualdade de gênero verificada em todos os estratos sociais.

Assim, distinguir a pobreza feminina da pobreza masculina e compreendê-la de forma rica e complexa implica em discutir a desvalorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho como uma das manifestações da discriminação de gênero. Implica também em discutir a divisão sexual do trabalho e a desvalorização do trabalho de cuidado como aspectos que atuam de forma determinante para tornar as mulheres mais propensas a experimentar a pobreza. Ou seja, implica em discutir a organização social de gênero de modo geral. (COSTA et al., 2005; TEPICHIN, 2007)

De acordo com Ochoa (2007), nas últimas décadas tem crescido a preocupação com as relações entre pobreza e gênero. Os estudos sobre a pobreza, ao incorporarem as desigualdades de gênero em suas análises, têm colocado a divisão do trabalho e a constituição das unidades domésticas como questões centrais para explicar de que forma as condições próprias desse fenômeno ligam-se às desigualdades de gênero gerando mais pobreza. (TEPICHIN, 2008)

As sociedades atribuem papéis de gênero, isto é, atribuem funções distintas e desiguais a mulheres e homens. Essas funções desiguais se manifestam principalmente na divisão sexual do trabalho em que o homem é o responsável pelo trabalho produtivo enquanto à mulher cabe o trabalho de reprodução e a responsabilidade pela maior parte das atividades domésticas. Desta forma, as mulheres ficam com as atividades domésticas não remuneradas e

desvalorizadas da reprodução, enquanto aos homens cabem as atividades públicas, remuneradas e valorizadas da produção social de riquezas.

“Requiere-se ter sempre em conta que a origem das relações de gênero nas sociedades ocidentais reside na desvalorização da atuação social das mulheres desenvolvida principalmente em torno da reprodução.” (HENRIQUEZ E RECA, 2005, p.87, tradução nossa.)⁸ Requiere-se também considerar que os padrões institucionalizados de valores negam a participação paritária das mulheres, tanto as sobrecarregando com uma excessiva atribuição de diferença como não reconhecendo o que lhes é distintivo. Assim, os valores institucionalizados estabelecem e reproduzem desigualdades entre mulheres e homens criando separações e diferenças entre o que é próprio e função da mulher e o que é próprio e função do homem e, ao mesmo tempo, valorizando o que é atribuído ao masculino em detrimento do feminino e gerando cotidianamente desvantagens para as mulheres. (FRASER, 2007) Tudo isso como síntese das relações de dominação/subordinação de gênero, ou seja, das relações de poder ainda desvantajosas para as mulheres.

A partir das fortes exigências de trabalho feitas pela organização da produção capitalista, que obrigou a separar a reprodução e a concentrá-la no âmbito do domicílio, atribuindo sua responsabilidade às mulheres, a desigualdade de gênero constitui um dos suportes da sociedade moderna. Ao atribuir menor valor ao que se faz no âmbito privado, esta segregação se consagrou culturalmente e marcou o conjunto das relações sociais, o que explica a maior pobreza das mulheres, que ficaram fora do mercado de trabalho e sem gerar renda própria. (HENRIQUÉZ E RECA, 2005, p.86, tradução nossa.)⁹

Para Tepichin (2009, p. 133), o estudo da pobreza feminina, portanto, deve partir dos obstáculos que as mulheres encontram no processo de construção de suas autonomias, não só de acesso a recursos, mas no reconhecimento da sua posição como participantes plenas da interação, considerando os padrões institucionalizados de valores culturais que privilegiam o construído sobre o masculino em detrimento do feminino estruturando grande parte das relações.

Segundo Fraser (1997), comentada por Tepichin (2009), a distribuição material dos

⁸ Se requiere tener siempre en cuenta que el origen de las relaciones de género en las sociedades occidentales reside en la minusvaloración de la actuación social de las mujeres, desarrollada principalmente en torno a la reproducción. (HENRIQUÉZ E RECA, 2005, p.87)

⁹ A partir de las fuertes exigencias de trabajo hechas por la organización de la producción capitalista, que obligó a separar la reproducción y a concentrarla en el ámbito del hogar, asignando su responsabilidad a las mujeres, la desigualdad de género constituye uno de los suportes de la sociedad moderna. Al atribuir menor valor al quehacer del ámbito privado, esta segregación se consagró culturalmente y marcó el conjunto de las relaciones sociales, o que explica la mayor pobreza de las mujeres, que quedaron fuera del mercado de trabajo y sin generar ingresos propios. (HENRIQUÉZ E RECA, 2005, p.86)

recursos, assim como a promoção de valores culturais que expressem igual respeito a mulheres e homens e assegurem igualdade nas oportunidades voltadas a obter estima social são condições essenciais para se incidir sobre as desigualdades de gênero.

Assim, ao relacionar mulher e pobreza é imprescindível o uso do gênero como categoria social, ou seja, é preciso ressaltar que as desigualdades engendradas pelo sistema de gênero tornam as mulheres mais vulneráveis à pobreza. É também importante ressaltar que a construção de suas autonomias encontra barreiras impostas pelos padrões institucionalizados do sistema de gênero que sobrecarrega as mulheres com as responsabilidades da reprodução social e não as remunera por esta atividade.

Tendo discutido nesta seção as condições das mulheres no mercado e trabalho, elemento central para a superação da pobreza, discutiremos no próximo capítulo a condição das mulheres dentro dos sistemas de proteção social e qual o papel que elas cumprem nas políticas contra a pobreza, elementos também importantes e distintivos relacionados às mulheres que vivem em situação de pobreza.

3 POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRENTAMENTO DA POBREZA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Este capítulo é composto por quatro seções, na primeira trazemos uma discussão sobre o papel das mulheres nos sistemas de proteção social. Em seguida, tratamos das Políticas de Transferência Condicionada de Renda, como um componente, dirigido às famílias, cada vez mais importante nos sistemas de proteção da América Latina. Na terceira seção discutimos o lugar das mulheres como agentes destas políticas, buscando destacar quais são os supostos que fizeram com que as PTCR as indicassem como suas interlocutoras preferenciais. Por fim, apresentamos as implicações de gênero, apontadas pela literatura, decorrentes da forma como as mulheres têm sido incorporadas pelas políticas sociais.

3.1 A mulher nas políticas sociais

Nesta seção, abordamos a problemática de como o papel desempenhado pelas mulheres na provisão de bem-estar acabam reproduzindo e reforçando a lógica tradicional da divisão do trabalho entre mulheres e homens. Para tanto, começamos definindo políticas sociais e, em seguida, fazemos um resumo da teorização sobre os regimes de bem-estar. Por fim, destacamos como as mulheres têm feito parte destas políticas e como, ao serem formuladas, elas contam com o trabalho de cuidado não remunerado, desempenhado na esfera doméstica, para alcançar seus objetivos. Associam esta atividade ao feminino e, desta forma, acabam, em alguma medida, reforçando e naturalizando os papéis sociais de gênero.

Serrano (2007) define as políticas sociais como a ação planejada do Estado voltada a reparar e impedir os desajustes gerados pela ação do mercado e a igualar as oportunidades entre os cidadãos, estando alinhadas à ideia de justiça social. As políticas sociais cumprem quatro funções complementares; a da proteção ou da assistência, a de bem-estar, a da realização dos direitos de cidadania e a da coesão social. Por meio do desenvolvimento de suas três primeiras funções, a política social possibilita a coesão, na medida em que promove o sentimento de pertencimento nos cidadãos. Sendo, desta forma, compreendidas não apenas como um conjunto de benefícios garantidos pelo Estado, mas como mecanismos de reconhecimento e integração da sociedade.

Em sua função de proteção e assistência, as políticas sociais implementam ações de caráter reparatório que asseguram, por meio de repasses monetários ou em espécie e da oferta de serviços, padrões mínimos à população em situação de pobreza. Portanto, esta função das

políticas sociais consiste no “trabalho do Estado para apoiar as pessoas que apresentam vulnerabilidade e risco de quebra de renda o que dificulta sua integração social”. (SERRANO, 2007, p. 315)

A função de bem-estar é desempenhada pelas ações voltadas à geração de oportunidades e consistem em políticas de caráter universal que ofertam serviços de saúde e educação, equipamentos públicos e ampliação dos direitos dos trabalhadores. O bem-estar está associado à oportunidade de acesso, cobertura e qualidade dos serviços sociais, se relacionando diretamente à função das políticas sociais de realizar os direitos de cidadania.

Os direitos de cidadania se objetivam por meio da oferta tanto de ações voltadas ao bem-estar quanto de ações de assistência vinculadas à noção de direitos, e garantidas a todos os cidadãos. Para Marshall (1950), comentado por Esping-Andersen (1991), a garantia de direitos sociais é fundamental à constituição do Estado de Bem-estar social. “Quando os direitos sociais adquirem o *status* legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam uma ‘desmercadorização’ do *status* dos indivíduos vis-à-vis o mercado.” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 101)

Segundo Esping-Andersen (1991) as políticas sociais começaram a ser implementadas nas sociedades capitalistas, antes mesmo do desenvolvimento da democracia, mas estavam voltadas aos objetivos de reprodução e legitimação do capitalismo. Durante o século XX, as políticas sociais passaram a ser implementadas com base na garantia de direitos e voltadas à provisão social, dando origem aos Estados de Bem-estar da forma como o compreendemos hoje. “Os Estados de Bem-estar, consolidados no século XX em grande número de países, podem ser definidos como organizadores de sistemas de garantias legais que objetivam viabilizar, fora da esfera privada, o acesso a bens.” (CASTRO et. al., 2010, p.8)

Nestas estruturas do sistema público de políticas sociais, Estado, mercado e família se encarregam de forma interdependente da provisão de proteção social diminuindo a dependência das pessoas exclusivamente ao mercado. Desta forma, tendem a alterar positivamente o padrão de dominação e exploração nas sociedades capitalistas. (DRAIBE, 2007)

Os modernos sistemas de proteção social se desenvolveram nos países de forma diferente e configuraram tipos distintos de regimes Bem-estar social. Esping-Andersen (1991), distinguiu os regimes de Bem-estar em três diferentes tipos - “regime liberal”, “regime conservador corporativo” e “regime social democrata”. O primeiro se caracteriza pela predominância de políticas sociais destinadas à função da assistência social, voltadas a

assegurar as necessidades mínimas, onde o mercado e a família têm papel principal na oferta de serviços. No segundo, as políticas sociais assumem a função de subsidiar a ação da família e do mercado e estão, em ampla medida, vinculadas a contraprestações por parte de seus beneficiários. No terceiro modelo o Estado ocupa papel central na provisão social, comprometendo-se com a oferta de políticas sociais universais e de qualidade, voltadas à promoção da igualdade e da autonomia dos indivíduos em relação à família e ao mercado. (ESPING-ANDERSEN, 1991)

As tipologias do Estado de Bem-estar construídas por Esping-Andersen (1991) foram criticadas por darem maior ênfase aos papéis do Estado e do mercado na provisão social e, desta forma, negligenciar o papel desempenhado pela família. As críticas destacaram o importante papel que a família desempenha na socialização e desenvolvimento de seus membros. (DRAIBE, 2007)

Segundo Goldani (1998), as famílias sempre tiveram um papel importante na oferta de bem-estar mesmo nos modelos mais tradicionais de *Welfare-State* e quanto maiores as distorções e insuficiências dos modelos de Bem-Estar implementados mais expressivo e se torna esse papel.

De acordo com Orloff (1996), comentada por Draibe (2007), a família não só possui um papel importante na provisão de proteção social, como suas configurações e variações interferem nas características do sistema de bem-estar social que se desenvolve, definindo suas estruturas. Ao se reconhecer o importante papel da família nas estruturas dos regimes de bem-estar social torna-se necessário discutir o lugar ocupado pelas mulheres nos sistemas de políticas sociais. (DRAIBE, 2007)

De acordo com Draibe (2007), as diferenças entre os regimes de *Welfare* estão, em larga medida, assentados em como as famílias se organizam na esfera doméstica da reprodução, ou seja, em como está fundamentada a divisão sexual do trabalho. “Do ponto de vista da provisão social, os sistemas de proteção social se erigem sobre uma dada divisão sexual do trabalho, que reflete, na realidade, a estrutura de poder predominante na família”. (DRAIBE, 2007, p. 47)

O papel da mulher na provisão, proteção e bem-estar começou a ser discutido e evidenciado nos anos setenta quando o movimento feminista destacou que a parcela de proteção social desempenhada pela família nos sistemas de bem-estar, era na prática ofertada pela mulher. A divisão do trabalho, ao atribuir à mulher as funções relacionadas à esfera da reprodução social, faz com que ela se torne na prática, a responsável pela provisão e proteção social de seus membros na esfera familiar. Desta forma, ao se comprometer com a provisão de

bem-estar aos membros das famílias, as mulheres prestam gratuitamente um serviço à sociedade que, de outra forma, precisaria ser pago. (GOLDANI, 1998)

De acordo com Mariano e Carloto (2009), a categoria gênero não pode ser prescindida das análises sobre as ações estatais, pois esta categoria permite compreender a instrumentalização do papel das mulheres nessas políticas. Para tanto é importante destacar a divisão do trabalho associada a papéis femininos e masculinos e considerar o trabalho não remunerado desempenhado pelas mulheres. (GOLDANI, 1998)

Desta forma, as análises passaram a destacar que as políticas sociais se orientam preponderantemente pelos pressupostos tradicionais das relações de gênero, do tipo homem provedor / mulher cuidadora, que compõem o conceito de família, e que levam a uma reprodução dos padrões dessas relações e da divisão do trabalho entre mulheres e homens no interior da família. (GOLDANI, 1998) Contudo, segundo Martínez Franzoni e Voorend (2008), essas funções eram desempenhadas pelas mulheres, mais devido às omissões das outras instâncias provedoras do bem-estar do que propriamente por causa de uma atribuição expressa dessas funções a elas.

A partir 1980 começou a haver uma mudança no desenho das políticas públicas implementadas nos países em desenvolvimento no que tange ao papel das mulheres. Se até então elas não apareciam objetivamente e suas funções eram confundidas com as da família na provisão de bem estar, a partir desse período as políticas passaram a tomar as mulheres como sujeito e a centrar-se em suas capacidades produtivas.

Estas mudanças estão, em larga medida, relacionadas aos estudos desenvolvidos durante a “década da mulher”, que evidenciaram o papel das mulheres, principalmente das mais pobres, no desenvolvimento social e econômico dos países e das comunidades no terceiro mundo. Essas políticas consistiram de modo geral, em aumentar as possibilidades das mulheres pobres de acesso ao crédito e ao emprego, sustentado na lógica de que a mulher constituía um recurso capaz de promover desenvolvimento até então não aproveitado. (MOSER, TORNQVIST, BRONKHORST, 1998; MOSER, 2001)

Estas políticas, denominadas “mulher em desenvolvimento (MED)”, estavam embasadas no entendimento de que reforçar o papel da mulher nas atividades reprodutivas era ineficiente e que sua inserção produtiva seria benéfica tanto do ponto de vista social quanto econômico. (QUINSUNBING e MALUCCIO, 1995; MOSER, TORNQVIST, BRONKHORST, 1998) Embora esse tipo de intervenção tenha se afastado, em alguma medida, do reforço aos papéis tradicionais de gênero, elas também não estavam preocupadas, principalmente, em prover proteção e bem-estar às mulheres. Seus objetivos principais

consistiam em ampliar suas capacidades produtivas a fim de reduzir a pobreza e promover desenvolvimento econômico. “A política desenhada para as mulheres tem sido elaborada fundamentalmente com o enfoque antipobreza, na qual os ideais de equidade de gênero têm sido relegados.” (OCHOA *apud* TEPICHIN, 2011, p. 270, tradução nossa.)¹⁰

As políticas desenvolvidas na perspectiva da mulher em desenvolvimento alcançaram êxitos, mas também evidenciaram que a subordinação da mulher não se explicava apenas economicamente, mas estava estruturada pela construção cultural e social de gênero. (QUINSUNBING e MALUCCIO, 1995) Aspectos culturais relativos à dominação de gênero, muitas vezes, influenciaram a implementação e impediram que os resultados das MED alcançassem patamares mais satisfatórios e que as mulheres aproveitassem plenamente das oportunidades que lhes eram oferecidas. (KABEER, 2012)

Estas questões demonstraram que a mulher não poderia ser tomada isoladamente, mas sim que suas relações com os homens precisariam ser consideradas. Ou seja, as políticas públicas precisavam desenhar medidas que ajudassem a mulher a enfrentar a situação de submissão em que se encontravam, para assim alcançar o desenvolvimento, inaugurando a perspectiva do “gênero em desenvolvimento (GED)”. (MOSER, 2001)

No entanto, de acordo com Moser (2001), as políticas voltadas para mulher continuam sendo planejadas, em sua maioria, na perspectiva da “mulher em desenvolvimento”. Segundo ela, essa é uma perspectiva mais popular e menos ameaçadora na medida em que seu objetivo é fazer a mulher integrar-se melhor no processo de desenvolvimento, enquanto a perspectiva “gênero em desenvolvimento” tem o propósito de alterar a condição de subordinação e desigualdade das mulheres frente aos homens. (MOSER, TORNQVIST, BRONKHORST 1998; TEPICHIN, 2011)

As políticas sociais, até então desenvolvidas com o enfoque de garantias vinculadas ao emprego e voltadas ao desenvolvimento social e econômico dos lugares, passam, a partir da década de 90, a ter as famílias como foco e destinatárias de suas ações. No entanto, segundo Goldani (1998), em nenhum dos modelos as mulheres estão autonomamente protegidas e, na maioria deles, elas obtêm direitos sociais não como cidadãs, mas apenas em função de suas condições de esposas e/ou mães.

Nas ações sociais voltadas para as famílias, as mulheres aparecem como agentes das intervenções públicas. Contudo, nesta nova onda de políticas, há uma retomada do reforço às funções reprodutivas desempenhadas pelas mulheres. Desta forma, elas são tomadas como

¹⁰ La política diseñada para mujeres ha sido elaborada fundamentalmente con un enfoque anti-pobreza, en la cual los ideales de equidad de género han quedado relegados.

agentes importantes para o desenvolvimento, a partir de funções que desempenham dentro da família, voltadas à promoção de cuidados dos seus membros.

Na próxima seção abordaremos um componente que tem ganhado crescente importância na política social dirigida às famílias, as Políticas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR). Nas seguintes, demonstraremos como esta incorpora as mulheres em seu desenho e suas implicações de gênero.

3.2 Políticas de Transferência Condicionada de Renda e o programa brasileiro Bolsa Família

A crise econômica pela qual passaram os países em desenvolvimento na década de noventa, levou à inviabilidade da expansão do sistema universal de proteção social estatal e ao aumento da pobreza. Este quadro suscitou a necessidade de novos arranjos de proteção social voltados à contenção do aumento da pobreza. Neste contexto, surgiram nestes países, especialmente na América Latina, as Políticas de Transferência Condicionadas de Renda como alternativa ao problema. (CARDOSO e JACCOUD, 2005) De acordo com Novellino (2004), programas governamentais focalizados na população mais pobre se tornaram parte usual da política neoliberal nos países em desenvolvimento, principalmente, em função de seus baixos custos. Para Arriagada (2005), a focalização nos mais pobres consiste em uma nova ação implementada pelo poder público a fim de enfrentar a pobreza.

Para a década de 2000, junto com o aumento nos níveis de pobreza da população, aparecem novas formas de gestão pública que reorientam os esforços estatais para programas voltados a diminuir a pobreza, em especial a extrema pobreza. (ARRIAGADA, 2005, p. 108)¹¹

As PTCR operam com foco na família, e possuem, como cerne de suas ações, o repasse financeiro dirigido às mulheres estando, em larga medida, orientadas pelo princípio da garantia de renda, ou seja, pelo entendimento de que o Estado deve garantir às famílias o atendimento às necessidades básicas. Essas políticas têm sido implementadas por meio de programas que efetuam o repasse financeiro vinculado à exigência de que a família beneficiária se comprometa em realizar ações voltadas principalmente à atenção educacional e nutricional das crianças.

¹¹ Hacia la década del 2000, junto con un aumento en los niveles de pobreza de la población, aparecen nuevas formas de gestión pública que reorientan los esfuerzos estatales hacia programas encaminados a disminuir la pobreza, en especial la extrema pobreza. (ARRIAGADA, 2005, p. 108)

Estas políticas se caracterizam, principalmente, pelo seu caráter redistributivo de renda condicionado a algum tipo de contraprestação dos beneficiários e pela focalização nos mais pobres. De acordo com Golbert (2007), experiências deste tipo foram implementadas em doze países da América Latina com o apoio do Banco Mundial.¹² Serrano (2007) também ressalta o papel que o Banco Mundial assumiu como incentivador das PTCR na América Latina.

[...] o Banco Mundial, está propondo um novo conceito de proteção social vinculado ao trabalho do estado para apoiar as pessoas que apresentam vulnerabilidade e risco de quebra da renda, o que dificulta suas possibilidades de integração social. Em termos concretos, se estabelece que a proteção está constituída pelo conjunto de transferências e prestações não contributivas (diferentes das atenções regulares dos serviços sociais básicos). (SERRANO, 2007, p. 315, tradução nossa)¹³

As contraprestações consistem no compromisso que a família assume de se esforçar para melhorar sua própria condição cumprindo as condicionalidades estabelecidas por cada programa. Nos desenhos dos programas estão previstos mecanismos de monitoramento destas condicionalidades que transformam as famílias em corresponsáveis pelos resultados das políticas.

Nos estudos sobre pobreza a família tem sido compreendida como o grupo de moradores de um mesmo domicílio que compartilha a renda e o consumo. Costa e outros (2005) ressaltam que para as análises sobre pobreza esta é a melhor definição de família, uma vez que, segundo eles, por meio dela apreende-se melhor a condição real de pobreza dos seus membros, seja a partir de indicadores de renda ou de características como – educação, acesso à água, esgoto, características da habitação, número de habitantes por cômodo etc.

A família constitui dimensão central do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Brasil que está voltado para o atendimento de suas necessidades e das dos seus membros. Para o SUAS esta instituição constitui-se “espaço privilegiado e insubstituível” de proteção, promoção e inclusão de seus membros e, portanto, deve ser fortalecida a fim de exercer melhor este papel. (BRASIL, 2005)

Alinhado a esta centralidade, o governo brasileiro criou em 2001 o Cadastro Único

¹² Argentina (Programa Familias), Brasil (Bolsa Família), Colombia (Familias en Acción), Costa Rica (Superémonos), Ecuador (Bono de Desarrollo Humano), El Salvador (Red Solidaria), Honduras (PRAF), Jamaica (PATH), México (Progres/ Oportunidades), Nicaragua (Red de Protección Social), ¹²Perú (Juntos) y República Dominicana (Solidaridad).

¹³ [...] El Banco Mundial, se está proponiendo un nuevo concepto de protección social vinculado a la labor del Estado para apoyar a las personas que presentan vulnerabilidad y riesgo de quiebre de ingreso, lo que dificulta sus posibilidades de integración social. En términos concretos, se establece que la protección está constituída por el conjunto de transferencias y prestaciones no contributivas (distintas a las atenciones regulares de los servicios sociales básicos). (SERRANO, 2007, p. 315)

para Programas Sociais (CadÚnico) para ser utilizado como “instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda”. Este cadastro considera a “família como a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio”. (BRASIL, 2007)

Além da centralidade da família, neste modelo de política de proteção social, as mulheres também foram eleitas interlocutoras principais entre esta e o Estado, sendo elas as titulares preferenciais dos recursos transferidos pelos governos.

A mulher, a partir de seus papéis na esfera doméstica ou da reprodução, tem sido, portanto, a interlocutora principal dessas ações. Diante desse contexto, estudiosas feministas têm insistido que a categoria gênero não pode ser prescindida das análises sociológicas acerca das ações estatais que têm por foco a família. Esta categoria de análise contribui para compreensão da instrumentalização dos papéis femininos nestas políticas. (CARLOTO e MARIANO, 2010, p. 1)

Em síntese, as PTCR, de modo geral, se caracterizam por: (i) Trabalharem com a família como unidade de intervenção; (ii) Realizarem repasse financeiro, de caráter não contributivo, sistematicamente às famílias atendidas pelos programas; (iii) Possuírem mecanismos de focalização para garantir que suas ações cheguem às famílias que mais precisam; (iv) Efetuarem os repasses financeiros preferencialmente às mulheres; (v) Exigirem a realização de contraprestações das famílias beneficiadas. Além disso, as PTCR pretendem combater vários problemas em uma única política, uma vez que possuem um enfoque multidimensional da pobreza e rompem, em alguma medida, com as práticas tradicionalmente clientelistas que sempre orientaram as políticas sociais nos países da América Latina. (BRITO, 2006; LAVINAS e COBO, 2010; SERRANO, 2007).

[...] não resta dúvida de que tais programas introduzem uma ruptura de paradigma na forma de enfrentamento da pobreza, ao criarem mecanismos regulares de transferências monetárias de renda aos grupos mais vulneráveis, com o propósito de solucionar falhas de mercado. (LAVINAS e COBO, 2010, p. 2).

O Programa Bolsa Família (PBF) é a experiência de Política de Transferência de Renda desenvolvida pelo governo federal brasileiro e consiste em um benefício familiar com prioridade voltada para as crianças. Desde 2003, quando foi lançado, o programa se expandiu muito e em 2013 atende a mais de treze milhões de famílias, cobrindo cerca de 20% (vinte por cento) da população brasileira. Este programa integra as políticas sociais de assistência social

que são desenvolvidas com o objetivo de melhorar as condições de vida da população em situação de pobreza e assegurar um padrão mínimo de qualidade de vida a toda a população. (SOARES et al., 2010)

O PBF incorporou e unificou em 2003 a gestão e o repasse financeiro de quatro Programas de Transferência de Renda do governo federal - Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Programa Nacional de Acesso a Alimentação (PNAA) e, em 2006, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) também foi incorporado ao Programa Bolsa Família. (SOARES, RIBAS e SOARES, 2009) “Com o PBF, uniformizaram-se os critérios de entrada, os valores do benefício, a agência executora e o sistema de informação.” (SOARES, RIBAS e SOARES, 2009, p.7)

Em 2013 o Programa Bolsa Família compõe o Plano Brasil sem Miséria do governo federal. O plano possui os eixos inclusão produtiva, garantia de renda e acesso a serviços e o PBF se insere, juntamente com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e com Brasil Carinhoso, no eixo de garantia de renda. (MDS, 2013)

A garantia de renda baseada tanto no objetivo da proteção aos riscos sociais como no do combate à pobreza é parte constitutiva do atual arranjo do Sistema Brasileiro de Proteção Social (SBPS). Desta forma, o PBF em conjunto com a previdência social, o seguro desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) compõem este sistema. (MESQUITA, JACCOUD, SANTOS, 2011)

Os objetivos principais do PBF consistem no combate à fome, diminuição da pobreza e erradicação da pobreza extrema no país. Visando seus objetivos o programa opera com a noção de focalização que consiste em fazer chegar a renda aos mais pobres. No caso das políticas de combate à pobreza, que operam com a categoria família, a focalização consiste em fazer chegar a renda às famílias mais pobres. O PBF consiste em um benefício familiar com prioridade voltada para as crianças. (SOARES et al., 2010)

Para alcançar essas famílias utiliza-se o CadÚnico como instrumento. Atualmente a seleção de beneficiários dos programas sociais do governo federal está vinculada a este cadastro que comporta as informações de famílias com renda per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar de até três salários mínimos. Ao realizar o cadastro a família recebe um número de identificação social (NIS) por meio do qual passa a ser identificada pelos programas sociais do governo federal. (BRASIL, 2007)

O Programa Bolsa Família conta com critérios de elegibilidade que determinam o acesso das famílias aos seus benefícios. Para receber o recurso do programa, a família precisa necessariamente ter seu cadastro ativo e atualizado no CadÚnico, e as que não o atualizam

têm seu benefício automaticamente bloqueado.

O PBF é composto por diferentes benefícios cujos critérios de distribuição são diferentes. Ter renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 140,00 consiste em critério básico para que a família seja incluída no programa, ou seja, ele delimita o público para o qual o PBF se dirige. Desta forma, todas as famílias para serem beneficiárias do programa têm necessariamente que atender a este critério.

Uma vez inseridas, cada família receberá valor referente ao conjunto dos benefícios em cujos critérios de distribuição se enquadrem. O benefício básico do PBF, no valor de R\$ 70,00 em 2013, é destinado às famílias extremamente pobres que têm renda familiar *per capita* mensal de até R\$70,00 (setenta reais). Os demais benefícios variam de acordo com a composição e características de cada família. (MDS, 2013)

O benefício variável de R\$ 32,00 é concedido de acordo com a presença de criança em idade entre zero e quinze anos, e ou mulher gestante e nutriz, até o limite de cinco pessoas por família. O benefício variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 38,00 é concedido às famílias que têm jovens entre dezesseis e dezessete anos até o limite de dois. (MDS, 2013)

Além destes três benefícios, há ainda o benefício variável de caráter extraordinário repassado às famílias remanescentes dos programas de transferência de renda que foram incorporados pelo Programa Bolsa Família e, devido aos critérios deste passariam a ganhar menos do que ganhavam somando-se os benefícios anteriores, sendo este benefício calculado caso a caso. (MDS, 2013)

Por último, criado recentemente, vinculado ao Programa Brasil Carinhoso, o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância que consiste em um complemento financeiro, concedido a fim de garantir que famílias compostas por pelo menos uma criança entre zero e seis anos de idade tenham uma renda mínima mensal de pelo menos R\$ 70,00 por pessoa. (MDS, 2013)

Este último benefício incorporado ao PBF faz parte do pilar de renda do Programa Brasil Carinhoso. “O benefício do Brasil Carinhoso ao Programa Bolsa Família é pago às famílias com pelo menos um filho de até 15 anos que, mesmo recebendo o recurso do Programa Bolsa Família, continuavam na extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 70,00 por pessoa.”¹⁴ (MDS, 2013a) O quadro 1 sintetiza a composição do Programa Bolsa Família de acordo com critérios de elegibilidade e distribuição, valor e

¹⁴ O Brasil Carinhoso está voltado à atenção integral às crianças de zero a seis anos e, além da garantia de renda, também comporta ações voltadas à atenção nutricional das crianças e ao aumento da oferta de vagas em creches e na educação infantil.

limite de cada benefício por família.

QUADRO 1 - Benefícios do PBF, critérios e valores.

Benefícios do Programa Bolsa Família	Critério de elegibilidade	Critérios de distribuição	Limite por família	Valor do benefício
Benefício Básico	Famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa.	Famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa.	1	R\$ 70,00 por família
Benefício variável	Famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa.	Presença de crianças com idade entre zero e quinze anos e mulher gestante ou nutriz.	5	R\$ 32,00 por pessoa que se enquadra nos critérios.
Benefício variável vinculado ao adolescente	Famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa.	Presença de jovens com idade entre dezesseis e dezessete anos.	2	R\$ 38,00 por jovem.
Benefício variável de caráter extraordinário	Famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa.	Remanescentes dos programas de transferência anteriores que seriam prejudicados com a incorporação deste ao PBF.	1	Necessário para garantir que a família não passe a ganhar menos do que ganhava antes da incorporação
Benefício para a superação da extrema pobreza na primeira infância.	Famílias com renda mensal inferior a R\$ 70,00 por pessoa.	Presença de pelo menos uma criança menor de seis anos de idade.	1	Necessário para garantir renda de R\$ 70,00 mensais por pessoa da família.

Fontes: Elaborado pela autora com base em MDS (2013, 2013 a)

As famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família precisam realizar algumas ações exigidas pelo programa. Essas ações consistem em condicionalidades uma vez que precisam ser cumpridas para que as famílias continuem recebendo o benefício. Ao mesmo tempo são também corresponsabilidades uma vez que ao aderir ao programa a família se compromete com seus objetivos tornando-se corresponsáveis por eles. As ações desempenhadas pelas famílias são consideradas uma espécie de contraprestação destas pelos recursos financeiros recebidos do Estado.

O primeiro dos compromissos da família é manter o cadastro atualizado junto ao sistema do CadÚnico e os demais são relativos à educação, saúde e segurança das crianças. As condicionalidades em saúde consistem em manter o cartão de vacinas das crianças de até sete anos em dia. Além disso, as mulheres com idade entre quatorze e quarenta e quatro anos

precisam fazer exames ginecológicos preventivos anualmente e quando grávidas ou lactantes devem fazer o pré-natal e acompanhar a saúde do bebê. (MDS, 2012)

As condicionalidades em educação consistem em que todas as crianças e adolescentes de seis a dezessete anos estejam matriculados e frequentes na escola. No eixo da proteção social a condicionalidade consiste em que as crianças em condição de risco e retiradas do trabalho infantil precisam participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados pelos equipamentos – CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) - da assistência social. (MDS, 2012)

O Programa Bolsa Família realiza intersetorialmente – saúde, educação e assistência social - o monitoramento das condicionalidades, por meio do Sicon (Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família) que é alimentado pelas escolas, postos de saúde, CRAS e CREAS. Este sistema fornece informações sobre a situação de cada família em relação ao cumprimento das corresponsabilidades.

O PBF assim como a maior parte dos PTCR determina que a mulher deve, preferencialmente, ser a titular dos benefícios transferidos em seu âmbito, ou seja, ser aquela que dentro da família recebe e controla o recurso financeiro transferido pelo governo. No Brasil, mais de noventa por cento das transferências são realizadas às mulheres. (LAVINAS e COBO, 2010)

As principais críticas dirigidas ao programa referem-se ao investimento total do governo que é pequeno, correspondendo a apenas a 0,38 % do PIB nacional em 2008. Os valores dos benefícios também são muito baixos, explicando o fato de seu resultado principal consistir em atenuar os efeitos da pobreza e não em tirar as famílias desta condição. (MESQUITA, JACCOUD e SANTOS, 2011)

Outra crítica bastante pertinente se refere ao fato do PBF trabalhar com duas linhas próprias de renda para acesso ao benefício com cortes muito baixos, restringindo sua cobertura e excluindo de seu escopo um contingente expressivo de pessoas que também vivem em condições precárias. (MESQUITA, JACCOUD e SANTOS, 2011)

Mesquita, Jaccoud e Santos (2009, p.313) afirmam que “os benefícios do PBF garantem uma complementação de renda aos seus beneficiários, cujas famílias não têm ultrapassado a linha da pobreza com a renda obtida exclusivamente pelo trabalho.” As autoras ressaltam que apesar de suas limitações, o programa consiste em um importante avanço, principalmente considerando-se a histórica dominância do aspecto contributivo do sistema brasileiro de Previdência Social.

De acordo com Mesquita, Jaccoud, Santos (2011) o impacto do PBF é menos expressivo quando se trata da redução da abrangência da pobreza, ou seja, da diminuição do número de famílias vivendo nesta situação, atuando de forma mais eficiente na redução de sua intensidade. Desta forma, o Programa Bolsa Família se integra ao sistema de garantia de renda complementando e potencializando os efeitos de outros benefícios.

3.3 Titularidade do benefício: discutindo a preferência por mulheres.

As Políticas de Transferência Condicionada de Renda estão focalizadas nas famílias mais pobres e elegeram as mulheres como suas interlocutoras preferenciais. Nesta seção buscamos compreender a trajetória percorrida pelas políticas sociais de combate à pobreza que levou à focalização de suas ações nas mulheres e os supostos que estão embutidos neste tipo de formulação.

Como já dissemos, o papel das mulheres no desenvolvimento de suas famílias e comunidades foi percebido em finais da década de 70 e início da de 80. Essa constatação fez com que as políticas sociais voltassem suas atenções para elas como instrumentos de promoção ao desenvolvimento e passassem a incorporá-las explicitamente como agentes de suas ações.

No período de 1975-1985 investigações acerca da situação da mulher foram promovidas pela ONU e seus organismos conexos. Nessas investigações a situação das mulheres chefes de família, das mulheres que vivem no campo, ou “mulher rural” e da “participação destas no desenvolvimento (entendido como crescimento e modernização econômica)” receberam grande atenção. (AGUILAR, 2011, p.128)

Os resultados apontaram que as mulheres cumprem múltiplos papéis em suas comunidades e ressaltaram que entre estes o mais importante consiste em diminuir os efeitos da pobreza sobre suas famílias. Apontaram também que as mulheres costumam investir mais no desenvolvimento de seus filhos aumentando as chances de ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

Ao mesmo tempo, as investigações apontaram aspectos que fizeram acreditar que a pobreza atingia de forma mais severa os lugares a cargo de mulheres. Ou seja, os domicílios com chefia feminina estavam mais vulneráveis à pobreza e as possibilidades de seu enfrentamento e ruptura nestes domicílios eram menores. (AGUILAR, 2011)

Neste contexto, as atenções se voltaram para as mulheres e elas se tornaram alvo das políticas públicas. Estas políticas, de modo geral, visavam proteger as famílias monoparentais

femininas, percebidas como mais vulneráveis, e fortalecer as ações, desempenhadas por essas mulheres, que resultavam em contenção dos efeitos da pobreza sobre suas famílias e membros.

Desta forma, as mulheres se tornaram foco das políticas sociais de enfrentamento da pobreza antes destas assumirem a configuração, prevalecente atualmente, de transferência condicionada de renda. As PTCR diferem das políticas anteriores, principalmente por trabalharem com o princípio da garantia de renda e não com o princípio de desenvolvimento econômico. Além disso, repassam renda de forma não contributiva e não por meio de crédito e financiamento. Houve uma mudança na forma de fazer frente à pobreza, principalmente à pobreza extrema, mas manteve-se o foco nas mulheres como agentes das políticas. Elas continuaram sendo tomadas como aquelas por meio de quem se poderá alcançar o objetivo de contenção da pobreza e de seus efeitos, assim como de sua reprodução intergeracional.

A estratégia de focalizar as ações de combate à pobreza nas mulheres faz parte de uma herança de supostos norteadores, já presentes em políticas anteriores, que continuam prevalecentes nos desenhos e formulações das ações atuais. Desta forma, os supostos de que as mulheres possuem um papel relevante na amortização e superação da pobreza persistem embasando as novas políticas.

O entendimento é que por meio da alocação de recursos nas mãos das mulheres, seja em famílias monoparentais ou nucleares, aumentam-se as chances de diminuição dos impactos negativos da pobreza sobre a família, especialmente, sobre as crianças, assim como a possibilidade de ruptura do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza.

De fato, existe um corpo extenso de literatura empírica mostrando que quando mães têm maior controle sobre os recursos, mais recursos são alocados à alimentação das crianças, saúde e educação. Essas evidências fornecem uma forte justificativa para a realização de pagamentos para as mães, como os programas de TCR fazem.¹⁵ (THE WORLD BANK, 2009 p. 59, tradução nossa.)

De acordo com o Banco Mundial, as transferências são feitas às mães porque, além destas terem maior preferência por investirem nas crianças, elas, de modo geral, também possuem objetivos mais alinhados aos de seus filhos. “Este alinhamento mais próximo é mencionado frequentemente como uma justificativa para a entrega de transferências para a mãe (quando houver), como é prática comum na maioria dos programas de TCR, em vez de para o pai”. (WORLD BANK, 2009, p.58)

¹⁵ Indeed, there is a lengthy body of empirical literature showing that when mothers have greater control over resources, more resources are allocated to food and children’s health and education. That evidence provides a strong justification for making payments to mothers, as CCT programs do. (THE WORLD BANK, 2009 p. 59)

O entendimento de que os recursos financeiros alocados nas mãos das mulheres resultam em processos positivos dentro das famílias em situação de pobreza construiu-se embasado em evidências de que as mulheres costumam revertê-los em maior quantidade e com mais eficiência em favor da proteção e promoção de seus membros. De acordo com os estudos difundidos, principalmente pelo Banco Mundial, nos domicílios onde as mulheres detêm maior controle sobre os rendimentos familiares há maior investimento na educação dos filhos. (NOVELLINO, 2004; COSTA et. al 2005)

Quando as mulheres exercem maior controle sobre os recursos dos domicílios ocorrem mais investimentos no capital humano de crianças, com efeitos positivos dinâmicos sobre o crescimento econômico. Evidências de uma série de países (tais como Bangladesh, Brasil, Costa do Marfim, México, África do Sul e Reino Unido) mostram que aumentar a parcela da renda familiar controlada por mulheres, seja por meio de seus próprios ganhos ou por transferências de renda, muda os gastos de uma forma que beneficia as crianças. (BANCO MUNDIAL, 2012, p.5)

De acordo com Quisumbing e Maluccio (2000), comentados por Costa e outros (2005), o maior controle de bens pelas mulheres, mesmo em famílias nucleares, resulta em maiores gastos com os filhos, especialmente gastos com educação. Corroborando a ideia de que concentrar as ações nas mulheres pode levar a uma redução da pobreza feminina e, ao mesmo tempo, garantir benefícios, proteção e bem-estar às crianças.

“Sabe-se, ademais, que o gasto das mulheres se orienta mais ao bem-estar dos filhos, em um aporte crucial para desativar fatores que são estruturais nas condições de pobreza”. (HENRIQUÉZ e RECA, 2005, p. 92)¹⁶ Assim, consolida-se o entendimento de que o maior controle das mulheres sobre os recursos financeiros da família aumenta as possibilidades de quebrar a transmissão intergeracional da pobreza, objetivo principal dos programas de transferência de renda. (NOVELLINO, 2004; COSTA et al., 2005) Além disso, a focalização das transferências de renda nas mulheres pode também ser considerada em alguma medida positiva para elas, uma vez que “fortalece a condição social de quem, por orientação cultural e subjetividade individual, está posicionada da maneira mais adequada para zelar pelas novas gerações.” (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007, p.124)

Além desses supostos, o da feminização da pobreza também é muito importante para explicar a focalização, ou preferência das políticas pelas mulheres. De acordo com Freitas (2008) comentado por Gomes (2011), a crença de que o risco de transmissão intergeracional da pobreza é maior entre as famílias pobres chefiadas por mulheres do que entre as famílias

¹⁶ Se sabe, además, que el gasto de las mujeres se orienta más al bienestar de los hijos, em un aporte crucial para desactivar factores que son estructurales en la condición de pobreza. (HENRIQUÉZ e RECA, 2005, p. 92)

pobres nucleares motivou os programas a transferirem renda diretamente às mulheres.

Como já mencionado em seção anterior, o conceito de feminização da pobreza foi introduzido em 1978 e se referia ao processo de empobrecimento que se abatia sobre mulher e filhos após a ruptura dos vínculos conjugais. Ou seja, em decorrência do fato das famílias deixarem de ter em sua composição a figura que cumpre o papel de principal provedor do sustento da família. “Nesta perspectiva, o processo de feminização da pobreza tem início quando a mulher, sozinha, tem que prover o seu sustento e o de seus filhos”. (NOVELLINO, 2004, p.2)

A noção de “feminização da pobreza”, geralmente utilizada para fazer referência à representação feminina entre a população mais pobre tem estado associada, de modo geral, à chefia feminina em domicílios monoparentais, onde a mulher é a responsável econômica da família. Esta linha de análise entende que as mulheres estão mais propensas a serem atingidas pela pobreza e que detém menos condições de fazer frente a essa devido às referências estabelecidas para o feminino, principalmente devido às restrições socioculturais que impedem sua participação integral no mercado de trabalho. (MARIANO & CARLOTO, 2009; OCHOA, 2007)

De acordo com Novellino (2004), os estudos sobre feminização da pobreza, no primeiro momento, além de associarem essa noção às famílias monoparentais femininas, também associaram o fenômeno às condições desfavoráveis da mulher no mercado de trabalho. Em um segundo momento, outros aspectos foram sendo incorporados à noção de feminização da pobreza sempre corroborando a ideia de que as famílias compostas por mulher com filhos, sem cônjuge, precisavam receber uma atenção maior das políticas de combate à pobreza. Desta forma, assim como os estudos sobre pobreza e gênero têm sido amplamente sustentados pelo modelo analítico da feminização da pobreza, também as políticas públicas voltadas ao seu combate têm se valido de seus pressupostos em suas formulações.

Na onda da feminização da pobreza, surgiram estudos apontando que o risco de reprodução intergeracional da pobreza é maior em famílias monoparentais pobres. Reforçando a ideia de que as famílias pobres chefiadas por mulheres constituíam os lugares mais vulneráveis e que por isso precisavam ser apoiadas e receber maior atenção diante do objetivo de combater a pobreza.

Os estudos sobre feminização da pobreza/ mulheres chefes de domicílio se estendem, com o estímulo e apoio de organismos internacionais, aos países da América Latina, do Caribe, da África e da Ásia; com o objetivo de fundamentar e, principalmente, orientar as ações públicas, nos países em desenvolvimento, para a redução da pobreza. (NOVELLINO, 2004, p.3)

Apesar de não haver um consenso em torno da concepção de feminização da pobreza, certo é que ela tem deixado sua marca nas políticas públicas de combate à pobreza. Em que pesem todas as controvérsias sobre o fenômeno, desde que foi cunhado, o conceito tem atuado como orientador de políticas. Bordi (2008) afirma que o lugar que as mulheres pobres ocupam no discurso dominante do desenvolvimento deriva-se do fenômeno chamado feminização da pobreza.

A associação do aumento da pobreza aos lugares encabeçados por mulheres permite particularizar os critérios de focalização dos programas ao assimilá-los como os “lugares mais pobres entre os pobres”, segundo reza a cartilha do banco mundial. (AGUILAR, 2011, p. 130, tradução nossa.)¹⁷

São expressivas as críticas que apontam que o fenômeno feminização da pobreza não é comprovado empiricamente. Assim como as que apontam para o risco de, a partir deste conceito, construir-se a ideia de que as mulheres são pobres porque são mulheres fomentando discursos e concepções que precisam ser combatidos. (MACEDO, 2008)

De qualquer forma, o que fica evidente é que a mulher têm sido as interlocutoras principais das ações públicas devido aos papéis que desempenham na esfera doméstica e da reprodução. (MARIANO e CARLOTO, 2009) Os paradigmas apresentados explicam e, em larga medida, justificam a focalização das PTCR nas mulheres, tendo em vista o objetivo de combater a pobreza e proteger as novas gerações de seus efeitos maléficos. Porém, do ponto de vista das desigualdades de gênero e de como as políticas sociais atuam fomentando ou enfrentando tais desigualdades, a focalização é mais controversa, como se mostrará na próxima seção.

3.4 Implicações de gênero na focalização das políticas públicas de combate à pobreza nas mulheres.

Como vimos, as mulheres são incorporadas pelas políticas de combate à pobreza e à fome como população objeto uma vez que sua atuação é considerada indispensável para a redução da pobreza em que vivem suas famílias. (BORDI, 2008) Ao serem incorporadas, nas políticas de transferência de renda, elas recebem o recurso financeiro repassado pelo governo e, ao mesmo tempo, assumem responsabilidades para com os programas. Desta forma, estes

¹⁷ ...asocian al aumento de la pobreza en los hogares encabezados por mujeres, lo cual permite particularizar los criterios de focalización de programas, asimilándolos con los hogares “más pobres entre los pobres”, según reza la fórmula del Banco Mundial. (AGUILAR, 2011, p. 130)

programas não transferem apenas renda às mulheres, mas transferem também obrigações e responsabilidades. (MARIANO e CARLOTO, 2009)

As PTCR são bastante contestadas em suas implicações de gênero. Ao discutir essas políticas com este enfoque tem se apontado, principalmente, para sua atuação em reforço aos papéis tradicionais de mulheres e homens e para a conservação das primeiras como responsáveis naturais pela reprodução. Apontam, ainda para o aumento das atividades de reprodução sobre as mulheres, uma vez que, ao ser escolhida para receber o benefício elas assumem também a responsabilidade de cumprir com as condicionalidades dos programas.

As PTCR não constituem políticas de gênero, ou seja, seus objetivos não visam alterar as relações hierárquicas e desiguais entre os sexos, mas estão voltados para o enfrentamento da pobreza e da fome. No entanto, ao focalizar suas ações nas mulheres, elas acabam se cruzando com o gênero e desta forma, em alguma medida, podem interferir nas relações privadas entre mulheres e homens, assim como também podem ser tomadas como representativas dos supostos de gênero que norteiam governos e Estado quando planejam a proteção e promoção social. Por esses motivos Mariano e Carloto (2009) ressaltam a necessidade de se analisar tais políticas a partir da categoria gênero.

Rocha (2005), ao estudar o programa de transferência condicionada do México, “Oportunidades”, afirma que, ao tomar a família como unidade de operação e as mulheres como titulares dos benefícios, o programa não só deixa de contribuir com a promoção da equidade de gênero como ainda contribui para reforçar “[...] a noção tradicional de família onde a mulher é vista apenas como provedora de serviços domésticos e reprodutivos e que, portanto, pode dedicar seu tempo e seu esforço às corresponsabilidades que o programa exige como condição”¹⁸ (ROCHA, 2005, p.5)

Esta crítica é preponderante entre os estudos dos programas de transferência com ênfase no gênero. Mesmo quando apontam algum efeito positivo deste modelo de política sobre a estrutura de gênero, e sobre a vida das mulheres, ressaltam que os mesmos operam com a noção tradicional de família e reforçam a mulher como responsável pelos cuidados e proteção no interior dos domicílios.

Para Novellino (2004) a maior parte das políticas direcionadas às mulheres pobres assume a maternidade como seu principal papel, e estão preocupadas em atender as necessidades práticas da reprodução desconhecendo as necessidades das mulheres. Neste

¹⁸ [...] noción tradicional de familia donde la mujer es vista sólo como provedora de servicios domésticos y reproductivos y que, por lo tanto, puede dedicar su tiempo y su esfuerzo a las corresponsabilidades que el programa exige como condición.

processo acabam por criar novas dependências ao invés de promover suas autonomias.

Para Arriagada (2005), ao destinar a titularidade dos benefícios preferencialmente às mulheres as PTCR contribuem para combater a pobreza de gênero e possibilitam uma redistribuição de renda com foco na mulher. O que constitui uma importante iniciativa orientada a diminuir as desigualdades de gênero.

Goldani (1998), analisando as políticas sociais em geral, afirma que estas, além de se utilizarem da mão de obra feminina, também deixam de proteger as mulheres enquanto cidadãs. Desta forma, não só promovem um reforço e naturalização dos papéis sociais de gênero como atuam de forma desigual na construção da cidadania de mulheres e homens.

Por um lado estes programas pretendem prover certas capacidades às mulheres pobres, por outro elas são incorporadas devido ao papel tradicional que desempenham dentro de suas famílias. Por um lado os recursos financeiros colocados sob suas responsabilidades podem trazer autonomia e ampliar seu poder de decisão no interior das famílias alterando, em alguma medida, as relações de gênero. Por outro, se assume na prática o papel das mulheres de responsáveis pelo bem-estar familiar atuando como fator de reforço à tradicional divisão sexual do trabalho, à manutenção dos trabalhos de cuidado como responsabilidade exclusiva das mulheres e gerando sobrecarga de trabalho para elas. (BORDI, 2008)

Carloto e Mariano (2010), afirmam que empoderamento, emancipação e exercício da cidadania feminina sempre aparecem como metas nos documentos oficiais dos PTCR e que as avaliações institucionais dos mesmos têm apontado para um aumento da autoestima das mulheres relacionando-a ao fato delas se tornarem titulares de um cartão de banco. No entanto, ressaltam que essas avaliações promovem um esvaziamento desses conceitos restringindo, na maioria das vezes, empoderamento, emancipação e exercício da cidadania ao fato de se tornarem consumidoras. Para Lavinias e Cobo (2010), os PTCR empoderam as mulheres apenas “na função de legítimas provedoras da eficiência no uso de recursos escassos”. (LAVINAS e COBO, 2010, p.3).

Dentre os três impactos positivos do Programa Bolsa Família na condição social de suas beneficiárias, indicados por Suárez e Libardoni (2007)¹⁹, dois estão diretamente relacionados ao fato das mulheres se tornarem portadoras do cartão do programa. O primeiro é a conquista de um *status* de consumidora por parte das beneficiárias a partir da hora em que passam a deter um cartão e uma renda mensal fixa, gerando um movimento de inclusão social

¹⁹ Suárez e Libardoni (2007) apresentam os resultados de pesquisa realizada para o MDS, financiada pelo Departamento de Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID), junto a 145 beneficiárias do Programa Bolsa Família, em dez municípios brasileiros, com o objetivo de verificar os impactos do programa sobre suas condições.

destas. O outro consiste em maior identificação com a condição de cidadã, resultado do desenvolvimento de uma sensação de pertencimento até então inexistente, também relacionados à posse do cartão e à obtenção de documentos civis que elas adquirem em função de exigências colocadas pelo programa.

O terceiro impacto descrito pelas autoras consiste em um crescimento da autoridade das mulheres no espaço doméstico relacionado a passarem contribuir com as despesas, gerando uma possibilidade de fazer escolhas e de negociar com os maridos. Lavinias e Cobo (2010)²⁰ também identificaram alguma melhora nas relações de gênero e na qualidade de vida das mulheres. Segundo elas, mais da metade das mulheres entrevistadas afirmou ter havido mudanças positivas na dinâmica familiar e ter melhorado as relações com os filhos depois que passaram a receber o benefício do programa.

Contudo, Lavinias e Cobo (2010) ressaltam que o Programa Bolsa Família não promove uma conciliação entre trabalho de cuidado e trabalho assalariado e, portanto, não contribui para afetar positivamente a autonomia das mulheres. Suárez e Libardoni (2007), compreenderem que políticas como o Programa Bolsa Família para lograrem alcançar seus objetivos, positivos a toda sociedade, precisam mesmo focalizar suas ações nas mulheres, porque são elas quem de fato cuidam das crianças. Mas, ressaltam:

O programa aproveita-se da cultura da maternagem sem, entretanto, considerar a necessidade de apoiar o avanço pessoal das mulheres para que possam participar em condições de igualdade nos processos sociais e políticos que afetam seus interesses e, conseqüentemente, participar consciente e ativamente no programa do qual são beneficiárias.” (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007, p.135)

Para pensar em impactos positivos ou negativos do Programa Bolsa Família e dos Programas de Transferência Condicionada de Renda em geral na vida de suas beneficiárias é preciso considerar que elas vivem em espaços marginais, e que são pobres em praticamente todas as dimensões da pobreza. É preciso ter a exata noção das condições de extrema precariedade e destituição em que vivem, encontrando-se, muitas vezes, excluídas de direitos básicos como os de possuir documentos civis.

Neste sentido, no próximo capítulo procuraremos apresentar a realidade das beneficiárias do Programa Bolsa Família às quais entrevistamos, para que possamos a partir

²⁰ Lavinias e Cobo (2010) procuraram verificar os efeitos do Programa Bolsa Família, sobre as relações de gênero a partir da perspectiva das mulheres beneficiadas pelo programa em Recife. Para isso, utilizaram os resultados de pesquisa realizada nesta cidade, em janeiro de 2008, em que foram aplicados questionários a uma amostra de 1780 famílias. As famílias foram selecionadas aleatoriamente a partir de um universo de 120 mil residentes no município e cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social (CadÚnico). O objetivo do survey era estimar os efeitos gerais do Programa Bolsa Família.

desta contextualização avançar na análise sobre quais são realmente os efeitos das PTCR sobre a vida das mulheres suas beneficiárias.

4 QUEM SÃO E COMO VIVEM AS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SETE LAGOAS

Como as transferências de renda impactam o cotidiano das mulheres que as recebem? Tendo em vista as discussões e críticas realizadas pela literatura e orientados pelo entendimento de que “a teoria social deve levar em conta os entendimentos cotidianos das pessoas” (MAY, 2004, p. 53), realizamos um estudo empírico procurando apreender, sob a perspectiva das beneficiárias do Programa Bolsa Família, quais são os efeitos das PTCR em suas vidas.

Entendemos que a realidade destas mulheres possui especificidades relevantes, em função da precariedade em que vivem e que para identificarmos, de fato, os efeitos das políticas de transferência sobre suas vidas é necessário, antes, compreender o mais profundamente possível suas realidades.

Neste sentido, apresentamos neste capítulo a forma como a pesquisa foi desenvolvida, algumas características do lugar onde foi realizada e das beneficiárias que entrevistamos. Apresentamos nossas entrevistadas em suas características sociodemográficas, discutimos um pouco a forma como vivenciam sua condição de pobreza e trazemos alguns aspectos de suas histórias de vida e do contexto das entrevistas.

4.1 A pesquisa em Sete Lagoas

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Sete Lagoas e se concentrou na área de referência do CRAS II do município. Optamos por este CRAS por ser o de maior abrangência, o mais antigo e por estar localizado na região que apresenta maior vulnerabilidade na cidade. De acordo com Suárez e Libardoni (2007) as beneficiárias do Programa Bolsa Família “onde quer que estejam, se parecem em virtude de viverem em espaços marginais e compartilhar condições de existência muito parecidas.”²¹ (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007, p.122)

²¹ Suárez e Libardoni (2007) apresentam os resultados de pesquisa realizada junto a beneficiárias do PBF – com objetivos muito próximos dos nossos - em dez municípios brasileiros extremamente diferentes entre si, em aspectos históricos, culturais, econômicos, tamanho e nível de urbanização. Contudo, tais dessemelhanças não foram acompanhadas de diferenças entre beneficiárias do programa e suas famílias.

Classificado como município de grande porte, Sete Lagoas está localizada na região central do estado de Minas Gerais, a aproximadamente 70 quilômetros da capital Belo Horizonte. Possui área de 537,6 km² e população igual a 214.152 habitantes, dos quais 208.956 vivem na zona urbana e apenas 5.196 estão alocados na zona rural, 110.161 são mulheres e 103.991 homens.

A cidade sedia grandes empresas e indústria de diversos segmentos e se destaca por fazer parte do principal polo produtor de ferro gusa do estado. Em 2008 seu PIB (Produto Interno Bruto) foi igual a R\$ 4.743.930.000 (quatro trilhões setecentos e quarenta e três bilhões, novecentos e trinta mil reais) sendo o oitavo maior do estado de Minas Gerais e ocupando a 93^a posição no ranking nacional. (IBGE, 2011)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em Sete Lagoas 18.940 famílias estão cadastradas no CadÚnico e 6.929 famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em 2013. O município é habilitado na gestão plena do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou seja, oferta os serviços de proteção básica e também os serviços da proteção especial de acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004²². (BRASIL, 2013) A cidade conta com quatro Centros de Referência da Assistência Social e dois Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo um voltado para o atendimento à população em situação de rua.

De acordo com o princípio da descentralização do SUAS, a gestão básica da assistência é feita pelos centros de referência próximos à moradia do usuário, configurando a gestão territorial. Desta forma, cada equipamento é responsável pela proteção básica, caracterizada principalmente por ações preventivas aos moradores, em uma determinada área territorial o que chamamos área ou território de referência do CRAS. (BRASIL, 2011a)

Nossa pesquisa foi realizada na área de referência do CRAS II do município de Sete Lagoas. Este CRAS é o maior do município, referencia mais de 2.000 famílias atendendo aos moradores dos bairros Belo Vale I, Belo Vale II, Bernardo Valadares, Cidade Nova, Iraque, Kwait, Luxemburgo, Nova Cidade, Orozimbo Macedo, Verde Vale I, Verde Vale II, Vista dos Lagos, Jardim Pequis I e Jardim Pequis II.

De acordo com a socióloga deste CRAS, a quem entrevistamos, essa região constitui o maior bolsão de miséria do município. A região ao mesmo tempo em que é bastante antiga, continua crescendo e recebe atualmente pessoas migradas tanto de outras regiões da cidade como de cidades próximas ao município.

²² BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, 2005

Os bairros Verde Vale I e II são relativamente novos, povoados principalmente por pessoas oriundas de municípios do entorno de Sete Lagoas. Já os bairros Jardim Pequis I e II foram construídos por meio de dois programas federais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida²³ respectivamente. O primeiro recebeu cerca de 300 famílias retiradas de áreas de risco do município e o segundo recebeu 277 famílias em situação de pobreza.

Ainda segundo a profissional do CRAS, os bairros Orozimbo Macedo, Kwite e Iraque se destacam dentro do trabalho da assistência social na região, devido à sua condição de maior precariedade e violência.

A unidade do CRAS II funciona desde dezembro de 2004 e conta com uma equipe de oito pessoas, sendo duas assistentes sociais, duas psicólogas, uma socióloga, uma coordenadora e duas auxiliares. A unidade oferece à população o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com ações de recepção, acolhimento e acompanhamento de famílias. O equipamento oferta serviços de atendimento individual, grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias, visitas domiciliares periódicas realizadas principalmente às famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF. Todas suas atividades estão direcionadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, conforme determinam as normas operacionais básicas do SUAS. (BRASIL, 2005a).

Dentre suas atividades está também a orientação dos indivíduos para a inscrição no Cadastro Único e para obtenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além do encaminhamento de famílias para a rede de serviço socioassistencial e para o acesso aos benefícios eventuais da assistência social.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo CRAS estão os grupos socioeducativos voltados para a socialização e interação dos usuários da assistência. Em junho de 2012 havia seis grupos em funcionamento reunindo-se uma vez por mês. Nesses encontros são realizadas discussões temáticas, direcionadas para a realidade dos usuários com o objetivo de promover reflexão sobre posturas, valores e hábitos. Nos grupos discutem-se assuntos como violência, drogas, direitos dos idosos, economia doméstica, relações de afeto, sexualidade entre outros. Além disso, os grupos socioeducativos são um espaço onde os profissionais do CRAS aproveitam para dar instruções sobre cadastramento, benefícios eventuais e para aproximarem

²³ O programa Minha Casa Minha Vida atende famílias com renda de até R\$ 5.000,00, mas estabelece diferenciações entre as famílias de acordo com faixas de renda. O bairro Jardim Pequis II se enquadra na linha de habitação para famílias com renda bruta de até R\$ 1.600 que pagarão pela casa uma mensalidade no valor de 10% da renda familiar, ou R\$ 50,00 durante dez anos. Para isso as famílias precisam atender aos seguintes critérios: estar dentro da faixa de renda; ter cadastro ativo no CADÚNICO; não possuir casa própria; nunca ter sido beneficiada por outro programa de habitação do governo. (BRASIL, 2012a)

dos usuários.

Foi por meio desses grupos socioeducativos que chegamos até as beneficiárias do Programa Bolsa Família a quem entrevistamos. Durante os encontros dos grupos, as beneficiárias foram convidadas a colaborar com nossa pesquisa e aquelas que se interessaram nos deram o nome, telefone e endereço. As entrevistas foram realizadas nas casas das beneficiárias com dia e horário pré-agendados.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro (Anexo 3) construído a fim de levar a compreender se os benefícios concedidos pelo PBF alteram a vida das mulheres que os recebem e de forma. O roteiro foi construído visando apreender, principalmente, possíveis alterações no trabalho reprodutivo e nas atividades de trabalho remunerado desempenhadas pelas beneficiárias, bem em suas relações com filhos e companheiros.

Os dados utilizados para a análise apresentada a seguir foram retirados de dez entrevistas a beneficiárias, realizadas durante os meses de junho e julho de 2012. Além das entrevistas às beneficiárias, também realizamos entrevistas com duas profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (Anexo 4). As entrevistas a estas profissionais tiveram os propósitos de compreender as atividades da assistência social na região pesquisada, de conhecer melhor as características socioculturais da mesma, além de também nos auxiliar na compreensão dos efeitos das transferências de renda na vida das usuárias da assistência.

Para obtermos informações sobre as características sociodemográficas das beneficiárias e de suas famílias - idade, escolaridade, grupo familiar, estado civil, renda domiciliar, renda do chefe do domicílio, tipo de vínculo com o trabalho da entrevistada, profissão da entrevistada, chefia do domicílio e profissão do chefe do domicílio - tivemos acesso às fichas socioeconômicas que compõem as pastas das famílias no CRAS. O acesso a essas fichas nos foi concedido pela coordenação do CRAS II, mediante nosso compromisso de que suas informações seriam utilizadas para fins exclusivos desta pesquisa e a identidade das beneficiárias seria preservada.

Durante a análise do material as informações foram organizadas em quatro blocos temáticos: renda e gastos, família, Programa Bolsa Família e atividade remunerada. Os demais grupos de informação não foram distribuídos em blocos temáticos. Chamamos de grupo de informação porque foram identificados todos os aspectos que apareceram sobre determinada questão. Por exemplo, sobre violência, não retivemos apenas a informação “sofre ou não sofre”, “há presença ou não há”, organizamos todas as situações em que algum tipo de violência foi mencionado.

Buscamos a partir dos aspectos que apareceram como tendências mais gerais entre as

entrevistadas, e com base neles desenvolvemos análises, que serão apresentadas nas próximas seções e no próximo capítulo.

4.2 O perfil das entrevistadas

Nesta seção, apresentaremos as mulheres entrevistadas, a partir das informações retiradas das fichas socioeconômicas do CRAS (anexo V), assim como das entrevistas. Para resguardar a identidade das entrevistadas, neste trabalho, todos os nomes reais foram substituídos por nomes fictícios.

As beneficiárias do Programa Bolsa Família que entrevistadas possuem entre 27 e 58 anos, nenhuma tem escolaridade superior à oitava série do ensino fundamental e oito delas vivem com companheiro.

QUADRO 2 - Características sociodemográficas das beneficiárias entrevistadas

Beneficiária Entrevistada*	Idade	Escolaridade	Estado Civil²⁴	Vive com companheiro
Alba	31	8ª. Série	Casada	Sim
Ana	40	5ª. Série	Separada	Não
Cátia	36	4ª. Série	Solteira	Sim
Elza	58	2ª. Série	Divorciada	Sim
Jane	27	8ª. Série	Solteira	Sim
Júlia	36	4ª. Série	Divorciada	Sim
Lúcia	37	4ª. Série	Solteira	Sim
Mara	31	4ª. Série	Solteira	Sim
Sandra	45	4ª. Série	Viúva	Não
Vanda	43	1ª. Série	Divorciada	Sim

Fontes: Dados das entrevistas e das fichas socioeconômicas.

*Nomes fictícios.

Todas as entrevistadas são responsáveis por pelo menos uma criança ou adolescente, possuem cadastros ativos no CadÚnico e recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

²⁴ Para as leis brasileiras existem cinco tipos de estado civil – solteira, casada, separada, divorciada e viúva – termos como amasiada, amigada correspondem à união estável, hoje reconhecida legalmente no Brasil e aqui referida através da terminologia “vive com o companheiro”.

QUADRO 3 - Filhos, dependentes e valor do benefício do Programa Bolsa Família (PBF)

Beneficiária Entrevistada*	Número de filhos	Crianças sob sua responsabilidade	Valor do benefício do PBF
Alba	4	4	R\$ 128,00
Ana	5	5	R\$ 262,00
Cátia	4	4	R\$ 198,00
Elza	8	1	R\$ 30,00
Jane	2	2	R\$ 134,00
Júlia	4	2	R\$ 132,00
Lúcia	2	2	R\$ 70,00
Mara	3	3	R\$ 161,50
Sandra	4	2	R\$ 198,00
Vanda	6	2	R\$ 134,00

Fontes: Dados das entrevistas e das fichas socioeconômicas.

***Nomes fictícios.**

Das dez entrevistadas, cinco têm filhos de pais diferentes e das oito que vivem com companheiro atualmente, apenas uma não tem filho com este. Esta é uma informação relevante, pois verificamos que este aspecto interfere na distribuição/retenção da renda dos homens dentro do domicílio. Nas famílias²⁵ em que as mulheres têm filhos apenas do companheiro atual, ele atua como principal responsável pelas despesas da família, enquanto nos domicílios em que a mulher tem apenas filhos cujo pai não é o companheiro atual, ela é a principal responsável pelas despesas familiares.

²⁵ Conforme já foi discutido no capítulo anterior, nos estudos sobre pobreza as famílias são entendidas como grupos de moradores de um mesmo domicílio que compartilham a renda e o consumo. Desta forma, assumiremos nesta análise família e domicílio como sinônimos.

QUADRO 4 - Tipo de família, paternidade dos filhos e despesas familiares

Beneficiária Entrevistada*	Tipo de família	Filhos de pais diferentes	Filhos com o companheiro atual	Principal responsável pelas despesas familiares²⁶
Alba	Nuclear	Não	Sim	Companheiro
Ana	Monoparental	Sim	-	Beneficiária
Cátia	Nuclear	Não	Sim	Companheiro
Elza	Nuclear	Sim	Sim	Companheiro
Jane	Nuclear	Não	Não	Beneficiária
Júlia	Nuclear	Sim	Sim	Beneficiária
Lúcia	Nuclear	Não	Sim	Companheiro
Mara	Nuclear	Não	Sim	Beneficiária
Sandra	Extensa	Sim	-	Filha
Vanda	Extensa	Sim	Sim	Filha

Fontes: Dados das entrevistas e das fichas socioeconômicas.

***Nomes fictícios.**

Das dez entrevistadas, sete vivem em famílias nucleares ou biparentais composta por casal e filhos. Apenas uma vive em família monoparental formada por mulher com filhos sem cônjuge. E duas vivem em famílias compostas ou extensas formadas por mais de um núcleo em que estão agregados outros parentes, como genros, noras, netos irmãos no mesmo domicílio dividindo o consumo e as despesas.

²⁶ Nem sempre a pessoa que arca com as principais despesas da família coincide com a que é reconhecida pelos membros do domicílio como o responsável pela família. A terminologia “chefe da família” já serviu para definir a pessoa responsável pelas despesas, mas desde a década de noventa que o IBGE passou a perguntar, tanto no Censo como na PNAD, sobre o responsável pela família e não sobre o responsável pelas despesas. A princípio essa nova categoria recebeu a mesma denominação “chefe da família”. Atualmente o Censo utiliza “responsável pela família” e a PNAD “pessoa de referência”. Não sendo possível, portanto, por nenhuma delas definir a pessoa que apenas responde pelas despesas, mas que não é reconhecida como responsável pela família.

QUADRO 5 - Composição familiar

Beneficiária Entrevistada*	Marido ou Companheiro	Filhos					Netos e outras crianças	Genros
		Crianças 0 a 6 anos	Crianças 7 a 12 anos	Adolescentes 13 a 17 anos	Jovens 18 a 24 anos	Adultos 25 anos ou mais		
Alba	Sim	2	2	-	-	-	-	-
Ana	Não	1	1	3	-	-	-	-
Cátia	Sim	1	2	1	-	-	-	-
Elza	Sim	-	-	-	2	-	1	-
Jane	Sim	-	2	-	-	-	-	-
Júlia	Sim	1	1	-	2	-	-	-
Lúcia	Sim	-	-	2	-	-	-	-
Mara	Sim	-	3	-	-	-	-	-
Sandra	Não	-	-	2	-	3	2	1
Vanda	Sim	-	-	2	1	1	1	1

Fontes: Dados das entrevistas e das fichas socioeconômicas.

*Nomes fictícios.

Outra informação importante sobre a composição das famílias, diretamente relacionada ao Programa Bolsa Família é a presença de crianças sendo cuidadas por mulheres que não são suas mães. A beneficiária Vanda cuida do seu neto e o benefício do PBF referente a essa criança é direcionado a ela, assim como acontece com Elza que cuida do filho de sua enteada. Esta situação caracteriza os repasses do programa como um benefício à maternagem.

Tanto a renda das mulheres como a renda total das famílias é um aspecto difícil de apreender, pois há, de modo geral, um receio em falar sobre isso. Possivelmente este receio está relacionado a um medo das entrevistadas de declarar suas rendas e, principalmente, a renda de seus companheiros e acabarem perdendo o direito de receber recursos vindos da assistência. Abaixo apresentaremos um quadro com a renda familiar, declarada pela entrevistada, ou estimada por nós a partir de informações das entrevistas, distribuída por fontes.

A renda do trabalho das beneficiárias entrevistadas é toda originária de atividades de trabalho em que há ausência de vínculos empregatícios e baixa remuneração, conforme demonstrado no quadro 8. Além disso, das dez mulheres entrevistadas, nenhuma tem uma

rotina de sair de casa diariamente para exercer uma atividade remunerada.

QUADRO 6 - Renda familiar mensal declarada ou estimada

Beneficiária Entrevistada*	Renda do trabalho da beneficiária	Renda de pensão alimentícia	Renda do PBF	Renda do trabalho do marido ou companheiro	Total
Alba	-	-	R\$ 128,00	R\$ 678,00	R\$ 806,00
Ana	-	R\$ 200,00	R\$ 262,00	-	R\$ 462,00
Cátia	-	-	R\$ 198,00	Não declarada	R\$ 198,00
Elza	-	-	R\$ 30,00	R\$ 678,00	R\$ 708,00
Jane	-	-	R\$ 134,00	R\$ 678,00	R\$ 812,00
Júlia	R\$ 200,00	-	R\$ 132,00	R\$ 678,00	R\$ 1.010,00
Lúcia	R\$ 90,00	-	R\$ 70,00	Não declarada	R\$ 160,00
Mara	R\$ 50,00	-	R\$ 161,50	R\$ 700,00	R\$ 911,50
Sandra	-	R\$ 150,00	R\$ 198,00	-	R\$ 348,00
Vanda	R\$ 90,00	-	R\$ 134,00	Não declarada	R\$ 224,00

Fontes: Dados das entrevistas e das fichas socioeconômicas.

***Nomes fictícios.**

Ao contrário das mulheres, a maioria dos homens, seus companheiros, é assalariada, estão ocupados em atividades do setor de prestação de serviço e possuem vínculo formal de trabalho. Em que pese exercerem atividades com baixa remuneração, eles se encontram em condições melhores do que as das mulheres no mercado de trabalho, sendo que, apenas um deles exerce atividade sem vínculo formal.

QUADRO 7 - Ocupação, vínculo e renda do trabalho do marido ou companheiro²⁷

Beneficiária Entrevistada*	Ocupação	Vínculo	Renda do trabalho
Alba	Empregado no setor de serviço	Formal	R\$ 678,00
Ana	-	-	-
Cátia	Mecânico de motos	Informal	Não declarada
Elza	Aposentado	-	R\$ 678,00
Jane	Aposentado	-	R\$ 678,00
Júlia	Empregado no setor de serviço	Formal	R\$ 678,00
Lúcia	Empregado no setor de construção civil	Formal	Não declarada
Mara	Empregado no setor de construção civil	Formal	R\$ 700,00
Sandra	-	-	-
Vanda	Carroceiro	Sem vínculo	Não declarada

Fontes: Dados das entrevistas e das fichas socioeconômicas.

*Nomes fictícios.

Nosso propósito nesta seção foi dar ao leitor um panorama sobre as beneficiárias do Programa Bolsa Família que entrevistamos a partir de suas características sociodemográficas. Nas próximas seções faremos uma abordagem delas e das condições em que vivem buscando evidenciar suas especificidades.

4.3 A vivência da pobreza

Para esta abordagem utilizaremos das categorias construídas por Serge Paugam (2003). Importante ressaltar que o autor utiliza suas categorias para analisar beneficiários do serviço social na França, na década de 90 e que todas as afirmações aqui apresentadas relacionando suas categorias e análises às beneficiárias do Programa Bolsa Família foram realizadas por nós. Consideramos que, embora forjada em um contexto muito diferente daquele da nossa pesquisa, a tipologia deste autor auxilia-nos a compreender as formas de vivenciar a pobreza. Apesar dos contextos diferentes, os grupos analisados possuem

²⁷ A renda dos companheiros não é um aspecto sobre o qual se pode tratar com segurança porque esta não é uma informação que as mulheres fornecem com precisão durante as entrevistas e nem mesmo à equipe do CRAS. De acordo com as profissionais do CRAS, muitas vezes as mulheres omitem a existência dos homens, e logo suas rendas, com medo de não conseguirem o benefício da assistência ou de o perderem quando já o possuem.

características comuns relativas às suas condições de precariedade, às dificuldades em se constituírem como força de trabalho e à dependência da assistência social.

De acordo com Paugam (2003), a população em situação de precariedade social e econômica negocia seu *status* e estabelece sua identidade de acordo com sua dependência aos serviços sociais, com tipo de racionalizações que elaboram e com os sentidos que atribuem às suas experiências. Desta forma o autor propõe três tipos ou *status* entre os precarizados: os fragilizados, os assistidos e os marginalizados. Estes são definidos, principalmente, de acordo com os benefícios que as pessoas recebem, com os serviços de assistência social que utilizam e da motivação que apresentam para o trabalho. Os tipos são ainda subdivididos de acordo com a postura de seus indivíduos frente à precariedade, ou seja, de acordo com a forma como se veem, com seus discursos e posicionamentos em relação ao mundo, ao trabalho e à assistência.

O *status* de fragilizado, primeiro tipo de precariedade, é atribuído à população que vivencia uma fragilidade pontual e essencialmente financeira, decorrente, de modo geral, da perda do emprego ou da dificuldade, geralmente dos jovens, de se inserirem no mercado de trabalho. Esta condição pode ser vivenciada de duas formas, caracterizada por uma fragilidade interiorizada, em que o sujeito se sente fracassado, humilhado, injustiçado e perturbado com sua condição. Ou como fragilidade negociada, em que as pessoas não se sentem constrangidas de utilizar os serviços sociais, mas ao contrário, se veem exercendo um direito a fim de contornar uma situação transitória.

O *status* de assistido, por sua vez, distingue-se, pela regularidade da assistência recebida pelo grupo, por certa dependência em relação aos serviços sociais e por pouca motivação para o trabalho. Os assistidos dividem-se em três subgrupos, o da assistência postergada, formado pelos que não se consideram na condição de assistidos, o da assistência instalada, cujos membros se identificam mais com este *status* e elaboram racionalizações para justificar o auxílio que recebem. E o último subgrupo, o da assistência reivindicada, composto, de modo geral, por indivíduos mais velhos que desejam alcançar a “completa satisfação de seus pedidos de auxílio.” (PAUGAM, 2003, p. 153)

O terceiro *status*, o de marginalizado é atribuído aos indivíduos que não possuem uma renda regular proveniente do trabalho e que também não contam com benefícios assistenciais regulares. Esses enfrentam problemas ligados à moradia, em muitos casos, não têm suas necessidades atendidas pela assistência e exercem atividades à margem do mercado de trabalho. A marginalidade pode ser vivida como marginalidade renegada, em que o indivíduo se sente decepcionado com sua condição e possui o desejo de participar da vida social e

econômica, ou como marginalidade organizada em que os indivíduos se contentam com as possibilidades e recursos que têm.

Assim, o *status* de fragilizado se caracteriza principalmente pela pobreza e assistência vistas como transitórias, o de assistido pela dependência em relação aos serviços sociais e o de marginalizado, não somente pela ausência de inserção através do trabalho como também pela falta de cobertura dos programas sociais. Dentre os três tipos de precarizados construídos por Paugam (2003), a vivência da pobreza percebida entre as mulheres, beneficiárias do Programa Bolsa Família entrevistadas por nós, se assemelha mais ao *status* de assistido.²⁸

As dez beneficiárias entrevistadas são dependentes do auxílio permanente que recebem da assistência social e apresentam pouca motivação para o trabalho. A maior parte delas vivencia a assistência de forma instalada, ou seja, possuem fraca motivação para o trabalho, são bastante dependentes dos serviços sociais, possuem uma elaboração racional voltada a explicar e justificar a assistência que recebem e, em alguma medida, se apropriam da condição de precariedade em que vivem com o objetivo de comover e alcançar benefícios que as ajudem a suprir melhor suas necessidades e as de suas famílias.

Embora a tendência geral apresentada pelas beneficiárias seja da experiência da assistência instalada, algumas também apresentam traços da assistência postergada e da reivindicada. Sendo assim, a vivência da assistência instalada é mais marcante, mas, não raro, percebemos na narrativa da mesma entrevistada traços da assistência vivenciada em suas três formas. Para as beneficiárias do Programa Bolsa Família, a assistência²⁹ não consiste em uma experiência excepcional, tardia e desconhecida com a qual tiveram que se habituar, mas sim, consiste na experiência de vida mais comum que já tiveram.

Apenas uma de nossas entrevistadas demonstrou aspiração por ascender socialmente e ao mesmo tempo forte sensação de fracasso e frustração associada às suas condições materiais. Estes aspectos são característicos da assistência postergada, mas sua característica principal consiste na existência de real motivação para buscar um emprego.

²⁸ Na análise de Paugam (2003) foram consideradas também as relações dos beneficiários com os assistentes sociais. Ao nos apropriarmos das suas construções não estamos considerando este aspecto, primeiro devido às diferenças entre os Sistemas de Assistência Social francês que assiste aos beneficiários estudados pelo autor e o brasileiro que assiste às beneficiárias do PBF. Segundo porque os instrumentos de pesquisa que utilizamos não nos permitiram apreender informações sobre este aspecto.

²⁹ A assistência não no sentido de serviço ofertado pelo governo – o que é mais recente no Brasil. A história da assistência social no Brasil mostra que o enfrentamento das situações de destituição foi predominantemente dependente de iniciativas filantrópicas, de entidades privadas e religiosas, organizadas pelo princípio moral da caridade. Ao Estado coube, ao longo do século XX, o papel de apoiar financeiramente as práticas beneficentes, via subsídios, isenções fiscais e transferências de recursos públicos. A oferta de serviços assistenciais não contava com uma regulação pública que garantisse padrões mínimos de qualidade e de cobertura. Ademais, estava ausente das políticas públicas de assistência social, a prestação de benefícios monetários destinados a enfrentar o problema de insuficiência de renda.

Esta motivação, porém, não foi de fato verificada em nenhuma das entrevistadas. Ao invés disso, prevaleceram racionalizações destinadas a justificar o porquê de não trabalharem ou de não exercem outro tipo de atividade remunerada, diferente do trabalho informal realizado no domicílio ou em suas proximidades.

Dentre as características elencadas por Paugam (2003) para definir a assistência instalada, a elaboração de justificativas pessoais que expliquem o fato delas não trabalharem e de precisarem de auxílio é a mais recorrente entre as beneficiárias do PBF. Segundo o autor, para que a assistência se configure como instalada faz-se necessário a elaboração de sólidas justificativas, por parte dos beneficiários, à condição de receptor de ajudas em que se encontram. Assim como no estudo realizado pelo sociólogo francês em Saint- Brieuc, em nosso estudo algumas mulheres justificam a assistência por suas doenças ou invalidez, outras pela falta de estudo, e de experiência comprovada em carteira e também pelas dificuldades de deslocamento.

Além disso, a dependência da assistência não constrange a maioria das beneficiárias que “sem desistir definitivamente do emprego, habitam-se aos poucos à inatividade.” (PAUGAM,2003, p. 152)

O desejo de trabalhar é declarado pela maioria das mulheres, contudo vem seguido por uma narrativa voltada a demonstrar e explicar o que as impede de concretizá-lo. Apenas uma entre as dez entrevistadas parece ter realmente o objetivo de arrumar um trabalho formal, apesar de projetar este plano no futuro e de acreditar que essa é uma meta difícil de ser alcançada. Esta postura é característica da população que vivencia a assistência instalada, que não leva a uma renúncia automática ao emprego, mas sim a uma pequena motivação para a procura de uma atividade remunerada.

Agora eu estou parada. Precisando arrumar, mas não arrumo. [...] Eu to tentando arrumar um serviço pra mim. Agora vão ver se eu consigo! [...] Depende do serviço. O problema é esse, não posso pegar peso, passar raiva, eu to tentando arrumar em padaria, babá, olhando menino, esses trem assim que eu consigo. Não posso é pegar peso, subir no alto... (Jane, 27 anos, 8ª. série, vive com companheiro, sem ocupação, dois filhos.)³⁰

A assistência reivindicada, que se define pela grande dependência em relação à assistência, por nenhuma motivação para o trabalho e pela atitude de reivindicação adotada pelos assistidos, não condiz com as beneficiárias do PBF principalmente porque elas não

³⁰ Extraído de entrevistas às beneficiárias do Programa Bolsa Família, em Sete Lagoas.

apresentam esta postura de reivindicação. Embora, algumas beneficiárias demonstrem certa insatisfação com alguns aspectos do programa e critérios utilizados pela assistência social de modo geral, elas não se sentem no direito de reivindicar. A ausência de uma postura reivindicatória mesmo quando há insatisfação se explica pelo fato delas perceberem a assistência que recebem como ajuda, dádiva, favor e não como direito.

Pra mim tá bom, melhor que nada. Fico com medo de ficar incomodando. Pra mim está bom, recebo R\$ 128,00. (Alba, 31 anos, 8ª. série, casada, dona de casa, quatro filhos.)

As regras da assistência e do Programa Bolsa Família são pré-definidas e isso está claro para todas, sabem que não há possibilidades de conseguirem aumentar seus ganhos por meio de reivindicações junto às assistentes sociais. A exceção, que permite alguma discricionariedade por parte dos assistentes sociais, e que, portanto, elas podem buscar meios de consegui-los junto às assistentes sociais são os benefícios eventuais que compõem a política de assistência social cuja oferta compete aos municípios e restringi-se, na maioria das vezes, a auxílio natalidade e funeral, documentos civis e cestas básicas.

4.4 Trajetórias e histórias singulares de pobreza.

Embora sejam mães, vivam em condições materiais muito parecidas, em famílias com poucos recursos financeiros, em bairros afastados, tenham poucos anos de estudo, dependam, em larga medida da assistência social etc., essas mulheres são também únicas, têm histórias de vida e histórias familiares que marcam suas formas de ver e perceber a realidade.

Ao responderem às questões colocadas, as entrevistadas contam suas próprias histórias e reconstituem suas vivências singulares do social, ao mesmo tempo que relatam características da sociedade à qual pertencem. Desta forma, elas recompõem “a partir de suas recordações, os processos, as trajetórias, os fatos, as trocas e transformações mais significativas de sua vida” e evidenciam “que os fenômenos sociais não podem ser apreendidos em sua complexidade se não se integrar a maneira como os indivíduos os vivem, os sentem e se os representam.”³¹ (MÁRQUEZ, p. 26-27, 2000, tradução nossa).

Circunstâncias particulares e acontecimentos singulares podem interferir na forma

³¹ [...] a partir de sus recuerdos, los procesos, las trayectorias, los hitos, los cambios y transformaciones más significativos de su vida. (MARQUÉZ, p. 26, 2000) [...] que los fenómenos sociales no pueden ser apreendidos en su complejidad si no se integra la manera en que los individuos los viven, los sienten y se los representan. (MÁRQUEZ, p. 27, 2000)

como essas mulheres vivenciam suas realidades e ao mesmo tempo podem auxiliar o pesquisador e o leitor a compreenderem os significados de suas falas. “Os dados biológicos, as condições do aprendizado social e, enfim, a história pessoal de cada indivíduo são fatores considerados determinantes na construção da personalidade. Os três elementos se combinam para formar o capital cultural que se enraíza nas estruturas mentais do indivíduo.” (PAUGAM, p. 166)

O objetivo desta seção é apreender o sentido que as beneficiárias atribuem às suas experiências em um contexto particular e em função de suas realidades presentes e passadas. Para isso contribui a pesquisa qualitativa que enriquece a compreensão sobre o objeto a partir do exame de suas especificidades e particularidades.

As características das entrevistas e alguns de seus aspectos mais relevantes também contribuem para a compreensão das entrevistadas. Além disso, colocam em evidência a complexidade de realizar um trabalho a partir de relatos de mulheres que possuem poucos recursos para se expressarem, que vivem em realidades muito diferentes daquela do pesquisador e que apresentam vulnerabilidades inimagináveis a certa distância.

Apresentaremos a seguir cada uma das beneficiárias, com nomes fictícios – como já destacamos – buscando revelar as especificidades de como vive, a estrutura domiciliar e aspectos de sua vivência. As descrições a seguir buscam evidenciar os pontos que mais nos chamaram a atenção em cada entrevista e/ ou em cada entrevistada. Aproveitaremos também para mencionar alguns elementos que, embora não tenham aparecido como tendência geral, podem ser relacionados a efeitos do PBF na vida das beneficiárias. As histórias individuais mostram como, em cada caso, há componentes específicos que se combinam de modo diferente aos elementos comuns - presentes em quase todos os casos – e gerando situações particulares.

A primeira entrevistada que apresentamos é Ana, de 40 anos, de todas as entrevistas a sua foi a mais longa e nos chamou atenção por sua forma de falar, pela ostentação de sua pobreza e discurso voltados a comover o interlocutor. Esta beneficiária introjetou em seu discurso uma espécie de “propaganda” da sua pobreza que funciona como uma estratégia para conseguir comover as pessoas e, desta forma, alcançar alguma vantagem que a ajude a suprir suas necessidades e de sua família. Este tipo de comportamento condiz com a assistência instalada, em que o assistido utiliza de estratégias hábeis, como sedução e comoção para obter uma melhor satisfação de suas necessidades. (PAUGAM, 2003)

Durante diferentes momentos da entrevista, ela ressaltou sua condição de pobreza, descrevendo as suas dificuldades em manter as coisas em casa, dizendo que sempre precisa da

ajuda dos vizinhos, que está sempre pedindo dinheiro emprestado e que não pode ir visitar a mãe porque não tem dinheiro para o ônibus. Falou várias vezes que naquele dia estava sem gás para cozinhar e que não sabia como iria fazer para comprá-lo. Ela foi, ainda, a única entrevistada que mencionou espontaneamente situações em que não tem com o que alimentar os filhos.

A hora que um filho seu chega e fala “mãe to com fome” e você não tem nada...[...] Se hoje eu tiver que passar mal, ou eu vou a pé, ou então eu não vou porque eu não tenho condição. [...] eu pra falar com cê não tenho um centavo nem pra uma bala.[...]

Igual, hoje mesmo meu gás acabou [...] aí a vizinha falou assim “manda os menino pra almoçar aqui”, aí eu falei, “não, tá mais ou menos duro, mas da pra eles comer”. Ai ela falou, “então trás as panela e termina aqui”. (Ana, 40 anos, 5ª. série incompleta, divorciada, dona de casa, cinco filhos.)

Paugam (2003, p. 147) narra uma situação semelhante à que vivenciamos com esta entrevistada. Ao entrevistar um determinado casal ele se sentiu como se fosse um “espectador de uma peça de teatro interpretada com muito talento [...] (o casal) chegou mesmo a abrir sua dispensa de alimentos para mostrar que não tinham mais quase nada para comer. Eles também insistiram para que fosse constatado o mau estado dos móveis.” Ana, assim como este casal, mostrou sem constrangimento, exibiu de forma ostensiva sua pobreza durante a entrevista.

Esta entrevistada não apresentou nenhum constrangimento e muito menos rejeição à condição de assistida. Quando questionada se acredita que sempre irá precisar dos recursos do programa, ela diz que sim e justifica esta dependência por sua incapacidade para o trabalho.

Eu não trabalho por que eu tenho problema de coluna, tenho três pique pra quebrar, então eu sou proibida de trabalhar. [...]

Eu não posso trabalhar né! Então, a Bolsa Família pra mim é como se fosse a minha aposentadoria. É a mesma coisa que um idoso que depende daquela aposentadoria. Perdeu, o quê que ele vai ter? É a mesma coisa a minha. Eu não posso trabalhar, o que eu dependo é a Bolsa Família, que só com a pensão dos meus filhos eu não sobrevivo. (Ana, 40 anos, 5ª. série incompleta, divorciada, dona de casa, cinco filhos.)

Seis beneficiárias mencionaram, durante as entrevistas, sobre algum problema de saúde que possuem, apesar de termos perguntado sobre o tema e, dentre estas, três falaram também de problemas de saúde de outros membros da sua família. Problemas como pressão alta, pedra na vesícula, colesterol, diabetes, problema no coração, trombose, hiperatividade, limitações cognitivas, dermatite e depressão foram citados espontaneamente.

Os problemas de saúde apareceram nas entrevistas, de modo geral, como justificativas (autojustificativas) para a assistência que recebem. Ao mesmo tempo em que justificam a

condição de assistidas, as doenças também demonstram a percepção que a maior parte das beneficiárias tem de si mesma. Uma percepção, em larga medida, associada à incapacidade para a vida independente.

Elza, 59 anos, faz uma associação do seu estado de saúde com a atividade de trabalho fora do domicílio diferente das demais beneficiárias. Enquanto para as demais seus problemas de saúde atuam limitando suas possibilidades de serem independentes e sendo um dos fatores que as mantém no interior do domicílio, para Elza eles são percebidos como estímulos para que ela saia de casa e se ocupe com atividades públicas. “Eu tenho muita depressão [...] eu tomo o antidepressivo, que eu sofri aneurisma, então eu não posso ficar parada.”

Atualmente Elza trabalha como voluntária em uma instituição perto de casa – faz faxina, cuida da horta, ajuda na cozinha. Embora sua atuação pública seja nas proximidades de seu domicílio, ela é a única beneficiária que tem compromissos diários realizados fora do domicílio a que a mantém fora de casa por algumas horas todos os dias.

Ela também é a única beneficiária que cuida de uma criança que não é seu filho nem neto. Na classe social a qual as beneficiárias do Programa Bolsa Família pertencem a feminilidade está firmada “em ser responsável pelos filhos próprios e pelos da mãe que não dá conta sozinha”, constituindo o etos da maternagem voltado para o cuidado das crianças, especialmente quando essas estão em risco. (Suárez e Libardoni, p.125, 2007)

A autopercepção associada à incapacidade para a vida independente ficou bem evidenciada na entrevista à beneficiária Lúcia, de 37 anos. Ela vê-se excluída da possibilidade de conseguir um trabalho por meio do qual possa alcançar independência. Ela acredita que por não ter estudo e não ter como comprovar experiência de trabalho, não possui chance de conseguir um emprego.

Eu não tenho estudo. Eu não tenho estudo. [...] Serviço é difícil sem carteira assinada. Igual, eu nunca trabalhei fichada. Como que eu chego num lugar e falo que estou procurando serviço? Ele vai fala; - 'deixa eu ver sua carteira, não tem nada escrito. Mas você nunca trabalhou fichada, como quer arrumar serviço?' É só um milagre mesmo, pra mim eu espero como um milagre. (Lúcia, 37 anos, 4ª. série, vive com companheiro, faxineira, dois filhos.)

Apenas esta beneficiária atribuiu ao trabalho remunerado um sentido positivo, associando-o à independência, enquanto a maioria delas relacionou a experiência de trabalhar à humilhação e exploração. No entanto, essa associação positiva não diz respeito às suas experiências de trabalho, mas sim à forma como ela percebe o trabalho de outras mulheres. Lúcia fala com admiração que muitas mulheres trabalham, são independentes, compram seus

próprios carros sem ter que falar nada para ninguém.

De acordo com Lavinias e Cobo (2010), a percepção de que trabalhar é bom e dá autonomia, ou seja, a percepção do trabalho feminino como valor positivo é identificado de forma mais expressiva em mulheres com maior nível educacional, detentoras de capacidade para se mobilizarem em função de um bom emprego e com possibilidades de constituir poupança a partir de seus recursos.

Para Lúcia, a independência é um valor importante, aparentemente mais importante que para as demais beneficiárias que entrevistamos. Porém, ela explica que passou a valorizar a independência depois de constituir seu relacionamento com o companheiro. Desta forma, a independência como valor parece ser resultado das recorrentes humilhações que vivencia.

A maioria das mulheres não depende. Tem mulher que não depende pra nada. Tem o dinheiro, compra o gás. Se o homem for falar alguma coisa, o cara não tem nem como falar, porque a mulher é independente. Tem que ser independente. É mais fácil, entendeu! Eu aprendi isso foi depois que eu fui morar amigada. Você tem que ser dependente de você mesmo. Tem que ser dependente da gente mesmo. Dependendo hoje em dia é muito duro! Minha avó falava; - 'você nunca depende de homem.' Na época eu não entendi porque eu tinha dez anos, mas depois que eu fui entender. Não é só de homem, é de parente, de irmão, não é fácil! Às vezes, eu sinto humilhada. (Lúcia, 37 anos, 4ª. série, vive com companheiro, faxineira, dois filhos.)

Esta beneficiária já passou pela experiência de não ter onde morar, disse que quando o filho mais velho era bebê, sua família ficou, durante um ano, abrigada em barraco de lona.

Eu morei debaixo do plástico um ano. O menino tava com três mês, não tinha água, luz, fiquei um ano, aqui no Kwite mesmo, furando buraco pra pegar água de cisterna. Foi aqui mesmo no Kwite, do outro lado ali. É uma luta. Não é fácil não. Quando fez um cômodo pra mim eu tava no céu. (Lúcia, 37 anos, 4ª. série, vive com companheiro, faxineira, dois filhos.)

Além das fragilidades materiais, por não ter conhecido sua mãe, por ter perdido a avó paterna que a criou e a por não manter um relacionamento próximo com seu pai, Lúcia também demonstra uma fragilidade ligada à sensação de desamparo e desamor, mencionando várias vezes que sente falta de ter uma família que a apoie. Paugam (2003) afirma que a colocação do indivíduo em outra família que não a sua deixa sequelas na constituição da sua identidade.

Chamou-nos muito a atenção a relação entre o histórico familiar e a condição das beneficiárias diante do companheiro e da comunidade. As mulheres que descreveram situações de abusos como agressões físicas e verbais do companheiro, ou que se apresentaram deprimidas, sem confiança em si mesma, foram também as que declararam não possuir

vínculos, ou terem relações também ruins - marcadas por humilhação - com suas famílias de origem - pais e irmãos. Ao contrário, as que descreveram relações mais equânimes entre elas e seus maridos, e se mostraram mais confiantes e satisfeitas com a vida foram as que possuem relacionamentos mais próximos e não relataram problemas com suas famílias de origem.

Mara, 32 anos é outra beneficiária que apresenta fragilidades ligadas a não ter o apoio de sua família de origem. Ela não conheceu seus pais biológicos e perdeu os que a criou durante a adolescência - a mãe aos 12 e o pai aos 16 anos. Aos 16 anos até quando passou a viver com o companheiro, não teve uma moradia certa, cada dia estava em um lugar e dependia de favores e da boa vontade dos outros para viver.

Ao se descrever, no início da entrevista, ela diz “Cresci e vi o tanto que eu fiquei angustiada porque eu não tenho pai, não tenho mãe...” Percebe-se como uma pessoa limitada, acredita ser incapaz de compreender direito as coisas e ao longo da entrevista afirmou mais de uma vez que o companheiro é quem a “orienta” em todas as atividades e que foi ele quem a ensinou tudo o que sabe hoje.

Ao ser perguntada sobre situações em que se sente admirada, Mara se emocionou e não conseguiu responder. Quando perguntada sobre situações em que se sentia reconhecida, ela apenas disse que em muito poucas. Quando questionada sobre situações em que se sentia respeitada ela não conseguiu mais controlar o choro, e respondeu: “não é questão disso, é questão de me sentir humilhada, mesmo”.

Ela narrou situações de desrespeito e exploração nas atitudes do seu companheiro para com ela. Disse que por muito tempo foi vítima de agressões físicas, que ele lhe batia constantemente e que por duas vezes chegou a denunciá-lo pelas agressões. Além disso, também já passou pela experiência de perder a guarda dos seus filhos devido às condições precárias em que viviam. Segundo ela, nesta época, o marido gastava todo o dinheiro de seu trabalho com bebidas e não se preocupava com as condições de sua família. Hoje suas condições melhoraram, o companheiro passou a beber menos, não a agride mais fisicamente e eles moram melhor por terem conseguido uma casa através do programa Minha Casa Minha Vida. Contudo, a beneficiária continua sendo explorada pelo companheiro que embora possua um trabalho formal como servente de pedreiro, e renda superior ao valor do salário mínimo em 2012, destina uma parcela muito pequena de seus rendimentos à sua família deixando a cargo de Mara a responsabilidade pela maior parte das despesas com a casa e com os filhos.

Ela explicou que recebe R\$161,00 de benefício do Programa Bolsa Família, com este dinheiro, paga a prestação da casa, a conta de água, a conta de luz e com o restante compra

alimentos e outros artigos dos quais os filhos necessitem. Sua família recebe cesta básica³², distribuída pelo CRAS, permitindo que seu companheiro, se encarregue apenas de prover frutas verduras e carnes à família, destinando cerca de R\$ 200,00 dos seus rendimentos para esse fim.

A distribuição das despesas na casa da Mara é reflexo da situação de subjugação e exploração sofrida por ela da parte de seu companheiro e consiste, principalmente, em um recurso utilizado por ele para controlá-la. Constitui também uma situação excepcional em família nucleares onde todas as crianças são filhas do companheiro atual. Nas demais famílias com esta constituição, o dinheiro da mulher é destinado às crianças e utilizado para comprar alguns produtos que não têm em casa e que sem o dinheiro do programa, teriam que pedir ao companheiro que os comprassem, ou teriam que pedir dinheiro para fazê-lo ou não teriam acesso aos mesmos.

A maior parte das beneficiárias afirma ser seu o dinheiro do programa, algumas falaram que pertence a elas e aos filhos, mas todas entendem que mesmo o dinheiro sendo delas é para ser usado com os filhos. Isso não consiste em um problema, uma vez que elas compartilham o entendimento de que sendo seus automaticamente o dinheiro é também dos filhos, embasado na máxima de que “mãe sempre pensa mais é nos filhos”.

Não, eu penso mais é neles. Não compro para mim. Eu penso assim; - ‘Nossa! Eu compro só para eles!’ Mas, é porque a gente que tem menino, a gente não pensa na gente, pensa mais é neles. (Mara, 31 anos, 4ª. série, vive com companheiro, babá, três filhos)

Para mim também eu compro, mas a gente que é mãe pensa mais é nos filhos da gente, é mais para eles mesmo! (Alba, 31 anos, 8ª. série, casada, dona de casa, quatro filhos.)

As narrativas das beneficiárias, especialmente o caso de Mara, evidenciam dois aspectos apontados pela literatura como justificativas para destinar as transferências de renda às mulheres. Primeiro o aspecto relacionado à maior retenção dos rendimentos por parte dos homens e o segundo aspecto, relacionado aos interesses das mulheres estarem mais voltados ao bem estar das crianças.

Quando questionadas sobre a utilização do benefício para comprar produtos destinados

³² A concessão de cestas básicas faz parte dos benefícios eventuais previstos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Como o nome já diz, é para ser concedido quando a família está passando por uma situação excepcional e precisa desta ajuda. Mas, na prática, em Sete Lagoas, as cestas são distribuídas sistematicamente a muitas famílias. De acordo com a coordenadora do CRAS II, só na região referenciada por este equipamento, são cerca de 230 famílias recebendo a cesta todos os meses. Segundo ela, esta distribuição sempre foi uma prática no município, os beneficiários estão acostumados com isso, e promover a ruptura com esse tipo de prática é um dos desafios da assistência social no município.

a seu uso pessoal, elas afirmam que às vezes compram produtos de higiene, roupa íntima, chinelo e remédio, mas destacam que isso é feito eventualmente quando não há outras necessidades, relacionadas às crianças que sejam mais prementes. Apenas uma beneficiária afirmou que utiliza o dinheiro para comprar móveis e eletrodomésticos para sua casa.

Com exceção de Mara, cujo companheiro, exerce um controle, embora indireto, sobre o recurso, nos demais casos são as beneficiárias quem decidem o que fazer com o dinheiro do programa. Contudo, em famílias compostas por adolescentes, esta decisão, em alguns casos, precisa ser negociada, havendo certa ingerência dos filhos sobre os gastos do dinheiro do programa.

Na casa da beneficiária Vanda, 43 anos, os adolescentes parecem exercer maior controle sobre o dinheiro do programa. Todos os meses parte do benefício é destinado à aquisição de artigos que os adolescentes demandam. A prioridade é dada ao que eles dizem que precisam e a beneficiária possui autonomia apenas sobre o dinheiro que sobra depois de tê-los atendido. Esta situação é, em larga medida, reflexo das condições da beneficiária, ou seja, dos poucos recursos de que dispõe para se impor. Vanda possui apenas a 1ª série, trabalhou por muito tempo no lixão da cidade, e é constantemente vítima de agressões de seu companheiro que muitas vezes chega em casa alcoolizado, a agride, assim como aos filhos e destrói móveis e equipamentos domésticos. Segundo Vanda, este não contribui com as despesas da casa e por muito tempo ela precisava esconder seu dinheiro, inclusive o benefício do PBF, para que ele não o utilizasse comprando bebida alcoólica.

O uso masculino de bebida alcoólica como fator que influencia ou influenciou negativamente a vida das beneficiárias foi mencionado espontaneamente por quatro entrevistadas. Estas ocorrências apareceram sempre como algo que marcou negativamente o passado e que na época já não constituía mais em um problema, fosse porque separaram do companheiro alcoólico, ou porque ele passou a beber menos ou parou de beber, ou porque os vivenciaram ainda quando moravam com seus pais.

Apenas Cátia de 36 anos declarou que seu companheiro bebe aos finais de semana, mas que como ele trabalha a semana inteira e cumpre com suas obrigações de provedor, isso não é problema para ela. Esta beneficiária apresenta um perfil diferente das demais entrevistadas, tanto sobre como percebe a si mesma, como sobre sua relação com o companheiro, quanto à importância que atribui ao PBF.

Ao contrário da maior parte das beneficiárias entrevistadas, ela não percebe o PBF como essencial em sua vida e não se sente incapaz de ter uma vida independente. Ela afirma que o benefício do programa a ajuda muito, que possibilita, principalmente, que sua família

possa ter acesso a certos produtos em maior quantidade. Esta diferença, provavelmente, decorre dos fatos dela se perceber capaz de trabalhar, enquanto as outras mulheres se enxergam limitadas ou impossibilitadas para desempenhar a maior parte das atividades remuneradas e por ela ter confiança em relação às prioridades do companheiro, acreditando que o sustento de sua família consiste em prioridade para ele. As relações baseadas em confiança não constituem regra, na classe social a que pertencem as beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo estas relações ao contrário, especialmente marcadas pela fragilidade dos vínculos.

Cátia trabalhou como empregada doméstica desde os nove anos e que parou quando se casou devido aos ciúmes do companheiro. Embora ele não permita que ela saia de casa para trabalhar, ela diz estar sempre desenvolvendo alguma atividade remunerada em seu domicílio ou em suas proximidades. Explica que sabe fazer doces e bombons e que, quando foi necessário, trabalhou lavando e passando roupas. Afirma ainda, que tem planos de abrir um carrinho para vender cachorro quente em frente à sua casa.

Júlia de 36 anos é a única entrevistada que desempenha atualmente uma atividade remunerada diária e também é a única que afirma sempre ter trabalhado, não tendo deixado de fazê-lo quando teve filhos ou quando se casou. É também a beneficiária para quem depender de auxílios da assistência social causa certo incômodo. Justamente por ter trabalhado a vida inteira, ela sente que ‘merecia’ ter conseguido uma vida melhor para ela e para os filhos.

É possível identificar uma tensão em sua relação com o trabalho remunerado, ao mesmo tempo em que fala com certo orgulho sobre sempre ter trabalhado, e ressalta que isso a diferencia da maioria das mulheres com quem convive, ela também manifesta certa frustração por ter que trabalhar. Percebe-se como uma pessoa que tem uma vida muito difícil, que precisa lutar muito, que não tem descanso e não tem com quem contar.

O povo fala assim; - ‘Mas você teve uma vida muito difícil!’ Tive mesmo. Eu de sessenta e oito quilos na minha gravidez eu fui para cento e um. [...] Eu ainda luto muito. Igual se precisa de uma comida que não tenha, vou buscar através do CRAS. Se eu preciso de comprar uma coisa diferente eu faço palheiro, pego uma lavação de roupa, passação, to sempre trabalhando! Tenho um problema sério nas pernas que é trombose. E vivo assim, dependo é de mim mesma. Da minha luta para poder vencer! (Júlia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, trabalha em casa na produção de cigarro de palha, quatro filhos)

Júlia afirma não ter o apoio de sua mãe e irmãos. Durante a maior parte da sua vida ela morou próximo a eles e diz que sempre foi humilhada e explorada por sua família e que sua mãe reservava a ela um tratamento pior em relação aos irmãos, tratando a e aos seus filhos com descaso. Ela resume bem sua história no trecho abaixo.

Minha mãe é desses pessoal muito antigo, então logo eu engravidei, com dezesseis anos, eles me puseram para fora, fui morar em Belo Horizonte, numa república [...] Aí, lá eu não consegui nada na minha vida. Aí eu tava grávida de gêmeos, que é meus dois rapaz que tem dezoito anos. Voltei pra tentar a vida aqui. Aí eu comecei a trabalhar de doméstica [...] Aí quando eles nasceram eu casei com o pai deles e tive o outro filho, que hoje tem 12 anos. Aí ele logo conheceu pessoas novas e separou. E eu fiquei sozinha. [...] Aí conheci esse outro, que eu tenho uma menininha hoje de sete anos que é dele. (Júlia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, trabalha em casa na produção de cigarro de palha, quatro filhos)

Jane de 27 anos também não mantém boa relação com sua família de origem, associa a casa de sua mãe à humilhação e diz preferir qualquer coisa a ter que voltar para lá. Segundo ela, quando ainda estava grávida, soube que seu companheiro, o pai de seus filhos, a estava traindo, mas só se separou dele algum tempo depois quando passou a receber o dinheiro do PBF.

Rocha, (2005) identificou, entre as beneficiárias do PTCR Oportunidades, no México, que as transferências permitiram que elas deixassem seus maridos, saindo de relacionamentos nos quais não queriam mais estar. Diante disso, romper com relacionamentos ruins era um dos efeitos das transferências de renda que buscávamos identificar na vida das beneficiárias do PBF. No entanto, este tipo de mudança relacionado ao PBF apareceu apenas na narrativa desta beneficiária, não sendo identificado como uma tendência geral.

O fato de Jane encarar a casa de seus pais como o último lugar para onde gostaria de voltar e o fato de estar morando com um homem portador de necessidades especiais, nos remeteu a uma conversa com a psicóloga do CRAS em que ela nos explicou que as mulheres, público da assistência, saem muito cedo de casa para se livrarem de pais e irmãos opressores. Porém, muitas vezes, deixam de ser submissas aos pais e irmãos e passam a ser submetidas pelos companheiros tornando-se vítimas de todo tipo de agressão. Segundo ela, não raro, a fuga continua, fazendo com que as mulheres troquem muito de companheiro em busca de um relacionamento mais equânime e seguro.

Sandra, 46 anos foi casada duas vezes e tem filhos de ambos relacionamentos. Em vários momentos da entrevista ela se mostrou constrangida, não ficou a vontade para falar do uso que faz do dinheiro do programa, parecia preocupada com o que eu podia pensar ou, com medo de dizer algo que viesse a prejudicá-la de alguma forma. Foi uma das entrevistadas que chorou durante a entrevista.

Ao serem questionadas a respeito de o que mais gostam de fazer, todas as, entrevistadas, invariavelmente, responderam, em um primeiro momento, alguma atividade doméstica. Em uma segunda tentativa, obtivemos como resposta, “ver televisão”, “ouvir música”, “ir à casa da mãe”, “ir à igreja”, “ficar com os filhos”, “ficar em casa” e “dormir”.

Apenas Sandra afirmou gostar de dançar forró e que faz isso com certa frequência.

Esse ponto da entrevista foi tenso, desencadeou emoções que fizeram com que algumas delas, inclusive Sandra, chorassem ao se confrontarem com a questão. Depois de apontarem afazeres domésticos como preferências, os esclarecimentos, muitas vezes, as levaram a falar de seus sonhos, dos seus desejos, daquilo que, de modo geral, estão impossibilitadas ou têm poucas chances de alcançar. Sonhos como ter a própria casa, ficar livre de uma doença e ter uma vida diferente da que possuem.

O que Alba de 31 anos mais gostaria de fazer é sair de casa para espalhar, claramente essa resposta é reflexo das dificuldades relacionadas aos cuidados com os gêmeos de um ano e meio que demandam muito de seu tempo e energia. Ela é a beneficiária que possui a melhor condição, de menor precariedade e vulnerabilidade, em relação às outras entrevistadas. Possui o apoio de sua família – pai, mãe e irmãos – que moram em frente à sua casa e também conta com o apoio da família do marido.

Alba tem 8ª série completa, sendo a beneficiária com maior escolaridade, dentre as que entrevistamos. Apesar disso, não desempenha nenhuma atividade remunerada há mais de 10 anos e sua única experiência de trabalho foi como empregada doméstica antes de se casar. A maior parte das nossas entrevistadas teve sua primeira experiência de trabalho remunerado na faixa de idade dos 14 aos 16 anos. Algumas afirmam ter começado a trabalhar ainda mais novas e todas essas experiências foram no trabalho doméstico remunerado.

Assim como começaram também pararam cedo de trabalhar, pelo menos em atividades remuneradas realizadas fora do espaço do domicílio. A maior parte delas associa a essa ocorrência ao fato de terem se casado e ou de terem se tornado mães. Ao que tudo indica, esse procedimento se deve menos às dificuldades práticas relativas a conciliar trabalho de cuidado com trabalho remunerado e mais a forma como elas e o grupo social ao qual pertencem percebem o trabalho feminino remunerado e o valor que atribuem ao bom desempenho de suas funções como cuidadoras.

Os aspectos referentes à relação das beneficiárias do PBF com as atividades de cuidado e a responsabilidade pelas crianças, assim como os referentes a suas relações como as atividades remuneradas serão exploradas no próximo capítulo. O que se percebe, é que a forma como se processam essas relações sofre influência de suas limitações físicas, da percepção que têm de si, assim como dos valores compartilhados pela classe social ao qual pertencem.

5 GÊNERO E TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA VIDA DAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SETE LAGOAS

Neste capítulo abordaremos os efeitos das transferências de renda na vida das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que entrevistamos. Procuraremos desenvolver como as condições de pobreza se ligam às iniquidades de gênero limitando a vida dessas mulheres ao desempenho das atividades de cuidado, ligadas à esfera da reprodução social. Mostraremos também como os benefícios monetários e as condicionalidades do PBF, associados às especificidades de suas realidades, atuam ora dificultando, ora aliviando as beneficiárias em suas funções reprodutivas.

O capítulo se divide em três seções, em que serão discutidas a questão do cuidado, as atividades de trabalho e as relações familiares das beneficiárias e como estes se conectam ao Programa Bolsa Família.

5.1 Trabalho de cuidado

Nesta seção discutiremos como as transferências de renda afetam a vida das beneficiárias com relação às atividades reprodutivas, isto é, aquelas voltadas para os cuidados das crianças e da família. Nosso objetivo é examinar a realidade cotidiana das mulheres que são público dos programas, e assim, examinar como as PTCR, por meio de suas transferências e das condicionalidades, modificam a vida das beneficiárias em relação a tais atividades e em que medida lhes exigem mais trabalho e responsabilidade.

A Organização das Nações Unidas (2007), define trabalho de cuidado como todas as atividades e esforços desenvolvidos dentro da família, voltados à manutenção e organização do lugar onde se vive e aos cuidados de higiene, alimentação, educação, socialização e saúde dos seus membros – adultos saudáveis, enfermos, idosos, e principalmente crianças. O trabalho de cuidado é, de modo geral, não remunerado, realizado no interior do domicílio e essencial à reprodução social, sendo “o cuidado uma atividade básica de sobrevivência que os seres humanos necessitam desde seu nascimento, para sua alimentação, saúde e desenvolvimento social”. (CEPAL, 2007a, *apud* Naciones Unidas 2007, p. 60, tradução nossa).³³

De acordo com Carloto e Mariano (2010), o trabalho de cuidado tem sido de modo geral associado a trabalho feminino, uma vez que a cristalizada organização social de gênero,

³³ “[...] el cuidado es una actividad básica de supervivencia que los seres humanos necesitan desde su nacimiento para su alimentación, salud y desarrollo personal” (Cepal 2007 p. 60)

prevalecente na sociedade ocidental, atribui às mulheres a responsabilidade por sua realização. Esta organização social do trabalho coloca a mulher como responsável pelas atividades de cuidado não remuneradas e realizadas na esfera doméstica, enquanto ao homem cabe o trabalho público remunerado e a provisão material do lar. (CARLOTO E MARIANO, 2010)

Ainda de acordo com estas autoras, o Programa Bolsa Família ao incluir a mulher, o faz através do seu papel de mãe e cuidadora do grupo familiar. Desta forma, o programa atua preservando o cuidado como atividade feminina e aumentando as responsabilidades das mulheres em relação à família devido ao compromisso de cumprir as condicionalidades. Como abordado no capítulo três deste trabalho, esta tem sido uma crítica recorrente, não só ao PBF, como a todos os programas de transferência de renda.

O gênero é um dos elementos constitutivos de toda a organização social, assim como raça e classe. De acordo com Barbieri (1993), é sobre as figuras de mãe, esposa e ama de casa, para as mulheres, e as de pai, esposo e provedor da família, para os homens que se estrutura todo o sistema de gênero de nossa sociedade. Ou seja, sobre essa construção, sobre essa noção binária entre os sexos, que símbolos e normas culturais se operam e engendram identidades subjetivas. (SCOTT, 1995)

É verdade também que esta organização social vem sendo contestada e que mudanças foram e continuam sendo observadas. Neste sentido, grande parte das mulheres tem alcançado os espaços públicos, se constituindo como força de trabalho, atuando como provedoras de suas casas e, em larga medida, ampliando suas identificações para além dos papéis de mãe e esposa.

Contudo, embora, as funções sociais, políticas e econômicas do sistema de gênero sejam constantemente redefinidas ao curso da história, suas estruturas tradicionais estão entre as instituições mais cristalizadas na realidade social de modo geral, e alguns grupos se encontram por diferentes motivos mais refratários do que outros a estas mudanças. (BARBIERI, 1993; LAMAS, 1999)

Ao examinar como vivem as beneficiárias do Programa Bolsa Família, identificamos que suas vidas estão, em larga medida, engessadas e limitadas pelas normas, diferenciações, e dominação de gênero. Elas estão de certa forma, impenetráveis às redefinições ocorridas nos papéis de gênero, e excluídas das conquistas alcançadas por alguns grupos de mulheres. As beneficiárias, em larga medida, têm suas ações limitadas ao espaço doméstico, seus desejos, expectativas e identidades direcionadas aos filhos e vinculadas ao bom desempenho de suas funções maternas.

De acordo com Suárez e Libardoni (2007, p.146), “não existe na cultura portada por

essas famílias a ideia de que mulheres devem ter liberdade de tomar decisões e, ainda menos, de alterar as posições na hierarquia de gênero”. Essa ausência de questionamento sobre o ordenamento de gênero estabelecido e vivenciado atua de forma a mantê-las, em larga medida, refratárias às redefinições do sistema de gênero. Nas famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família, às quais pertencem as mulheres que entrevistamos a rígida divisão sexual do trabalho e do espaço, e a responsabilidade da mulher pelo bem-estar da família se preservam determinantes.

Suárez e Libardoni (2007) explicam que na classe social à qual as beneficiárias do PBF pertencem, a feminilidade está fundamentada no desempenho do papel de cuidar das crianças sejam essas seus filhos ou filhos de outras mulheres. Há um etos de responsabilidade voltada às crianças e aos filhos. Esse desempenho do papel de cuidar das crianças define-se como maternagem, diferenciando essa atividade da maternidade que está associada à procriação e a ser mãe. (CARLOTO E MARIANO, 2007; SUÁREZ e LIBARDONI, 2007)

Como mencionamos no início desta dissertação, a organização e as relações sociais têm sido explicadas a partir do enfoque de gênero em três linhas principais de abordagem. As que atribuem ênfase às diferenciações associadas ao gênero, as que se concentram nas relações de poder entre mulheres e homens e as das relações sociais entre os sexos. Esta última perspectiva explica as desigualdades de gênero a partir da concepção de que as desvantagens vivenciadas pelas mulheres se originam da divisão sexual do trabalho, enquanto as outras colocam em destaque aspectos culturais. (BARBIERI, 1993)

Os estudos da linha das relações sociais têm colocado grande ênfase no aspecto da divisão sexual do trabalho para explicar as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho, sua subordinação e a condição de pobreza específica das mulheres. Nesta abordagem, por terem que dedicar seu tempo às atividades reprodutivas, as mulheres ficam impossibilitadas de participar plenamente das atividades produtivas por meio do que é possível alcançar autonomia. Portanto, nessa perspectiva, é através da inclusão produtiva das mulheres e de suas possibilidades de participarem no mercado de trabalho em iguais condições aos homens que é possível superar as desigualdades e alcançar a autonomia feminina.

Nesse sentido, apontam para a necessidade de políticas públicas que desonerem as mulheres de uma parcela da carga de trabalho reprodutivo a fim de que tenham suas possibilidades de inserção produtiva ampliadas. A ampliação de vagas em creches e escolas de tempo integral, assim como o acesso a eletrodomésticos são compreendidas como ações favoráveis às mulheres por diminuírem o seu tempo de dedicação às atividades de cuidado.

É preciso considerar, no entanto, que o cuidado possui aspectos que vão além do uso do tempo. Estes aspectos estão atrelados, principalmente, às significações que o grupo familiar, a classe, a comunidade e as mulheres atribuem aos papéis de mãe, avó, e ao prestígio que outorgam ao bom desempenho da maternagem, caracterizada pela realização de cuidados por parte das mulheres voltados à proteção das crianças. (SUARÉZ E LIBARDONI, 2007)

Segundo estas autoras, entre as beneficiárias do PBF há um etos prevalecente ligado ao sentimento de responsabilidade pelas crianças e ao bom desempenho da maternagem, por meio do qual as mulheres alcançam prestígio em seu grupo social. Entendemos, que esse prestígio, no entanto, não é absoluto, mas existe apenas em oposição ao desprestígio atribuído às mulheres que não exercem as funções estabelecidas como femininas, com a dedicação e comprometimento esperados pelo grupo. Em função da rigidez dos papéis de gênero nesta classe social, que fixa as responsabilidades pela reprodução nas mulheres, o mau desempenho de tais funções acarretam culpa e grande desprestígio. De qualquer forma, esse etos parece incidir fortemente sobre a condição destas mulheres, fixando-as ao mundo doméstico e às funções maternas e de cuidado.

Durante as entrevistas em Sete Lagoas pudemos perceber como as beneficiárias encaram a responsabilidade pelos filhos. Para elas a proteção e bem-estar dos filhos depende completamente se sua atuação, e encaram como ‘ajuda’ qualquer contribuição vinda dos homens dirigidas às crianças. Os trechos a seguir deixam claro como elas percebem a responsabilidade das atividades para com os filhos, como a participação dos homens aparece somente em casos excepcionais e como elas não questionam e não reivindicam maior participação deles.

Ajuda a hora que a gente tá doente, alguma coisa assim, né! [...] O dia que precisa levar, leva (ao médico). Mas, é eu que levo. Eu que gosto de levar. (Cátia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, dona de casa, quatro filhas.)

Assim, ele ajuda na verdade, assim, uma coisa se tiver muito apertado, se eu tiver de cama, tiver doente ou se eu for precisar levar menino no médico, ele põe os meninos para tomar banho, faz a janta, sobre isso aí ele é até bonzinho. Não tenho nada que reclamar não. (Mara, 31 anos, 4ª. série, vive com companheiro, babá, três filhos.)

A responsabilidade pelas crianças gera uma necessidade de estar perto, monitorar e dar um suporte aos filhos. Implica em elementos concretos e objetivos como – preparar as refeições, lavar e passar as roupas, levar e buscar na escola, etc – e implica também em elementos relativos à presença em casa que possibilita saber se o filho chegou, se chegou na hora certa, com quem ele estava, onde foi etc.

A fala de uma beneficiária que tem cinco filhos, sendo duas crianças e três adolescentes, evidencia alguns desses elementos.

Dois (filhos) até que o estuda de manhã e só volta 17:30h, os dois pequenos, mas tem a de 13 anos que eu não posso deixar sozinha. O de 15 já é responsável, mas mesmo assim ainda é de menor que hoje pela lei eles não pode ficar só. E eu também não confio em deixar ela sozinha para trás na parte da manhã e nem ele sozinho na parte da tarde. (Ana, 40 anos, 5ª. série incompleta, divorciada, dona de casa, cinco filhos.)

Em relação aos adolescentes há o medo de que aconteça alguma coisa com eles na rua, o medo às drogas, à violência, medo de perdê-los. Quando se tornam maiores e começam a trabalhar, há a vontade de oferecê-los um suporte para que possam alcançar uma vida melhor. Na narrativa seguinte a entrevistada nos fala do medo de deixar que a filha de doze anos saia de casa sozinha.

Igual, pra levar ela pra fazer curso eu levo né, às vezes é eu outras vezes é ele, porque eu tenho medo, porque aqui é muita coisa que acontece. Outra hora eu levo, outra hora é ele que leva, porque para ela ir sozinha, é lá no Morro Vermelho, lá no Promove, ela tá fazendo curso de computação, aí não pode, aqui é um lugar muito perigoso né, não pode ficar andando sozinho não que é perigoso. Tem o dia certo que ela vai. Pra escola eles vão juntos, de a pé que é pertinho. (Lúcia, 37 anos, 4ª. série, vive com companheiro, faxineira, dois filhos.)

Essa responsabilidade com os filhos se desenvolve sedimentada na construção cultural e social dos gêneros por instituições como a casa, o mercado, o Estado e a comunidade, da qual a divisão sexual do trabalho e a organização de gênero do trabalho doméstico são consequência e não causa. Neste sentido, são as estruturas, processos e relações sociais que levam as mulheres a esta posição de desvantagem e para incidir sobre essa realidade as políticas devem levar em conta as relações entre os gêneros e promover intervenções que levem mais poder às mulheres. (BARBIERI, 1993; RAZAVI e MILLER, 1995)

De qualquer forma, o núcleo das desigualdades de gênero reside na esfera do cuidado. Sendo sua distribuição entre mulheres e homens o que, em larga medida, as sustenta, porém, menos em função dos aspectos práticos do cuidado, relacionados ao uso do tempo e mais em função de seus aspectos simbólicos. Pelo menos, em se tratando de mulheres com o perfil das beneficiárias do Programa Bolsa Família foi isso o que percebemos. Neste sentido, a divisão da responsabilidade pelo cuidado e proteção aos membros da família impõem limitações mais expressivas à autonomia dessas mulheres do que o esforço e o tempo que tais

atividades demandam.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família, em seus aspectos diretamente relacionados ao cuidado com as crianças, coincidem, em larga medida, com as atividades já desempenhadas pelas mulheres. Cuidar da alimentação dos filhos, mandá-los para a escola e levá-los ao médico são atividades que as beneficiárias não só já desempenhavam antes, como sempre entenderam como parte intransferível de suas responsabilidades.

A exigência de manter a frequência dos filhos em no mínimo 85% faz com que elas se empenhem mais em não deixá-los faltar à escola e em justificar as faltas quando essas acontecem. Aparentemente as mães passaram a ter uma preocupação maior em impedir que os filhos faltem à escola empenhando-se mais para que sejam frequentes. Possivelmente, antes do PBF, ir à escola era uma atividade mais ou menos flexível que poderia deixar de acontecer, em alguns dias, de acordo com a necessidade ou conveniência de mães e filhos, não havendo um grande empenho para garantir a frequência dos filhos como passou a existir depois do PBF.

Além disso, há também uma dedicação e preocupação maior em justificar as faltas dos filhos junto à escola, seja por meio de explicações verbais, seja por meio de atestados que comprovem a motivação da ausência. Esta beneficiária descreve seu procedimento em relação à frequência escolar de seus filhos e deixa clara sua preocupação em não perder o dinheiro do programa.

Quando os meninos adoecem, levo no médico, pego atestado levo pra escola... Ou, então, se perdeu o ônibus, não tem como ir, eu dou um jeito de ligar lá para escola e falo: - oh, eles perderam o ônibus eu não tenho dinheiro para lotação. Ou, - se eu colocar eles na lotação e mandar pra aí tem como eles entrar? Elas libera pra eles entrar, né! Porque dependendo a distância é onde que libera. Mas eu tenho medo, que se eu perder, eu perdi tudo. Aí eu faço de tudo para não perder. (Ana, 40 anos, 5ª. série incompleta, divorciada, dona de casa, cinco filhos.)

Com certeza, as condicionalidades geram uma atenção maior com o que podemos chamar de aspectos burocráticos do cuidado que compreendem tarefas como justificar as ausências junto à escola e guardar os cartões de vacina. Além disso, as exigências do programa em relação às atividades junto à assistência social que consistem em manter o cadastro junto ao CadÚnico atualizado e em frequentar algumas reuniões realizadas pelo CRAS, também implicam em mais trabalho. Estas parecem ser o que há de mais desgastante e complicado para as beneficiárias. Uma delas relata suas dificuldades para concluir o processo de cadastramento, uma das condições para fazer parte do programa.

Demorou muito, (...) foi um trabalho danado, porque é muito papel! Eu comecei a mexer, mas demorou muito. Tava dando errado, falei: - 'vou largar esse trem pro lado'. (Lúcia, 37 anos, 4ª. série, vive com companheiro, dona de casa, dois filhos.)

As condicionalidades são exigências feitas pelos programas como uma espécie de contraprestação pelo dinheiro recebido e têm como objetivo fazer com que as beneficiárias se comprometam com alguns cuidados específicos. Como já dissemos no capítulo 3, as condicionalidades do PBF em relação às crianças consistem em manter o cartão de vacina delas em dia, matriculá-las e não deixar que faltem à escola. Em troca, o governo coloca nas mãos das mulheres – mãe ou cuidadora – um recurso cuja ação direta é possibilitar uma alimentação melhor às crianças, diminuindo a desnutrição e combatendo a fome.

Por meio do efetivo desempenho de suas condicionalidades é que o programa pretende erradicar a mortalidade infantil, diminuir a incidência de doenças evitáveis, diminuir a evasão escolar, aumentar os anos de estudo da população, diminuir as distorções idade-série e por este caminho combater a pobreza intergeracional.

Como a ação direta do governo é de combate à fome e à miséria, na prática, os demais objetivos do PBF são alcançados por meio das contraprestações que as mulheres precisam realizar para continuar recebendo o benefício que possibilita que elas alimentem melhor seus filhos e desempenhem como maior eficiência suas funções de cuidado. Desta forma, o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza romper-se-ia através das ações adjacentes ao programa, de responsabilidade da família, ou seja, e desempenhadas pelas mulheres.

Com isso, as mulheres, ao serem incluídas nos Programas de Transferência Condicionada de Renda se tornam corresponsáveis pelos objetivos do governo, aumentando a carga de responsabilidade sobre elas. Se, antes, tinham que estar perto dos filhos para protegê-los das drogas e da violência, agora têm que estar também para garantir o efetivo cumprimento das condicionalidades do programa. Como afirmamos, estas mulheres se ligam ao cuidado e ao domicílio de maneira preponderante, antes e independentemente dos PTCR. Mas estes, através de suas condicionalidades, trazem para elas novas responsabilidades, que reforçam a necessidade de sua presença em casa e, em nossa opinião, limitam, ainda mais, as possibilidades de desenvolverem as suas vidas para além da maternagem.

5.2 Atividade remunerada feminina em contexto de pobreza e extrema pobreza

Nesta seção analisamos como as beneficiárias do PBF compreendem e se organizam

para as atividades remuneradas. Procuraremos examinar como elas percebem e se relacionam com o trabalho remunerado a partir de suas vivências, dos seus valores e dos signos que compartilham.

A forma como essas mulheres se relacionam com as atividades remuneradas sofre forte implicação do que foi discutido na seção anterior sobre a rigidez dos sistemas de gênero em suas vidas, sobre a sua identificação com a maternagem e com o etos de responsabilidade pelas crianças. Contudo, sobre as atividades remuneradas incidem, ainda, outros aspectos também fortemente referenciados pelo sistema de gênero, que influem no lugar que a atividade remunerada ocupa em suas vidas e dificultam que elas se constituam como força de trabalho.

A responsabilidade pelos filhos, a percepção que têm de si mesmas - do ser mulher e de suas habilidades - conjugadas às condições – jornada, remuneração e tipo de atividade - ofertadas pelo mercado de trabalho a mulheres sem qualificação profissional, em um contexto de grande dificuldade de se afastar de seus domicílios, fazem com que as beneficiárias tenham suas possibilidades de inserção produtiva muito limitadas.

Kabeer e outras (2012) analisando as interseções entre gênero e extrema pobreza, explicam que as normas culturais atuam restringindo a mobilidade física das mulheres pobres e limitando suas possibilidades de autonomia. Os autores explicam também, que existem diferenças entre os extremamente pobres e os moderadamente pobres e que as formas extremas de pobreza, geralmente, estão ligadas a outras formas de iniquidades.

Suárez e Libardoni (2007), ao pesquisar os impactos do programa Bolsa Família sobre a condição das mulheres, constataram que dentre as 145 beneficiárias entrevistadas, um terço não desempenhava nenhum tipo de atividade remunerada, outro terço prestava serviços eventuais, apenas onze possuíam carteira assinada e as demais trabalhavam por conta própria.

Em nossa pesquisa verificamos um panorama semelhante. Dentre as dez beneficiárias entrevistadas metade não desempenha nenhuma atividade remunerada, duas desempenham atividade diariamente, outras duas quinzenalmente e a última eventualmente.

Quadro 7 - Atividade Remunerada das beneficiárias

Beneficiária Entrevistada*	Realiza Atividade remunerada	Atividade remunerada realizada fora do espaço do domicílio	A que distancia do domicílio	Frequência	Tipo de atividade
Alba	Não	-	-	-	-
Ana	Sim	Não	Na vizinhança	Eventualmente	Jardinagem
Cátia	Não	-	-	-	-
Elza	Não	-	-	-	-
Jane	Não	-	-	-	-
Júlia	Sim	Não	No domicílio	Diariamente	Produção de cigarro de palha
Lúcia	Sim	Sim	No bairro vizinho	Quinzenalmente	Faxina
Mara	Sim	Não	No domicílio	Diariamente	Babá
Sandra	Não	-	-	-	-
Vanda	Sim	Sim	No mesmo bairro	Quinzenalmente	Faxina

Fontes: Dados das entrevistas e fichas socioeconômicas.

*Nomes fictícios.

Todas as atividades são desempenhadas no âmbito do domicílio ou em seu entorno. A questão espacial exerce grande interferência na possibilidade dessas mulheres desempenharem alguma atividade remunerada. O uso do espaço, muito mais que o uso do tempo, parece atuar limitando as possibilidades de autonomia das mulheres em condição de pobreza, ou, pelo menos, deste grupo de mulheres que se encontra nestas condições específicas de pobreza.

Todas as mulheres vinculadas ao Programa Bolsa Família ocupam-se em labores domésticos, poucas trabalham e quase nenhuma faz as duas coisas em interação constante com os outros, mas o fazem isoladas nas suas casas, na suas vizinhanças e nos seus bairros. (SUÁREZ e LIBARDONI, 2007, p. 153)

Entre as beneficiárias que entrevistamos, duas mulheres possuem uma rotina diária de atividade remunerada e as desempenham no âmbito do domicílio. Uma delas recebe em casa, no início da semana, a matéria prima para a produção de cigarro de palha – o fumo, a palha e as caixinhas - e no final da semana, a mesma pessoa que levou o material busca os cigarros prontos e embalados, paga por eles e deixa mais material. A outra beneficiária cuida da filha

de sete anos da sua vizinha durante o turno da manhã. Esta atividade consiste em servir o café da manhã para a menina, em monitorá-la durante esse período do dia, em servir o almoço e mandá-la para a escola.

Este vínculo forte com o domicílio se explica primeiramente, por ser neste âmbito que as atividades principais, mais importantes, na perspectiva das beneficiárias, se realizam. É no espaço privado que elas exercem as funções de cuidado e garantem a proteção das crianças. Nesse sentido, sua presença em casa consiste em elemento fundamental ao bom desempenho das atividades de cuidado.

A maioria das beneficiárias trabalhou em algum momento da vida, a maior parte delas em atividades domésticas remuneradas ainda muito jovens e antes de se casarem e ter os filhos. Algumas afirmam que pararam de trabalhar depois que se tornaram mães.

Foi depois que eu tive os meninos que eu parei de trabalhar. Eu comecei era nova, comecei eu tava com 14 anos. Eu comecei olhando menino. Eu olhava menino e ficava no serviço, dormia no serviço. (Lúcia, 37 anos, 4ª. série, vive com companheiro, dona de casa, dois filhos.)

Outras atribuem o fato de terem parado de trabalhar à oposição imposta por seus companheiros. São recorrentes as declarações de que os companheiros não permitem que elas trabalhem fora, para algumas a oposição se deve aos ciúmes para outras se deve ao fato do companheiro achar a presença delas junto aos filhos mais importante.

Quando eu era solteira e não tinha menino, trabalhei numa casa de família. [...] É, depois que eu tive menino ele não quis deixar eu trabalhar não. (Alba, 31 anos, 8ª. série, casada, dona de casa, quatro filhos.)

Outro aspecto envolvido nessa trama se refere aos nichos de atividade e às condições de trabalho acessíveis a esse grupo de pessoas. As atividades remuneradas desempenhadas pelas beneficiárias que entrevistamos se enquadram na categoria de trabalho vulnerável ou precário devido à ausência de formalização e às baixas remunerações. As beneficiárias que trabalham ou já trabalharam em algum momento de suas vidas conheceram o trabalho nestas condições. E, muitas vezes, associam atividade remunerada a humilhação e exploração.

Eu trabalhei numa casa de família. Muita humilhação, mas eu precisava né! (Alba, 31 anos, 8ª. série, casada, dona de casa, quatro filhos.)

Trabalhei só em casa de família mesmo, babá. Fichado eu nunca trabalhei não. [...] Não assim, eu dou faxina, né. Agora eu parei. Tava trabalhando de babá. Fiquei um ano trabalhando de babá e parei. Aí eu parei. A mulher não tava me pagando, aí eu

parei. Peguei o menininho recém nascido e entreguei ele com um ano e dois meses. Ela começou a enrolar para me pagar aí eu parei. De vez em quando eu pego bico, faço tapete, de vez em quando eu dou faxina, esses trem assim. [...] Ficar olhando menino pros outros de graça eu olho os meus. (Jane, 27 anos, 8ª. série, vive com companheiro, diarista, dois filhos.)

Eles (os patrões) querem que a gente chegue muito cedo e saia muito tarde ... não dá, para a gente que tem filho não dá. Além disso, muitos não querem pagar o vale transporte... (Júlia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, trabalha em casa na produção de cigarro de palha, quatro filhos.)

Esta última beneficiária também fala das dificuldades de deslocamento, em função de morar em bairro isolado, e das exigências dos empregadores.

Eu era doméstica, trabalhei na casa das pessoas de doméstica lavando e passando. Ainda trabalho, mas hoje eu faço palheiro. Porque eu morava na Catarina, lá eu tinha muito serviço. Tem uma casa que eu trabalhei lá 10 anos. Então, eu vim para cá, eles(os patrões) falou comigo que não era bom as condições deles ter que ficar pagando lotação para eu ficar indo e voltando, o horário não era bom para eles, aí eles foi me dispensou. (Júlia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, trabalha em casa na produção de cigarro de palha, quatro filhos.)

Os homens se utilizam das condições ruins de trabalho como argumento e justificativa para o fato de se oporem a que as mulheres saiam para trabalhar. Mas a oposição central é ao ato de sair de casa. Uma beneficiária explica que o marido não se opõe que ela trabalhe, desde que para isso não precise sair de casa.

Não, não incomoda não porque como se diz, o que eu posso fazer dentro de casa se eu pegar pra fazer eu faço. [...] pego roupa pra lavar também entendeu?... aí ele não fala nada não. Eu tano dentro de casa. Pra ele é uma benção... eu não saindo de casa [...]É... pra trabalhar fora que ele não aceita. É porque ele acha que os outros vai fazer ... mandar eu trabalhar demais e pagar pouco, explorar. Então você vai trabalhar pra que? Eu te dou isso, isso e isso. (Cátia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, dona de casa, quatro filhas.)

Razavi e Miller (1995) refletindo sobre as limitações da abordagem *Women in Development* (WID) argumentam que a autonomia limitada das mulheres é resultado tanto das relações sociais de dominação-subordinação como também de escolhas das próprias mulheres. Escolhas estas que estão baseadas em aspectos culturais e decorrem, principalmente, da importância que elas e os demais membros de suas famílias atribuem à maternidade.

[...] a autonomia limitada das mulheres pode ser interpretada de diferentes maneiras. Por um lado, pode ser vista como a consequência das relações desiguais de poder e das ideologias de gênero que constroem a mulher como subordinada e não como agente totalmente autônoma. [...]. Alternativamente, [a autonomia

limitada] pode ser vista como a manifestação da interconexão de interesses da mulher e de outros membros da casa, uma vontade da mulher de se engajar em relações que levam perda de autonomia, por causa da maneira que elas interpretam as responsabilidades da maternidade. (RAZAVI e MILLER, 1995, p. 17, tradução nossa)³⁴

Nussbaum (1993), comentado por Tepichin (2008), afirma que a capacidade de imaginar o objeto de desejo é uma condição necessária ao surgimento do desejo, ou seja, não se deseja aquilo que não se conhece, aquilo que não se consegue construir e vivenciar mentalmente. Desta forma, essas mulheres submetidas a severas limitações - materiais, cognitivas, de mobilidade, de acesso a produtos, informações e serviços – também têm o seu desejo limitado à única realidade que conhecem. (TEPICHIN, 2008)

A frase “eu te dou isso, isso e isso” da beneficiária também diz sobre como elas percebem o trabalho remunerado. Trabalho é para elas um meio de conseguir dinheiro para o sustento próprio e da família. Como já dissemos, suas experiências de trabalho se relacionam mais à humilhação e exploração, e coerentemente às vivências que têm dele, elas não vinculam ao trabalho, pelo menos ao tipo de trabalho acessível a elas, nenhum tipo de realização pessoal. Desta forma, desde que haja outra forma de prover suas necessidades e de suas famílias não existe uma expectativa pelo trabalho.

Uma das beneficiárias afirma que depende de si mesma, que luta muito, que não pode contar com sua família, que seu companheiro “não é uma garantia de vida”. Essa parte da sua narrativa é carregada de frustração e não de orgulho. O fato de precisar trabalhar e de ter que se preocupar com o sustento da casa e dos filhos é percebido por ela como um fracasso. Por fim, ela afirma que deposita nos filhos (os homens) a esperança de um dia eles darem a ela um descanso em retribuição a toda sua entrega a eles.

Diante da centralidade da obrigação do trabalho na estrutura de sociedades como a nossa, que se caracterizam por serem produtoras e salariais, identificar um grupo de pessoas em idade ativa, aparentemente aptas para o trabalho para quem a atividade remunerada não é prioridade, gera, a princípio, um estranhamento. Compreender esta situação só é possível através do exame detido de suas realidades, pelo que vamos compreendendo como questões objetivas se ligam a aspectos menos tangíveis afastando essas mulheres do mundo do trabalho.

³⁴ [...] that women`s circumscribed autonomy can be interpreted in different ways. On the one hand, it may be seen as the outcome of unequal power relations and gender ideologies that construct women as subordinate and not fully autonomous agents. [...]Alternatively, it can be seen as a manifestation of the interconnectedness of the interests of women and other household members, a willingness, on the part of women, to engage in relationships that entail loss of autonomy because of the way they interpret the responsibilities of motherhood. (RAZAVI e MILLER, 1995, p. 17)

Mencionamos esta situação a uma das profissionais do CRAS a quem entrevistamos, e lhe indagamos a respeito de possíveis efeitos do Programa Bolsa Família sobre a forma como suas beneficiárias se relacionam com as atividades remuneradas. Ao nos responder, a profissional aborda a questão da socialização deste grupo de mulheres, e coloca em evidência mais um aspecto da trama que as mantém, em larga medida, alijadas do mundo trabalho.

Eu tenho impressão que elas já não trabalhavam mesmo. Eu acho que essas mulheres mais simples elas são muito dependentes do homem, é diferente. Por exemplo, a gente começa a estudar mais, a gente quer ser independente, eu acho que elas não. (...) Eu vejo assim, elas vão reproduzindo as histórias. A gente tem até um DVD aqui “Vida Maria” que mostra: - Uma Maria lá da roça casa novinha. Daí a pouco, mostra o barrigão dela. E o homem não apareceu hora nenhuma, o companheiro. E ela moendo um negócio... Aí aparece um menino, vem outra barriga, outro menino. Ela começa a envelhecer, cabelo branco e continua lá...

Aí, aquele tanto de menino passa e diz – ‘benção mãe!’, dando entender que eles estavam indo trabalhar. E ela lá... Na realidade eram várias ‘Marias’. E as menininhas da janela, quando começavam a escrever, a mãe gritava: – ‘Sai dessa janela Maria das Dores, vai caçar serviço’. Aí a menininha larga o caderninho. Daí a pouco, é Maria do Socorro e assim vai.

Sempre tinha uma menininha na janela querendo escrever e a mãe impedindo. Então, o lugar da mulher é dentro do domicílio, tendo os filhos, criando os filhos para eles saírem. O homem vai ter a vida dele e quem continua em casa é a mulher, foi criada para as tarefas domésticas mesmo. Eu acho que a vida delas é isso. (C., profissional do Cras.)

Uma das beneficiárias fala sobre a diferenciação que sua mãe fazia entre as filhas e os filhos e como essa diferenciação resultou em menos anos de estudo para elas, em relação a eles.

Eu fiz até a quarta série. Parei. Minha mãe era muito ignorante, mãe achava que a gente ia estudar era para namorar, foi e me tirou da escola. Ela é muito antiga, a cabecinha da minha mãe. (Júlia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, trabalha em casa na produção de cigarro de palha, quatro filhos.)

A socialização embasada na fixidez dos papéis de gênero, reforçados pelo discurso elaborado e reproduzido durante toda a vida faz com que elas incorporem a ideia de que trabalhar não é para elas, que este papel pertence ao outro, ao homem. A ideologia de gênero que constrói a mulher como subordinada e não como agente totalmente autônomo, tomada de forma inquestionável e não reflexiva, faz com que, muitas destas mulheres se percebam completamente dependentes. Essa construção de si é efeito de processos que se originam nos valores, discursos e roteiros específicos de socialização feminina, reproduzidos nos nichos sociais aos quais pertencem e com os quais se depararam a vida inteira. (HEILBORN,1999)

Ao responder sobre o que mudou na vida das mulheres em geral a partir do PBF, esta

beneficiária evidencia como ela percebe as mulheres e ao mesmo tempo como se percebe.

Muita coisa, porque alguma delas, sem esse Bolsa Família como seria a vida delas! Quem tem aí três, quatro filhos... Supõe assim, por exemplo, se eu não tivesse marido nenhum para me sustentar como é que eu ia fazer, eu acho a mesma coisa ia ser elas também. (Mara, 31 anos, 4ª. série, vive com companheiro, babá, três filhos.)

Suas vidas são fortemente marcadas pela insegurança. Essas mulheres não possuem segurança através do trabalho nem dos recursos advindos deste. Ao mesmo tempo são responsáveis pelo bem-estar das crianças, realidade que gera grande insegurança. Parte delas compõe o grupo da população adulta sem recursos próprios e, desta forma, sempre estiveram em uma condição de dependência. Esta dependência pode ser tanto de entidades socioassistenciais, como de suas famílias de origem, da ajuda eventual de outras pessoas da comunidade e dos companheiros. Segundo Campos e Teixeira (2009), as uniões conjugais nos estratos da população mais empobrecida são marcadas pela precariedade contratual, ou seja, se desfazem com certa facilidade agravando ainda mais a situação das mulheres.

Quando questionadas sobre o que acham do valor do benefício do Programa Bolsa Família as entrevistadas deram respostas como: “Tá bom, para quem não está trabalhando!”; “Para mim tá bom, melhor que nada!”; “É a conta para fazer o que e tem que fazer, é um valor bom.” “É pouco, mas é porque as coisas estão muito caras.” “É bom, é a conta. Se fosse mais era melhor!”. Embora o dinheiro seja pouco, além dessas famílias possuírem rendas muito baixas, a maior parte das mulheres que recebe o benefício, não tinha, antes dele, nenhum recurso financeiro sob seu controle. Esses aspectos fazem com que o recurso acabe representando muito para quem o recebe.

Desta forma, o dinheiro do PBF é identificado pelas beneficiárias principalmente como uma ajuda para que elas possam cuidar das crianças e também como uma segurança, como aquilo com o que sabem que podem contar, ou seja, que não há o risco de falhar. Mesmo que seu valor e alcance sejam limitados o dinheiro tem uma importância para elas também por ser um rendimento certo com o qual podem contar.

Eu sei que eu tenho aquele dinheiro todo mês. (...) Eu agradeço. É pouco, mas o pouco com Deus é muito! É um dinheiro de graça, não precisa de trabalhar para ter ele. Só tomar conta dos meninos mesmo, não deixar faltar da escola. É um dinheiro que ajuda. (Jane, 27 anos, 8ª. série, vive com companheiro, diarista, dois filhos.)

Como demonstrado no início desta seção, apenas cinco beneficiárias declararam exercer algum tipo de atividade remunerada. Contudo, diante da necessidade de conseguir um

dinheiro, geralmente para arcar com alguma despesa específica, ou para contornar uma situação adversa elas recorrem a algumas atividades. Estas atividades elas chamam de “bico”. Os “bicos” que consistem em atividades remuneradas, executadas sem nenhum tipo de formalização, rotina e frequência, mas de acordo com a oportunidade e a necessidade. A remuneração por essas atividades geralmente é estipulada por quem se beneficia do serviço e de modo geral são subvalorizadas. (IBGE, 2012a)

Essas atividades são realizadas, geralmente, diante de situações como o desemprego do responsável pelas despesas da casa, ou da necessidade de comprar um remédio, por exemplo. Há também muita insegurança relacionada a esse tipo de ocorrência. Sendo assim, o dinheiro das transferências de renda também gera segurança frente a essas situações e permite que elas recorram com menos frequência aos “bicos”.

Eu tinha que tá correndo atrás mesmo de bico. Caçando bico para fazer, para poder tá comprando as coisas para eles. E depois que veio o Programa Bolsa Família (...) antes, assim, eu comprava. Mas, já comprava com aquilo na cabeça: Meu Deus! Eu tenho que arrumar um biquinho pra fazer que eu tenho, que tal dia assim, pagar fulano isso que eu comprei. E agora não. Agora, depois que surgiu o Bolsa Família eu já posso comprar sabendo que eu vou lá no mês que vem, que eu tenho o dinheiro lá, que eu posso sacar ele e pagar o que eu comprei.. (Sandra, 46 anos, 4ª. série, divorciada, dona de casa, quatro filhos.)

O recurso do PBF é usado pelas beneficiárias para finalidades diferentes. Essas finalidades variam de acordo com o tipo de família – nuclear, monoparental ou extensa – e com a responsabilidade pelas despesas da casa. Nas famílias monoparentais, extensas e nas nucleares em que as beneficiárias são as principais responsáveis pelas despesas familiares, o dinheiro vindo do programa é utilizado para todo tipo de despesa. Já nas famílias nucleares em que o companheiro é quem assume a responsabilidade pelas despesas o dinheiro é destinado para incrementar a alimentação, para produtos de higiene pessoal, material escolar e como uma reserva para as situações excepcionais ou emergenciais.

Sendo assim, o efeito do PBF sobre as atividades remuneradas das beneficiárias consiste em diminuir sua necessidade de buscar os “bicos”, fazendo como que estas atividades se tornem menos frequentes. Como vimos, relacionada a precisarem recorrer menos aos “bicos” está a sensação de segurança que o benefício gera nas beneficiárias, por ser ele um dinheiro certo. Este é um dos efeitos positivos do programa na vida das mulheres que recebem suas transferências. Na próxima seção desenvolveremos outros efeitos, relacionados a suas condições dentro do domicílio.

5.3 Efeitos das transferências de renda nas relações familiares

Além de verificar os efeitos das transferências de renda sobre trabalho produtivo, reprodutivo e autonomia, nosso estudo também tem o objetivo de verificar seus efeitos sobre as relações familiares das beneficiárias.

Como já dissemos, uma das principais críticas aos Programas de Transferência Condicionada de Renda é que eles incorporam a mulher a partir de suas funções de cuidado e reforçam a sua condição enquanto responsável pelo bem-estar da família. Não promovem autonomia, na medida em que não favorecem sua inserção ao mercado de trabalho, e também não são capazes de empoderá-las a ponto de alterar a estrutura doméstica de poder. (CARLOTO e MARIANO, 2010)

Dentro destes limites, porém, é possível identificar alguns efeitos cotidianos das transferências que possibilitam às beneficiárias um ganho em bem-estar por diminuírem certas vulnerabilidades e trazer um pouco de tranquilidade ao exercício de suas funções. Dentre estes efeitos, identificamos a diminuição das situações de tensão e humilhação e pequeno ganho de independência, ambos relacionados a não precisarem mais pedir dinheiro, seja para o companheiro ou para outro membro do grupo familiar.

Por possuírem baixos rendimentos do trabalho, ou por comporem o grupo da população adulta sem rendimentos, e principalmente, por serem as responsáveis pelos cuidados com as crianças e com a casa, pedir dinheiro para realizar essas atividades acaba fazendo parte de suas rotinas. Todas as beneficiárias concordam com a frase que afirma que se sentem mais independentes depois do Programa Bolsa Família e esta independência está sempre relacionada ao fato de terem passado a poder comprar certos produtos e realizar determinadas tarefas sem precisar pedir dinheiro, explicar a necessidade e contar com a boa vontade da outra pessoa.

É um pouco difícil. A gente pede, aí fica esperando, esperando, pra ver se eu esqueço... Nossa, mas é difícil! Principalmente que a menina foi virando mocinha, precisava de um 'módes' de uma coisa assim. Às vezes de um lápis... Aí, ela começou a receber, aí ela comprava. (Elza, 56 anos, 2ª série, vive com companheiro, dona de casa, oito filhos, cuida do filho de sua enteada.)

Eu não preciso pedir ele dinheiro igual eu pedia. Homem tem mania de falar: '- Prá que?' Agora não tenho que explicar!(Alba, 31 anos, 8ª. série, casada, dona de casa, quatro filhos.)

Aí, no caso, tinha que pedir dinheiro para ele, né! Mais complicado. Não é fácil não! Às vezes você comprar uma coisa aí ele não agradou daquilo, aí você agradou, mas ele não agradou... Aí, com o dinheiro dele já é mais complicado, né! Isso que

eu falo que é complicado, porque você com seu dinheiro, você pode fazer o que quer, né! (Lúcia, 37 anos, 4ª. série, vive com companheiro, dona de casa, dois filhos.)

Desta forma, o benefício possibilita que elas adquiram alguma liberdade para fazer o que entendem ser o melhor. É bem verdade que ganham liberdade para fazer o que for melhor para a família e para e os filhos, portanto, liberdade para desempenhar suas funções como cuidadoras.

Passar a poder comprar alguns artigos com o próprio dinheiro, além de trazer certa independência gera também um pouco de conforto e tranquilidade. Isso porque o ato de pedir dinheiro é, de modo geral, uma situação constrangedora, e no contexto das beneficiárias é muitas vezes humilhante e até mesmo desencadeador de agressões físicas e morais.

As continhas que eu faço eu pago é com esse dinheiro, não preciso pedir pra ninguém, antes eu precisava, precisava ficar humilhando. (Sandra, 46 anos, 4ª. série, divorciada, dona de casa, quatro filhos.)

Eu pedia pra ele o dinheiro, pra ele pagar, né! Aí pra evitar de confusão...(Cátia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, dona de casa, quatro filhas.)

O dinheiro é meu, né! Aí eu posso fazer o que eu quiser com ele. Não preciso ficar pedindo dinheiro para os outros para ficar tacando depois na minha cara. Como se diz o dinheiro é meu, então... [...] Eu tenho dinheiro eu vou lá e compro, não fico só dependendo daquela pessoa. (Jane, 27 anos, 8ª. série, vive com companheiro, diarista, dois filhos.)

Eu não peço ele um centavo, porque tudo que ele faz ele reclama. Se ele compra um gás, ele reclama. Se compra uma caixeta de trem, aí ele reclama. De vez em quando ele compra uma carne, uma verdura... (...) Vai pedir ele o dinheiro da luz, mas ele xinga! Fala o mês todo porque deu uma intera. Jesus! (Vanda, 43 anos, 1ª. série, vive com companheiro, faxineira, seis filhos.)

O fato de passarem a ter o dinheiro do PBF diminui as situações de humilhação relacionadas ao ato de pedir dinheiro e também as ligadas ao fato de não poderem contribuir com as despesas da família.

Antes eu dependia, ficava pedindo, ficava humilhando, ficava falando e agora depois que eu passei a receber melhorou assim, igual eu posso estar contribuindo, comprando as coisas para a casa. (Sandra, 46 anos, 4ª. série, divorciada, dona de casa, quatro filhos)

Porque muitas vezes os homens ficavam tacando as coisas na cara delas, né! Com esse dinheiro aí elas pode comprar o que elas quer, uma carne, uma verdura, uma roupa, não precisa ficar dando satisfação pra homem do quê que precisa, pedindo eles dinheiro pra ficar tacando na sua cara. (Jane, 27 anos, 8ª. série, vive com companheiro, diarista, dois filhos.)

Bem melhor! Essa época (quando passou a receber o benefício) para mim bastante, por causa que eu escutava um tal assim: - 'Ah! Arrumou menino agora tá aí nas costas de mãe e não ajuda. (...) Então, quando eu passei a receber ... eu dividia, um tanto para mim, um tanto para mamãe inteirar para comprar um gás, ou pagar uma água. Aí sim! Eu já não ouvia mais aquele tá aí com menino e tal e não ajuda. Já não ouvia isso mais! (Ana, 40 anos, 5ª. série incompleta, divorciada, dona de casa, cinco filhos.)

Um dos impactos do Programa Bolsa Família sobre as condições de vida das beneficiárias, apontados por Suárez e Libardoni (2007), refere-se à afirmação da autoridade no espaço doméstico. Segundo eles, há indícios de que a capacidade de compra adquirida pelas mulheres através do programa possibilitou a elas “poderem, agora, fazer escolhas e, principalmente, negociar sua autoridade do âmbito doméstico.” (SUÁREZ E LIBARDONI, 2007, p. 143)

Em nossa pesquisa, no entanto, isso não foi identificado em nenhum caso. O efeito do benefício, em relação aos companheiros, consiste em possibilitar que elas precisem menos do dinheiro deles. O que as libera da necessidade de constantes explicações e justificativas e, desta forma, alcancem conquistem certa liberdade para fazer o que lhes for conveniente. Contudo, isso de modo algum significa ganho de autoridade, mas apenas uma alternativa que as permite contornar as imposições e objeções dos companheiros. Nenhuma das beneficiárias concordou com a afirmativa de que sua opinião passou a ser mais respeitada em casa depois do Programa Bolsa Família, corroborando suas narrativas que evidenciam a ausência de ganho em autoridade em suas relações com os companheiros.

Em relação aos filhos é possível afirmar que houve um ganho de autoridade decorrente da ampliação de suas margens de negociação com estes. Todas as mulheres concordaram com a frase “minha relação com meus filhos melhorou depois do Programa Bolsa Família” e relacionam essa mudança positiva ao fato de com as transferências terem passado a poder proporcionar-las com mais frequência aquilo que pedem, necessitam e importam para eles.

Melhorou , como se diz, melhorou porque a gente pode dar elas mais coisa. Ajudar elas um pouco, material de escola...(Cátia, 36 anos, 4ª. série, vive com companheiro, dona de casa, quatro filhas.)

Melhorou porque eles pedem as coisas eu posso comprar, um brinquedo, um negócio de comer diferente... Eu faço o aniversário deles, eu vou juntando dinheiro e faço a festa de aniversário deles, coisa que eu não fazia antes hoje eu faço, com esse dinheiro que eu faço. Tem três anos que eu faço festa para eles direto no aniversário. (Jane, 27 anos, 8ª. série, vive com companheiro, diarista, dois filhos.)

Desta forma, fica evidente que os aspectos alterados pelas transferências estão restritos

a questões práticas ligadas ao consumo e suprimento das necessidades da casa e dos filhos e que elas não atingem efetivamente outras esferas da vida das beneficiárias. Suárez e Libardoni (2007) concluem em seu estudo sobre os efeitos do Programa Bolsa Família na vida das beneficiárias que “o impacto do programa na condição de vida das mulheres tem ocorrido, sem qualquer dúvida e de maneira decisiva, no âmbito da sobrevivência sem que, contudo, se estenda ao âmbito da firmação concreta da cidadania.” (p. 143)

A partir do que verificamos em nossa pesquisa, podemos acrescentar que, dependendo da condição de precariedade da beneficiária, as transferências atingem, em alguma medida, um patamar intermediário, entre a sobrevivência e a cidadania social. Quando se encontram muito vulneráveis, as transferências atuam como um fator de proteção diminuindo a efetivação de certos riscos e impedindo que se fragilizem mais.

6 CONCLUSÃO

A principal crítica realizada pelos analistas de políticas públicas às PTCR é que elas não alteram de fato a condição de pobreza das famílias, ou seja, não fazem com que estas deixem de ser pobres. Destacam que na realidade, esse tipo de política permite apenas uma administração da pobreza, atenuando seus efeitos e fornecendo às famílias alguns ativos para o seu enfrentamento. Neste trabalho, concluímos que os efeitos das políticas de transferência na vida das mulheres são semelhantes aos que têm sobre as condições de pobreza das famílias que assistem. Ou seja, são efeitos limitados que não impactam sobre as condições estruturais.

As PTCR não alteram a condição de desigualdade entre mulheres e homens dentro das famílias em condição de pobreza, nem promovem a autonomia das mulheres, porém, fornecem um ativo monetário que, embora limitado, lhes permite viver um pouco melhor, dentro das condições de pobreza e de poder estabelecidas.

Nas famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família, a rígida divisão sexual do trabalho e do espaço, e a responsabilidade da mulher pelo bem-estar da família se preservam determinantes. A ideia da reprodução como sendo o principal papel social das mulheres está de tal forma incorporada pelas beneficiárias, que fatores externos, sejam eles de reforço ou de questionamento, não encontram grande ressonância sobre a organização de suas vidas. A naturalização da mulher na função de responsável pela reprodução está patente nas falas das próprias beneficiárias, entrevistadas neste estudo.

Devido ao modo como foram socializadas, aos espaços que habitam e ao grupo ao qual pertencem, suas identidades se encontram fortemente sustentadas pela noção que vincula ser mulher a ser mãe, a cuidar das crianças e dos demais membros da família e do espaço doméstico. A importância de colocar em evidência as bases principais sobre as quais se estruturam a vida destas mulheres, tanto quanto a condição objetiva de pobreza, é que elas permitem questionar a relevância da discussão em torno da atuação de reforço das PTCR ao papel da mulher de responsável pelos cuidados voltados à família. Isso porque, uma vez que as mulheres já se encontram tão fortemente fixadas aos papéis femininos estabelecidos pelo esquema tradicional de gênero, a atuação de reforço, objetivamente falando, é praticamente imperceptível.

Isso não revoga das políticas de combate à pobreza a obrigação de encontrar formas mais eficientes para conciliar melhor a agenda de gênero aos seus objetivos. Para isso, contudo, é preciso antes compreender que as questões de gênero em um contexto de extrema pobreza são diferentes das questões de gênero para as classes trabalhadoras e que a promoção

da cidadania social destas mulheres não será conquistada exclusivamente através de mecanismos ou equipamentos que as liberem de parte de suas obrigações práticas da reprodução.

A forma como se relacionam com o trabalho produtivo também está fortemente vinculada a esta noção de ser mulher com a qual se identificam. Assim, as questões do gênero, relacionadas a como compreendem a vivência de ser mulher e à responsabilidade pelos cuidados e proteção das crianças, impactam fortemente sobre suas possibilidades de alcançar autonomia através do trabalho remunerado. Mais do que as questões relacionadas ao uso do tempo, mais do que o tempo investido no atendimento às condicionalidades do PBF, pesa a centralidade da maternagem como um valor que as mantém ligadas ao domicílio e limitam suas possibilidades de desenvolver e potencializar suas capacidades produtivas.

Somam-se a isso a identificação das beneficiárias com a condição de assistidas, suas dificuldades em se constituírem como força de trabalho e as possibilidades pouco atraentes que se apresentam a elas pelo mercado.

Objetivamente, verificamos alterações positivas e negativas na vida das beneficiárias relacionadas ao programa, em decorrência de seu benefício monetário e de suas condicionalidades. O PBF sobrecarrega suas beneficiárias, principalmente, devido aos aspectos, que chamamos de burocráticos do programa. Estes aspectos estão relacionados ao cadastramento junto ao CadÚnico e à necessidade de fornecer justificas à escola sobre as ausências dos filhos em idade escolar. Essas novas rotinas são desempenhadas pelas mulheres a fim de garantir à sua família a permanência no programa.

Ao que tudo indica, as exigências de cuidado estabelecidas pelas condicionalidades estão, em larga medida, alinhadas ao que já era desempenhado pelas mulheres junto às crianças. Contudo, há um aumento na carga de responsabilidade delas porque, em função do programa, elas agregam novos aspectos às suas preocupações. Dentre esses destaca-se o relacionado à garantia da frequência escolar dentro do percentual exigido pelo programa.

As PTCR também têm efeitos positivos na organização da vida das mulheres, facilitando, em alguma medida, a realização das funções reprodutivas. Esses efeitos como destacamos, se avaliados de forma absoluta, seriam, provavelmente desprezíveis, porém ao considerarmos as condições de precariedade em que vivem as beneficiárias, eles, embora limitados, acabam se tornando de fato importantes. Verificamos que em função das transferências, as mulheres passaram a se expor menos a situações de violência e humilhação relacionadas à necessidade de pedir dinheiro a outrem para realizar as atividades de cuidado. Identificamos também que elas passaram a se sentir mais respeitadas pelos filhos. Além disso,

desenvolveram uma sensação positiva vinculada ao fato de passarem a ter condições de atender a algumas demandas de seus filhos e de contribuir com as despesas familiares.

Desta forma, as PTCR contribuem ao alívio da pobreza e de algumas condições de humilhação, privação e dependência das mulheres a ela vinculadas. Mas, não alteram as desigualdades de gênero intradomiciliares, e não geram grandes mudanças em suas vidas. Mantêm-nas como responsáveis pelo trabalho reprodutivo, não promovem sua autonomia nem cidadania social e não as empodera de modo a tornar mais igualitária a estrutura doméstica das relações de poder entre mulheres e homens.

Sem alterar a hierarquia de gênero, as transferências atuam positivamente em aspectos relacionados à vulnerabilidade e precariedade das mulheres. Ao colocarem um recurso financeiro, por menor que seja, nas mãos de pessoas que possuem baixos ou nenhum rendimento do trabalho, ao estabelecer uma sistematicidade para os repasses, gerando alguma segurança para quem sempre viveu sob o incerto, as Políticas de Transferência Condicionada de Renda geram um alívio às mulheres e permitem que elas sofram menos para conseguir desempenhar a função de cuidado que histórica e culturalmente têm sido delas.

Entre os extremamente pobres a organização social embasada nos papéis femininos e masculinos tradicionais encontram bases muito mais profícuas para ser operada e, dialeticamente, a organização tradicional de gênero, vigorosamente arraigada, opera por sua vez favorecendo para que a pobreza ganhe dimensões maiores e mais severas. Certamente, as políticas públicas, independentemente de seus objetivos principais, não devem prescindir da necessidade impositiva de alterar a condição desigual e desvantajosa das mulheres em nossa sociedade. Porém a tarefa de transformar esta dimensão não é propriamente das políticas de combate à pobreza e não devemos exigir que estas cumpram este papel, para o qual grande parte das políticas públicas e da sociedade em geral tem se omitido.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Paula Lúcia. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.
- ARRIAGADA, Irma. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista de la Cepal**, Santiago do Chile, 85, p. 101-113, 2005.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012, Visão Geral. **Igualdade de Gênero de Desenvolvimento**. Washington D.C. 2012.
- BARBIERI, Teresita de. Sobre a categoria gênero. Una introducción teórico-metodológica. **Debates en Sociología**, Peru, n. 18, p. 02-19, 1993.
- BORDI, Viscarra. Entre las desigualdades de género: un lugar para las mujeres pobres en la seguridad alimentaria y el combate al hambre. **Nueva Época**, México, ano 21, n 57, mayo/ago. 2008.
- BRASIL, CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL. **Minha Casa Minha Vida**. Imediata, 2012a. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv Acesso em: 10/09/2012
- BRASIL, Decreto n. 6.135, de 26 de junho. 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 jun. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm Acesso em: 02 set. 2012.
- BRASIL, Instituto de Pesquisa Aplicada. **Mudanças recentes na pobreza brasileira**. Comunicado do Ipea, n.111. Brasília, **IPEA** 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf. Acesso em: 01 jun. 2013
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2005
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2005a
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência da Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2011a
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 17 set. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil Sem Miséria no seu município**. Brasília: MDS, 2013a. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br/municipios>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Benefícios do Programa Bolsa Família**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>. Acesso em: 13 abr. 2013.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil Carinho**. Brasília: MDS, 2013. Disponível em <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/brasil-carinhoso/brasil-carinhoso>. Acesso em: 13 abr. 2013

BRITTO, Tatiana. Conditional cash transfers in Latin America. **Poverty in focus**, Brasília, p.15-17, June 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007

CAMPOS, Marta Silva e TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Katálysis**, Florianópolis, vol. 13, n 1, p. 20-28 jan./jun. 2010.

CARDOSO, José Celso e JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260.

CARLOTO, Cássia Maria e MARIANO, Silvana. **As mulheres nos programas de transferência de renda**: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. In: Congresso da Rede Mundial de Renda Básica, 13, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/cassiacarlotoAsmulheresnosprogramasdetransferenciaderenda.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2013

CASTRO, Jorge Abrahão de. et. al. **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis**: uma análise exploratória. Texto para discussão 85. Brasília: IPEA, 2010.

CONWAY, Jiil K; BOURQUE, Susan C; SCOTT, Joan. El concepto de género. In: LAMAS, Marta (comp). **El género**: La construcción cultural de la diferencia sexual. México: PUEG, 2000. p. 02-06.

COSTA, Joana. et al. **A face feminina da pobreza**: sobrerrepresentação e feminização da pobreza no Brasil. Texto para discussão 1137. Brasília: IPEA, 2005.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DRAIBE, Sônia M. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (Orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 27-64.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, p. 47-71, jan.-abr. 2004.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo n. 70, p. 101-138, 2007.

GOLBERT, Laura. Argentina: aprendizagens del Programa Jefes Jefas de Hogar Desocupados. In: ARRIAGADA Irma (Coord). **Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros**. Santiago do Chile:Cepal, 2007 p. 401-416.

GOLDANI, Ana Maria. Arranjos familiares no Brasil dos anos 90: proteção e Vulnerabilidades. **Como vai?** População brasileira. Brasília, Ano III, n. 3. 1998.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n.1, p. 69-81, jan./jul. 2011.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999. p. 40-59.

HENRÍQUEZ, Helia; RECA, Inés. Propuesta para fortalecer los componentes de género en el sistema de protección Chile Solidario. In: RIQUELME, Verónica; VALENZUELA, Maria Elena. **Chile Solidario y los desafíos de la igualdad**. Santiago: Organización Internacional del Trabajo, 2005. p. 77- 156.

Independent Evaluation Group. **An Evaluation of World Bank Support, 2002 – 08**, Gender and Development. Washington DC: The Word Bank, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos municípios 2005 – 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/pibmunic2005_2009.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. **Comunicação Social de 21 de setembro de 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1. Acesso em: 11 fev. 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Síntese de Indicadores 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>. Acesso em: 11 fev. 2013.

KABEER, Naila. et al. **Productive safety nets for women in extreme poverty: Lessons from pilot projects in India and Pakistan**. Centre for Development Policy & Research, School of Oriental & African Studies, University of London. London, Discussion Paper 28/ 2012.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría género. **Papeles de Población**, México, vol. 5, n. 21, p. 147-178. Jul./Sept. 1999. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11202105>. Acesso em: 26 maio 2013

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: Inflexões de Gênero e Diferenciais Femininos**. Texto para discussão 826. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

- LAVINAS, Lena. COBO, Bárbara. **Bolsa-família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero.** In: Congresso de la Asociación Latinoamericana de la Papa, 24, Peru, 2010.
- LAVINAS, Lena. NICOLL, Marcelo. Pobreza, transferência de renda e desigualdade de gênero: conexões diversas. **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, Edição especial, n. 22, p. 39-75, 2006.
- MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, vol. 21, n. 53, p. 389-404, 2008.
- MARIANO, Silvana; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 17, n. 3, p. 901-908, set./dez., 2009.
- MÁRQUEZ, Francisca. Las historias de vida, un método. In: BENGUA, José; MARQUÉZ, Francisca; ARAVENA, Susana. **La Desigualdad: Testemunhos de la sociedad chilena en la última década del siglo XX.** 2. Ed. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 2000. p. 26-28.
- MARTÍNEZ FRANZONI, Juliana; VOOREND, Koen. Transferencias Condicionadas e Igualdad de Género: Blancos, Negros o Grises? **Revista de Ciencias Sociales**, Costa Rica, vol. 4, n. 122, p. 115-131, 2008.
- MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos.** 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MESQUITA, Ana Cleusa Serra; JACCOUD, Luciana de Barros; SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Perspectivas para o Programa Bolsa Família e o sistema de garantia de renda brasileiro. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Orgs). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: IPEA, 2010. v. 2
- MOSER, Caroline; TORNQVIST, Annika; BRONKHORST, Bernice van. **Mainstreaming Gender and Development in the World Bank: Progress and Recommendations.** Washington: The World Bank, 1998.
- MOSER, Caroline O N. **Planificación de género: objetivos y obstáculos.** CIDHAL, 2001. Disponível em: http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/file/18604/1/1_planificando_el_genero_moser.pdf Acesso em: 26 maio 2013.
- NACIONES UNIDAS. **Objetivos de Desarrollo del Milenio.** Informe 2006: Una mirada a la igualdad entre los sexos y la autonomía de la mujer en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2007.
- NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para as mulheres.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14, Caxambú, 20-24 set. 2004. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf. Acesso em: 14 maio 2013.

- OCHOA, Maria Candelária Ávalos. Pobreza e jefatura femenina. **La Ventana**, n. 25, p. 168-198, 2007.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social**; Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC e Cortez Editora, 2003.
- PAUGAM Serge. Bajo qué formas aparece hoy la pobreza en las sociedades europeas? In: **Revista Española del Tercer Sector**, n.5, p. 149-171, enero/abril, 2007.
- POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- QUISUMBING, Agnes R; MALUCCIO, John A. **Intrahousehold Allocation and Gender Relations**: New Empirical Evidence. Washington DC: The World Bank. Policy Research Report on Gender and Development, Working Paper Series, no. 2, 1999.
- RAZAVI, Shahrashub; MILLER, Carol, From WID to GAD: Conceptual shifts in the Women and Development Discourse. **United Nations Research Institute for Social Development**. Occasional Paper 1. Geneva: United Nations Development Programme, Feb. 1995.
- ROCHA, Mercedes Gonzalez de la. **Familias y política social en México**: el caso de Oportunidades. University of Texas at Austin, abril 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & Realidade**, ano 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SERRANO, Cláudia. La familia como unidad de intervención de políticas sociales. Notas sobre el Programa Puente – Chile Solidario. In: ARRIAGADA Irma (coord). **Familias y políticas públicas en América Latina**: una historia de desencuentros. Santiago do Chile: Cepal, 2007. p. 313-331.
- SOARES, Sergei; RIBAS, Rafael Perez; SOARES, Fabio Veras. **Focalização e cobertura do Programa Bolsa-Família**: qual o significado dos 11 milhões de famílias? Brasília: IPEA, 2009.
- SOARES, Sergei et al. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (Orgs). **Bolsa Família 2003-2010**: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. v. 2.
- SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. O impacto do Programa Bolsa Família: Mudanças e Continuidades na Condição Social das Mulheres. In: VAITSMAN, Jeni. PAES-SOUZA, Rômulo (Orgs). **Avaliação de Políticas e Programas do MDS – Resultados**. Brasília: MDS, 2007. v. 2, p.119-160.
- THE WORLD BANK. **Conditional Cash Transfers**: Reducing presents and future poverty. Washington DC: The World Bank, 2009.
- TEPICHIN, Ana Maria Valle. Autonomía para participar en decisiones: elemento central para el combate a la pobreza con equidad de género. **Estudios Sociológicos**, v. 27, n. 79, p.111-145, 2009.

TEPICHIN, Ana Maria Valle. El género en la pobreza: hacia un balance del avance conceptual. In: PRIETO, Mercedes (ed). **Mujeres y escenarios ciudadanos**. Quito: FLACSO, 2008. p. 83-95.

TEPICHIN, Ana Maria Valle. Reseña de LOPÉZ, Maria de la Paz; SALLES, Vania (coords). El Programa Oportunidades examinado desde el género. **Foro Internacional**, México, v.47, n. 3, p. 672-676, jul.-sept. 2007.

TEPICHIN, Ana Maria Valle. Reseña de OCHOA, Maria Candelaria. Los limites de la pobreza. Desigualdad y exclusión de las mujeres jefas de familia. **Espiral**, Guadalajara, v.17, n. 52, p. 269-276, sept./dic.2011.

ANEXOS

ANEXO 1 - Carta aos profissionais do CRAS

Caro profissional,

Durante a última década o governo brasileiro, assim como a maioria dos governos da América Latina, tem investido na implementação de Políticas de Transferência Condicionada de Renda à família como estratégia de enfrentamento da pobreza. Uma das características dessas políticas é ter a mulher como titular preferencial do benefício repassado pelo governo. A definição da mulher como titular dos benefícios suscita complexas discussões envolvendo aspectos relacionados ao papel da família e conseqüentemente da mulher na proteção social, à organização sexual da sociedade, às relações sociais e às desigualdades de gênero, entre outros.

Para aprofundar o conhecimento sobre esta realidade, estou realizando pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade com mulheres beneficiárias do recurso e com técnicos do Cras.

Gostaria de contar com sua participação nessa pesquisa. Sua colaboração consiste em conceder entrevista orientada por roteiro semiestruturado, dirigido a assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais do Cras.

Os resultados da pesquisa serão tratados em trabalho de dissertação, requisito parcial para obtenção do título de mestre e os participantes não serão identificados neste trabalho.

Obrigada pela colaboração!

Theresa Raquel Reis Timo
Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PUC Minas (Campos Coração Eucarístico)

Sete Lagoas, junho de 2012.

ANEXO 2- Carta às beneficiárias

Cara beneficiária,

Durante a última década o governo brasileiro, assim como a maioria dos governos da América Latina, tem investido na implementação de Políticas de Transferência Condicionada de Renda à família como estratégia de enfrentamento da pobreza. Uma das características dessas políticas é ter a mulher como titular preferencial do benefício repassado pelo governo. A definição da mulher como titular dos benefícios suscita complexas discussões envolvendo aspectos relacionados ao papel da família e conseqüentemente da mulher na proteção social, à organização sexual da sociedade, às relações sociais e às desigualdades de gênero, entre outros.

Para aprofundar o conhecimento sobre esta realidade, estou realizando pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas em profundidade com mulheres beneficiárias do recurso e com técnicos do Cras.

Gostaria de contar com sua participação nessa pesquisa, sua colaboração consiste em conceder entrevista orientada por roteiro semiestruturado.

Os resultados da pesquisa serão tratados em trabalho de dissertação, requisito parcial para obtenção do título de mestre e os participantes não serão identificados neste trabalho.

Obrigada pela colaboração!

Theresa Raquel Reis Timo
Aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PUC Minas (Campos Coração Eucarístico)

Sete Lagoas, junho de 2012

ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA I - Beneficiárias do Programa Bolsa Família

BLOCO 1 – FAMÍLIA E TRABALHO

O objetivo deste bloco consiste em conhecer a entrevistada, para tanto pediremos que nos fale sobre ela, sobre sua família e sobre trabalho. A partir de suas narrativas, procuraremos explorar os aspectos listados em cada uma das questões propostas.

Q1- Fale sobre você – onde mora, com quem mora, família, trabalho, escolaridade etc.

Q2- Fale sobre sua família – companheiro, filhos, demais membros.

Explorar:

- Como é sua relação com o companheiro;
- Como é sua relação com os filhos;
- Como se sente em relação à sua família.

Q3 – Fale sobre trabalho – remunerado e doméstico, dela e da família.

Explorar:

- Quem trabalha fora na família;
- Se sempre/nunca trabalhou fora;
- Quando começou ou deixou de trabalhar fora;
- Se já trabalhou mais em outro período da vida do que trabalha hoje;
- Gostaria de trabalhar;
- O que impede;
- Quem realiza as atividades de casa (lavar e passar roupa, cozinhar, lavar vasilhas, limpar a casa);
- Quem considera que mais trabalha na casa;
- Quem cuida das crianças dentro de casa (dar banho, dar comida);
- Quem leva as crianças para a escola/ creche;
- Quem leva as crianças para tomar vacina;
- Se sempre foi assim, como gostaria que fosse e o que impede que seja como gostaria;
- Quem considera que mais a ajuda com as atividades de casa e com as crianças;
- Como é a relação dela com a pessoa que mais a ajuda.

BLOCO 2- PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

O objetivo deste bloco consiste em saber a respeito da inserção da beneficiária e sua família no PBF, em apreender como elas percebem o programa e como utilizam o benefício. A partir de suas narrativas, procuraremos explorar os aspectos listados em cada uma das questões propostas.

Q4 – Fale sobre o Programa Bolsa Família (PBF).

Explorar:

- Há quanto tempo está no Programa Bolsa Família;
- Se participou de outros programas da assistência social antes do PBF;
- Em nome de quem está o benefício do PBF;
- Se a família é beneficiária de algum outro programa do poder público, qual e quem é o titular deste;
- Qual importância atribui à titularidade;
- Quem vai receber/buscar o benefício;
- Com quem fica o benefício;
- Quem decide o que comprar com o benefício;
- Como é gasto o benefício;
- De quem considera que seja o benefício repassado pelo Programa Bolsa Família;
- Acredita que seria diferente outra pessoa da família recebesse e administrasse o recurso do PBF;
- Como era antes de ser inserida no Programa Bolsa Família;
- Quem é a pessoa que mais tem dinheiro em casa;
- O que acha do valor do benefício;
- Quanto o benefício representa no orçamento familiar;
- Tem medo de perder o benefício;
- Ver-se sempre precisando de ajuda.

BLOCO 3- BOLSA FAMÍLIA, TRABALHO E QUALIDADE DE VIDA.

A partir deste bloco começamos a buscar os efeitos do Programa Bolsa Família na vida das suas beneficiárias e as questões passam a ser abordadas de forma mais direta. Neste bloco pretendemos apreender mudanças em relação aos cuidados com os filhos, às atividades remuneradas e ao padrão de consumo.

Q5- O Programa Bolsa Família permite que você cuide melhor dos seus filhos? Dê exemplos.

Q6- Você considera que passou a poder escolher com mais liberdade que tipo de trabalho aceitar ou recusar depois do Programa Bolsa Família?

Explorar:

- Que situações de trabalho deixaram de aceitar;
- Se alguém na família deixou de realizar alguma atividade remunerada depois do Programa;
- Que tipo de atividades deixaram de realizar;
- Se passou a ter mais tempo livre depois do Programa;
- Carga de trabalho global - trabalho remunerado e trabalho doméstico - diminuiu ou aumentou.

Q7- Você passou a gastar mais dinheiro com o atendimento das suas necessidades pessoais depois do Programa Bolsa Família? Que tipos de necessidade?

BLOCO 4- BOLSA FAMÍLIA E RELAÇÕES FAMILIARES

O objetivo no bloco 4 é apreender mudanças nas relações familiares da beneficiária desencadeadas a partir do ingresso ao programa.

Q8- Houve mudanças nas relações familiares depois do seu ingresso no Programa Bolsa Família?

Explorar:

- Mudanças na relação com o companheiro;
- Mudanças na relação com os filhos;
- Mudança na relação com a pessoa que mais a ajuda com a casa e com os filhos;
- Se surgiram novos conflitos familiares depois do Programa Bolsa Família.

BLOCO 5- SOBRE A AUTOESTIMA DAS MULHERES TITULARES

Neste bloco buscamos apreender aspectos menos objetivos a respeito das beneficiárias, como gostos, sensações etc.. A partir de suas narrativas pretendemos apreender se o PBF influencia alguns desses aspectos e de que forma. Alguns deles foram previamente relacionados ao programa, outros não o foram com o objetivo de examinar se a beneficiária estabelecerá relação entre tais aspectos o PBF.

Q9- Fale sobre o que você considera mais importante, o que mais gosta de fazer, como se sente em relação a sua família.

Explorar:

- Se faz sempre o que gosta;

— O que gostaria de fazer, mas não consegue ou não pode e porque.

Q10- Depois que você começou a receber o recurso do Programa Bolsa Família:

- a- Passou a se sentir mais independente financeiramente?
- b- Seu poder de decisão em relação ao dinheiro da família aumentou?
- c- Passou a comprar fiado e a crédito?
- d- Passou a se sentir mais respeitada por seu companheiro?
- e- Sente que as pessoas confiam mais em você?

Q11- Você concorda com as seguintes afirmativas?

- a- Minha relação com meus filhos melhorou depois do Programa Bolsa Família.
- b- Minha relação com meu companheiro melhorou depois do Programa Bolsa Família.
- c- Minha opinião conta mais em casa depois do Programa Bolsa Família.

Q12- Fale sobre as situações em que você se sente:

- a- Admirada;
- b- Reconhecida;
- c- Respeitada;
- d- Orgulhosa de si mesma;
- e- Segura.

Q13- Fale sobre as situações em que você se sente:

- a- Envergonhada;
- b- Ridicularizada;
- c- Humilhada;
- d- Reprimida.

Q14- Fale sobre as mudanças que você acha que ocorreram na vida das mulheres em geral depois do Programa Bolsa Família.

ANEXO 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA II - Profissionais do Cras

A partir das questões propostas neste roteiro pretendemos, a partir de olhar dos profissionais da assistência social, conhecer a comunidade local, conhecer o trabalho do Cras junto às famílias referenciadas, e apreender a percepção desses profissionais a cerca do PBF e dos seus efeitos sobre as famílias e as mulheres beneficiárias.

As questões voltadas ao conhecimento da comunidade e das atividades do Cras são mais exploratórias, ou seja, a partir de suas narrativas, procuraremos explorar os aspectos listados. Já as questões a cerca do PBF e de seus efeitos são diretas e os aspectos que se pretende explorar são explicitados.

Q1- Fale sobre o trabalho que realiza no Cras.

Explorar:

- Trabalho com as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família;
- Trabalho específico com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- Situações que aparecem.

Q2- Fale sobre o lugar e sobre a comunidade atendida pelo Cras.

Explorar:

- Como caracterizam os usuários do Cras;
- Perfil das mulheres da comunidade;
- Como caracterizam os beneficiários do Programa Bolsa Família;
- Perfil das mulheres titulares do Programa Bolsa Família.

Q3- Com a experiência que você tem, como acha que o Programa Bolsa Família (PBF) altera a vida das famílias beneficiárias ? Explorar:

- Diferenças entre as famílias atendidas pelo programa e as que não são atendidas;
- Diferenças nas famílias antes de fazerem parte e depois que foram incluídas no programa;
- Situações concretas que exemplifiquem as mudanças observadas;
- Mudanças que ocorreram na vida das mulheres depois do Programa Bolsa Família.

Q4- Você acha que o Programa Bolsa Família possibilitou novos arranjos familiares?

Explorar:

- Os beneficiários deixaram de trabalhar;
- As mulheres beneficiárias passaram a trabalhar menos;
- As mulheres passaram a ter mais liberdade para decidir entre que trabalho aceitar ou recusar;

— Melhoraram os cuidados com as crianças.

Q5- Você acha que as mulheres se tornaram mais independentes financeiramente após se tornarem beneficiárias do Programa Bolsa Família?

Q6- Você acha que as mulheres se tornaram mais confiantes e seguras após se tornarem beneficiárias do Programa Bolsa Família?

Q7- Você acha que o Programa Bolsa Família provocou mudanças nas relações familiares? Quais?

Explorar:

- Crescimento do poder de decisão das mulheres.
- Surgimento de novos conflitos
- Aumento de separações conjugais.

